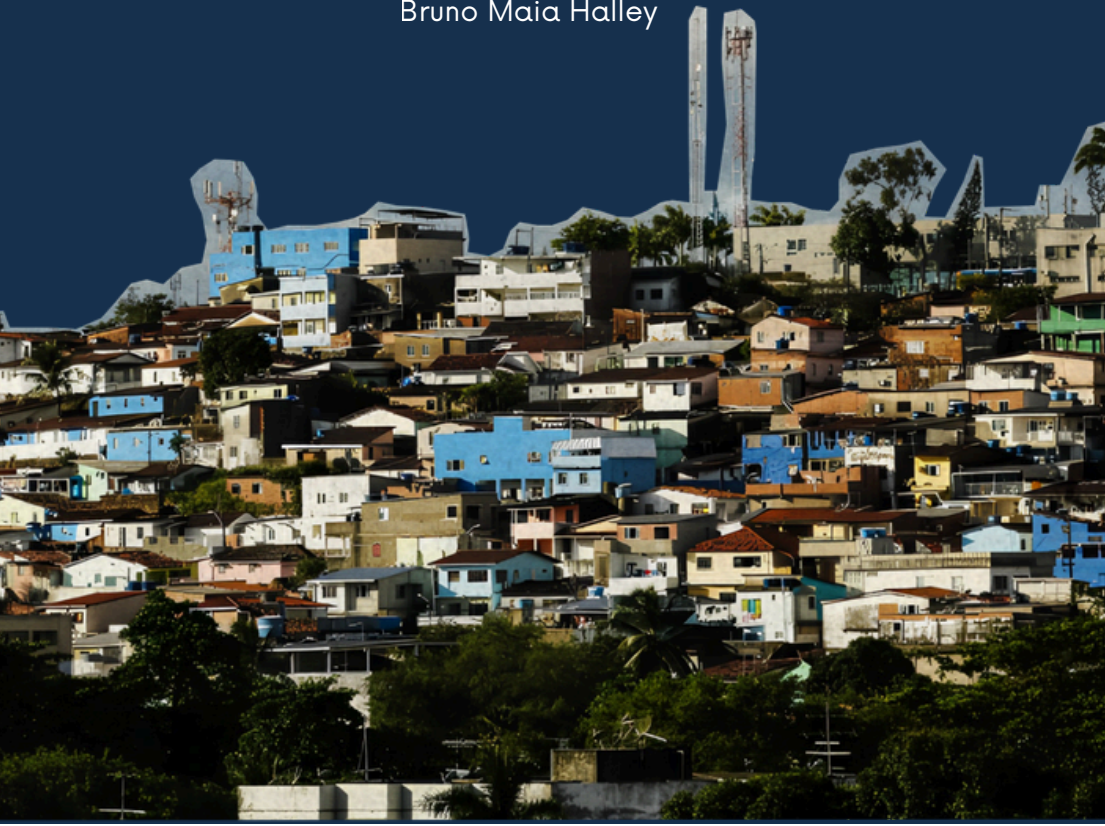
Território, Bairro e Religião

Expressões de cultura no Recife

Bruno Maia Halley



BRUNO MAIA HALLEY
Organizador

Território, Bairro e Religião:

Expressões de cultura no Recife

EDITORA UEMASUL

2026

Todos os direitos reservados à Editora UEMASUL. É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio, desta publicação.

O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade dos autores.

Projeto Gráfico: Editora UEMASUL

Catalogação na publicação Seção de Catalogação e Classificação.

T327 Território, Bairro e Religião

Território, Bairro e Religião: expressões de cultura no Recife/ Organização de Bruno Maia Halley. – Imperatriz: EDUEMASUL, 2026.

194 p. ; il.

ISBN 978-65-89274-54-4

1. Geografia cultural. 2. Identidade territorial - Recife. 3. Movimentos culturais. I. Título.

CDU 911.3

Ficha elaborada pelo Bibliotecário: **Mateus de Araújo Souza CRB13/955**



Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL

Reitora

Profa. Dra. Luciléa Ferreira Lopes Gonçalves

Vice-reitor

Prof. Dr. Jorge Diniz de Oliveira

Pró-reitora de Gestão e Sustentabilidade Acadêmica

Profa. Dra. Márcia Suany Dias Cavalcante

Pró-reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação

Prof. Dr. Allison Bezerra Oliveira

Pró-reitor de Planejamento e Administração

Prof. Dr. José Sérgio de Jesus Salles

Pró-reitor de Extensão e Assistência Estudantil

Prof. Dr. José Milton Lopes Pinheiro

Pró-reitor de Gestão de Pessoas

Prof. Dr. Bruno Lucio Meneses Nascimento

Pró-reitor de Infraestrutura

Prof. Dr. Wilson Araújo da Silva

Organizador
Prof. Dr. Bruno Maia Halley

Conselho Editorial
Profa. Dra. Camila Brito Collares da Silva
Profa. Dra. Andrea Ferraz Silva Pereira
Prof. Dr. Bruno Maia Halley
Prof. Dr. Caleb da Silva Araujo Campelo
Profa. Dra. Carla Melli Tambarussi
Prof. Dr. Diego Carvalho Viana
Profa. Dra. Gilvânia Queiroz Madeira de Aguiar
Profa. Dra. Josiéli Demetrio Siqueira
Profa. Dra. Leisa Aparecida Gviasdecki De Oliveira
Profa. Dra. Luciana Oliveira dos Santos
Profa. Dra. Luciene Santana Ferreira

Coordenação da Editora
Profa. Dra. Camila Brito Collares da Silva

Diagramação
Profa. Dra. Camila Brito Collares da Silva

Capa e Divisórias
Eduardo da Conceição Jorge

APRESENTAÇÃO

O livro *Território, bairro e religião: expressões de cultura no Recife* representa uma significativa contribuição aos estudos da Geografia Cultural, reunindo pesquisas que interpretam a cidade do Recife a partir das relações entre território, identidade, música, religiosidade e cotidiano. Organizada por Bruno Maia Halley, geógrafo com ampla trajetória de pesquisa sobre a cidade do Recife e reconhecido por seus estudos em Geografia Cultural, território e evolução do pensamento geográfico, a obra apresenta uma leitura sensível da capital pernambucana, compreendendo-a como um espaço marcado por uma diversidade cultural, por variadas territorialidades e, por conseguinte, por múltiplas formas de apropriação do espaço urbano. Os capítulos da obra dialogam com importantes referenciais da Geografia contemporânea, especialmente aqueles voltados à interpretação das dimensões materiais e simbólicas do território, evidenciando a cidade como produto das experiências, memórias e práticas culturais de seus moradores em meio aos seus mundos vividos.

A experiência acadêmica de Bruno Halley como pesquisador do Recife confere unidade teórico-metodológica à coletânea, articulando diferentes objetos de estudo por meio de conceitos como território, territorialidade, geossímbolos, identidade territorial, lugar e cultura. O organizador demonstra profundo conhecimento da dinâmica urbana recifense, interpretando a cidade para além de sua dimensão física, revelando as redes de sociabilidade, os movimentos culturais, as manifestações religiosas e os processos de construção de pertencimentos que caracterizam a metrópole. Essa perspectiva aproxima a obra da renovação da Geografia Cultural e Humanista,

valorizando as experiências vividas, as representações e os significados produzidos pelos sujeitos em seus espaços cotidianos.

Os capítulos percorrem diferentes expressões da cultura recifense, abordando temas como a cena *punk*, os bairros tradicionais, os espaços públicos, a acessibilidade, os territórios religiosos e as identidades urbanas. Em todos eles, observa-se o diálogo entre sólida fundamentação teórica e intenso trabalho de campo, realizado por meio de observações, entrevistas, registros fotográficos e análise documental. Essa combinação permite compreender o Recife como uma cidade de múltiplos territórios e identidades, onde manifestações culturais, religiosas e musicais produzem paisagens e territorialidades que expressam a riqueza e a complexidade da capital pernambucana.

Ao reunir pesquisas de seus alunos-orientandos do curso de Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco, comprometidos com a interpretação crítica do Recife, o livro organizado por Bruno Halley consolida-se como uma importante referência para os estudos da Geografia Cultural brasileira. A obra reafirma a contribuição do geógrafo como pesquisador e profundo conhecedor das dinâmicas territoriais e culturais do Recife, oferecendo uma leitura que ultrapassa a descrição da paisagem urbana para evidenciar os processos sociais, simbólicos e identitários que fazem da cidade uma das mais complexas e plurais do Brasil do ponto de vista da cultura.

José Geraldo Pimentel Neto (UEMASUL)

Imperatriz-MA, julho de 2026.

SUMÁRIO

11 Cena *Punk* do Recife: territórios de uma contracultura
Alexsandro Antônio de Miranda
Bruno Maia Halley

49 Engenho do Meio: a trama do lugar e a identidade do bairro na Zona Oeste do Recife
Daniel de Lima Souza
Bruno Maia Halley

83 Percalços na geografia do Recife: discutindo a acessibilidade do idoso no bairro de Casa Amarela
Manoel Carlos de Oliveira Neto
Joseildo Nogueira dos Santos
Bruno Maia Halley

121 "Pracinha do Diário": epicentro de múltiplos territórios no Recife
Luíza Maria de Souza
Bruno Maia Halley

153 Morro da Conceição: o território-santuário e a vida do bairro na Zona Norte do Recife
Mariana Carneiro de Souza Almeida
Bruno Maia Halley

Cena Punk do Recife: territórios de uma contracultura

Alexsandro Antônio de Miranda
Bruno Maia Halley



CENA PUNK DO RECIFE: TERRITÓRIOS DE UMA CONTRA-CULTURA

Resumo

O trabalho tem como objetivo resgatar as memórias e experiências do movimento *punk* na capital pernambucana, buscando interpretar adeptos, bandas e territórios de pertencimento da música, ideologia, estética e rebeldia da contracultura. A princípio, o estudo resgata o surgimento do movimento no mundo, em especial nos Estados Unidos e na Inglaterra, para, em seguida, abordar o caso brasileiro, e, assim, os primeiros territórios da cena no Recife, a partir dos anos de 1980, sobretudo no âmbito dos seus bairros centrais e de outros espaços periféricos da metrópole, nos "subúrbios", conforme prefere o vocabulário *punk*. A pesquisa, portanto, revela as territorialidades do *punk* a partir de um diálogo promissor entre a Geografia Cultural e a música, tão válido para a análise das identidades territoriais dentro da globalização, pautando-se em geografar apropriações materiais e imateriais do movimento no território multicultural do Recife, também imerso em outras referências identitárias e musicais de caráter mais hegemônico.

Palavras-chave: Cena *Punk*; memória; território; territorialidade; Recife-PE.

PUNK SCENE IN RECIFE: TERRITORIES OF A COUNTER-CULTURE

Abstract

This work aims to recover the memories and experiences of the *punk* movement in the capital of Pernambuco, seeking to interpret the followers, bands, and territories of belonging of the music, ideology, aesthetics, and rebellion of the counterculture. Initially, the study traces the emergence of the movement in the world, especially in the United States and England, and then addresses the Brazilian case, and thus the first territories of the scene in Recife, from the 1980s onwards, especially within its central neighborhoods and other peripheral spaces of the metropolis, in the "suburbs," as the *punk* vocabulary prefers. The research, therefore, reveals the territorialities of *punk* through a promising dialogue between Cultural Geography and music, so valuable for the analysis of territorial identities within globalization, focusing on mapping the material and immaterial appropriations of the movement in the multicultural territory of Recife, also immersed in other more hegemonic identity and musical references.

Keywords: *Punk* Scene; memory; territory; territorialitie; Recife-PE.

1 Considerações Iniciais

O trabalho ora apresentado tem como objetivo central resgatar a memória e experiências do movimento *punk* na cidade do Recife, procurando analisar indivíduos, bandas e

territórios de pertencimento da música, ideologia, estética e da rebeldia da contracultura. Portanto, não se trata de um estudo sobre o que é o *punk*, mas uma perspectiva de análise do movimento em suas marcas registradas na cidade, nas suas redes de sociabilidade e cultura na capital pernambucana.

A pesquisa justifica-se não apenas pelo seu caráter inédito ao debater as memórias, os territórios e as territorialidades do universo *punk* no Recife, mas por investigar as mudanças ocorridas a partir da propagação do movimento do centro para os espaços mais periféricos da cidade. Além disso, a relevância do trabalho também se assenta no diálogo fecundo entre a Geografia e a linguagem musical, tão válido para a compreensão das identidades territoriais dentro da globalização em curso. Com efeito, o trabalho de investigação tem como objetivo principal identificar e geografar as relações construídas do *punk* no espaço urbano, tomando como foco a contracultura no Recife, em seus territórios e territorialidades materiais e imateriais.

Nesse sentido, a investigação procurou esmiuçar os territórios de jovens da periferia do Recife que imbuídos de suas experiências, lutas e identidades de grupo demarcam uma cidade da contracultura, um Recife *punk*, regido pelo tempo das "tribos urbanas" (Mafessoli, 1998), contrapontos ao modo de vida da metrópole em sua cultura hegemônica, marcado por padrões de comportamento individualistas e impessoais entre os citadinos. No dizer de Mafessoli (1998, p. 14), "[...] o individualismo é um bunker obsoleto, e como tal merece ser abandonado", em meio ao advento de contraculturas mais tribais-coletivas e autênticas.

Dentro destas premissas, as proposições metodológicas da pesquisa se assentam em estudos da

Nova Geografia Cultural, surgida na década de 1970, que apreende o território de um ponto de vista tanto material como imaterial, estando imerso em "geossímbolos" (Bonnemaison, 2012), os quais fortalecem a identidade das pessoas e grupos sociais em suas apropriações espaciais. Com efeito, a abordagem cultural na Geografia retrata aquilo que não pode ser quantificado, aferido, medido e modelado. Não analisa apenas o substrato material do espaço, mas suas (inter)subjetividades, que emanam referências e vínculos identitários entre os indivíduos e os territórios de vivência. É, portanto, à luz desta perspectiva que se interpreta as memórias e territorialidades da contracultura *punk* no Recife, uma "tribo urbana" (Maffesoli, 1998) por excelência que se define em seus territórios de luta, som e pertencimento.

Os territórios dos *punk*s se iniciam em seus corpos e passam a alcançar as casas dos seus adeptos, como também as ruas e praças de bairros periféricos, afora outros pontos de encontros em bairros centrais, em suas livrarias, bares, lojas musicais etc. Acabam entrando em contato com outros territórios de grupos sociais diversos que também materializam suas apropriações espaciais no cotidiano da cidade, malgrado a tendência a uma vida individualizada e anônima na metrópole recifense, sobretudo nas últimas duas décadas.

Para além desta nova urbanidade, a metrópole ainda comporta territórios variados formados por diversos grupos sociais, com os da contracultura *punk*, que se revelam como "nanoterritórios" (Souza, 2013), relativos aos territórios existentes na escala do domicílio, podendo uma praça, rua, esquina, um hospital, uma universidade etc. Os nanoterritórios, portanto, se situam entre a escala do corpo e a do quarteiro ou bairro. No universo *punk*,

se (i)materializam em pontos específicos da cidade, especialmente em áreas mais periféricas do Recife, dotando-se de territorialidades diversas entre os seus adeptos. Na ótica de Haesbaert (2011), essas identidades territoriais se referem a mecanismos de defesa, manutenção e proteção de um território, estando imersos em aspectos físico-materiais e simbólico-imateriais.

Dentro da contracultura *punk*, a territorialidade se faz presente na presença dos seus adeptos em espaços delimitados da cidade, cujos corpos, com seus adereços e vestimentas, demarcam (i)materialmente apropriações espaciais das mais variadas. Elas ocorrem tanto a partir da música produzida, na presença em shows, "gigs" e "rolês", quanto a partir da divulgação dos fanzines, na transmissão de memórias e conhecimentos através de material didático próprio e de estratégias diversas imbuídas de teor político.

À essa percepção de território/territorialidade coadunou-se à noção de bairro, na condição da porção do espaço urbano marcado por relações sociais mais próximas, relações de parentesco, vizinhança e compadrio, que reforçam laços e sentimentos de pertencimento ao espaço vivido e sentido. Neste sentido, foram revisitados trabalhos voltados a analisar essas ligações do morador com o seu bairro, como o de Carlos (1996), procurando apreender às práticas vividas pelos adeptos do *punk* na cidade do Recife no âmbito da escala local. Nesse universo, muitos adeptos da contracultura externam um sentimento de pertencimento ao bairro de vivência coletiva, base territorial imersa em "geossímbolos" característicos do *underground*[1].

1 O underground (ou sistema *underground*, também chamado) é o conjunto de todas as culturas alternativas que circundam ritmos que vão do hip-hop até o rock (e seus subgêneros: punk, indie, ska, surf music, heavy metal etc.), passando por gêneros como o reggae, o blues, o folk, entre outros.

No dizer de Bonnemaison (2002, p. 109), um "geossímbolo" pode ser definido como "um lugar, um itinerário, uma extensão que, por razões políticas, religiosas ou culturais, aos olhos de certas pessoas e grupos étnicos assume uma dimensão simbólica que os fortalece em sua identidade". Ou seja, os geossímbolos realçam a identificação de um indivíduo ou grupo com um território, lócus de suas experiências, memórias e percepções de mundo.

A pesquisa também se debruçou em outros estudos calcados no movimento *punk*, como os trabalhos de Gadêlha (2014), Moraes (2008) e Gallo (2008), como forma de se entender o surgimento e consolidação da contracultura pelo mundo e pelo Brasil. Além destes estudos, também foram revisitados materiais desenvolvidos pelos próprios adeptos do movimento, materializados em fanzines, repletos de discursos e práticas do *punk* didaticamente explicitadas. Nestes folhetos, há indicativos dos pontos de encontro da cena na cidade, tornando-se imprescindíveis para a pesquisa que tem como um de seus objetivos geografar a contracultura na capital pernambucana.

Rumando nesta trilha, também foram realizados trabalhos de campo pelos territórios do *punk* no Recife, nos seus espaços mais autênticos, envolvendo os espaços de suas apresentações musicais, de seus "rolês" por becos, praças públicas e comunidades, por pontos de encontro da cena, onde foram realizadas entrevistas com seus adeptos e o mapeamento das geografias da contracultura na cidade. Nestes trabalhos *in loco*, presenciou-se a luta por afirmação, difusão de ideias, conceitos, memórias e táticas de sobrevivência entre os adeptos do *punk*, dentro de um processo de delimitação de territórios e de produção

de variadas práticas culturais. Observou-se, portanto, um engajamento mútuo entre os *punk*s, que se revelam envolvidos em redes de solidariedade em face aos parcos recursos dos seus membros, em sua maioria moradores de bairros pobres do Recife.

Malgrado os casos de violência, emerge entre os adeptos do *punk* uma empatia e resistência coletiva, um campo de força em face a uma sociedade predatória, devotada ao consumo e comportamentos elitistas e segregacionistas. Neste contexto, Maffesoli (1998, p. 17) ressalta que na transição da modernidade para a pós-modernidade, o indivíduo racional regido por instituições e identidades fixas acaba por assistir a emergência de outros agrupamentos, "tribos urbanas", formados pela vontade de estar junto, de partilhar emoções, gostos e experiências sensíveis, dentro de uma empatia mútua.

Daí se justifica a importância de se compreender o movimento *punk*, de revisitar suas memórias e de mapear seus territórios, como autêntico grupo social urbano articulado em sua base por laços de afinidades, interesses comuns, hábitos e ideologias semelhantes, que externa um sentimento de identidade e pertencimento na sociedade, não obstante as individualidades exacerbadas na metrópole.

Primeira parte: a contracultura punk no mundo e no Brasil

Como se define o *punk*? De acordo com Gallo (2008, p. 751),

> [...] a palavra *punk* encontra significados diferentes; enquanto um substantivo pode

> ser traduzido como madeira podre utilizada para acender o fogo', ou 'vagabundo de pouca idade', rufião, capanga ou ainda, em inglês arcaico, prostituta.

Seja qual for a definição, parece que o olhar marginal da palavra se sobressai. E é entorno deste sentido que se procura descortinar o *punk*, descrevendo suas apropriações e resistências no Recife, que acabam se (i)materializando em territórios, ainda estigmatizados na cidade. De maneira geral, os *punk*s são percebidos pelos citadinos como indivíduos que transitam com seus cabelos moicanos e roupas extravagantes, e que acabam sobressaindo na paisagem das mais diversas cidades do mundo; preconcebidos como rebeldes sem causa, subjugados em suas identidades, práticas sociais, ideologias, musicalidade, simbolismo, territórios e militância.

No entanto, os *punk*s são indivíduos que trabalham, pensam, atuam e produzem sobre a realidade vivida, que padecem das chagas sociais e da exclusão, mas que também tecem suas tramas políticas e artísticas nesse imenso palco descortinado da vida. São homens e mulheres envolvidos com trabalhos sociais, plenamente conscientes da dura rotina de subalternizados das classes desfavorecidas, lutando para serem ouvidos através do exercício de divulgação de suas ideias.

As cidades são feitas por pessoas que as dotam de identidades múltiplas. Grupos de jovens marcam esquinas, praças, becos, ruas e bairros, com suas linguagens próprias, comportamentos, gestos, vestimentas, ideias e vínculos territoriais, que os definem e os distinguem dos demais. Com efeito, os jovens da contracultura *punk* perfazem as distintas territorialidades da cidade, e, assim, do Recife, destacando-se por suas práticas, símbolos e apropriações

espaciais, e, sobretudo, por seu engajamento político em prol de uma mudança na perversa estrutura social no mundo.

Na ótica de Junio dos Santos *et al.* (2022), o sentimento de pertença a uma tribo leva à partilha de ideias e à probabilidade de os indivíduos se expressarem naturalmente, sem pressões externas do que é socialmente aceitável e percebido como normal por indivíduos fora desta comunidade. Há partilha de valores e a construção de rituais de consumo que têm impacto na manutenção da identidade.

Os *punk*s se utilizam do próprio corpo como ferramenta de partilha de seus valores e, por conseguinte, de propagação de seus discursos e ideologias. Trata-se de um território de luta e identidade para seus adeptos. Na ótica de Bonnemaison (2002, p. 101), "é a partir da cultura de um grupo que um território é criado"; e há toda uma série de territorialidades na expressão corporal, como nos mostra um dos *punk*s entrevistados, André Dranze (Figuras 01 e 02):

> Nosso visual é essencial. É o que nos representa; o que nos identifica. É uma necessidade para cada envolvido com a cultura *punk*. O *punk* não está apenas na cabeça e nas ideias. A cultura *punk* como qualquer outra é modo de vestir, pensar e agir. É um conjunto da obra. Usamos as roupas escuras representando o luto pelos mortos inocentes todos os dias, de ponta a ponta no mundo todo. Levantamos os cabelos no corte mohawk em memória a tribo indígena que foi massacrada e extinta pelos colonizadores, que erguia seus cabelos para batalhar. Nossas botas contra o militarismo. Em nossas roupas remendadas,

frases de protesto, para pôr em evidência nossas ideias. Pra resumir, nosso visual é nossa armadura, nossa pele[2].

Figuras 01 e 02: *Punk*s do Recife. À esquerda, André Dranze na preparação do penteado moicano (uma referência dos *punk*s ao corte de cabelo da tribo indígena norte-americana Mohawk), no Ibura, em 2018. À direita, Rolê *punk* no Mercado de Casa Amarela, em 2017, no Recife





Fonte: Arquivo pessoal do *punk* André Dranze.

Nesse sentido, o corpo é um primeiro território, expressão de suas memórias, vínculos e posicionamentos. Ele perfaz a constituição da identidade dos atores sociais do universo *punk*. Com efeito, dentro da sociedade, o sujeito *punk* se relaciona com um "[...] conjunto de gostos e preferências que se exprimem de forma simbólica, através do vestuário e da linguagem corporal nos diferentes meios em que é observado" (Junio dos Santos *et. al.*, 2022, p. 82).

Isto se tornou evidente nos trabalhos de campo desenvolvidos, onde foram delimitados os locais da ocorrência *punk* no Recife, com seus corpos, gestos e

2 Depoimento colhido em entrevista realizada em março de 2011.

atitudes revelando consciência política entre seus adeptos, ativistas de suas causas e sujeitos de sua própria ação, e não dos modos de vida hegemônicos do capital que perfazem os espaços das elites político-econômicas da cidade.

Ao se traçar o perfil do militante punk, no que se refere à sua condição social, sexo, idade, militância e territórios, observou-se o seu engajamento político e seu envolvimento com o espaço circundante, que envolve relações sociais, econômicos, culturais e emocionais. No dizer de Santos (2006), na ordem local se funda a escala do cotidiano, cujos parâmetros se estabelecem na co-presença, marcada por laços de vizinhança, intimidade, emoção, cooperação e de socialização entre os indivíduos e o espaço. A co-presença do *punk* emerge da sua ligação à escala imediata, com o território vivido, apreendido como a porção do espaço delimitado por e a partir de relações de poder, dentro de um cotidiano multifacetado, envolvendo apropriações materiais e simbólicas simultaneamente (Souza, 2013; Haesbaert, 2004).

Por conseguinte, compreende-se o território como um recorte espacial definido por relações de poder, sendo apropriado, disputado e controlado por certos indivíduos, grupos sociais e instituições. Na contracultura *punk*, os territórios são definidos pelas ações dos seus adeptos em espaços sob seus domínios físicos e simbólicos, e que acabam engendrando territorialidades, entendidas como mecanismos ou estratégias territoriais recriadas por grupos para manter e assegurar seus territórios de pertencimento (Haesbaert, 2007; Raffestin, 1993).

As territorialidades do *punk* começaram a ser evidenciadas ainda na década de 1970, nos Estados Unidos, dentro de uma série de ligações prévias que legaram ao movimento um conjunto de traços estéticos, musicais e

comportamentais. Neste contexto, o ideal de liberdade de hippies e motoqueiros, a psicodelia dos festivais de música, e o *Glam Rock* (com suas roupas extravagantes, cabelos e maquiagens) ainda estavam em cena, como também estavam os discursos políticos e atos de rebeldia contra o desemprego estrutural e a exclusão social nos grandes centros urbanos do mundo afora.

Basicamente, o arranjo desses elementos acabou por fomentar os alicerces da contracultura, que despontou das entranhas da música e debandou para as esferas sociais, culturais e políticas. Embora existam correntes que considerem bandas da década de 1960 como precursoras da música *punk*, como *Velvet Underground* e *The Stooges* (Bastos, 2005), acredita-se que foi apenas com os nova-iorquinos *Ramones* e *New York Dolls*, que o *punk* se consolidou como expressão cultural. Nascia, assim, uma nova forma de fazer música, com letras narrando um cotidiano tedioso e canções marcadas por melodias simples.

Sem tardar, o então chamado *Punk Rock* ganhou ressonância, traduzindo em atitude todo o seu vigor. Contrário ao lema de "paz e amor" advindo do movimento hippie, a contracultura *punk* se impôs ao disseminar o bordão "*Do it yourself*" ("Faça você mesmo!"), demonstrando, assim, um caráter intersubjetivo, e, ao mesmo tempo, contestador em face a uma sociedade que se despedaçava em suas vidas de aparência e consumo. O interessante nesse jargão é observar como através da atitude, força de vontade, seria possível concretizar iniciativas antes suprimidas por um sistema cultural que venerava as sutilidades e perfeições de suas produções. Toma-se como exemplo, Ramones, que por não saberem tocar as músicas de seus grupos favoritos, buscaram nas

letras simples e nos três acordes do *Punk* Rock uma saída para que suas canções fossem ouvidas.

Imersa nas redes da globalização, a cultura *punk* não demorou a cruzar o Oceano Atlântico em direção à "Terra da Rainha". Já na segunda metade dos anos de 1970, verificava-se a presença de ícones dessa contracultura, como a banda londrina *Sex Pistols*, com suas roupas e atitudes consideradas vexatórias. Na época, sua linguagem e suas letras alimentaram não só o ideário de garotos marginalizados, mas também, as páginas de diversos tabloides sensacionalistas, que noticiavam com ênfase as atitudes de Sid Vicious, Johnny Rotten e companhia. Neste contexto, a cena *punk* inglesa presenciava jovens londrinos a circularem com cabelos moicanos coloridos, coturnos, jaquetas, calças apertadas, *pins* (alfinetes, pregos e parafusos usados nas roupas e no próprio corpo) e *patches* (pedaços de tecido com mensagens, gravuras ou imagens relacionadas à contracultura *punk*, costurados nas jaquetas, calças ou camisetas dos militantes). Em muitos casos, a maquiagem também fazia parte do figurino.

O repertório, as vestimentas, as cores, os territórios urbanos e os próprios corpos revelavam uma identidade territorial ao *punk* na cidade. O sociólogo Michel Maffesoli (1998) chama de "espetáculo" a marca dessa contracultura na paisagem das grandes cidades: "As diversas aparências '*punk*', '*kiki*'[3] , '*paninari*"[4] que exprimem muito bem a

3 A cena *Kiki* tem suas raízes na cultura de bailes de salão da década de 1920, uma comunidade *underground* que surgiu na cidade de Nova York durante a Renascença do Harlem como um espaço seguro para pessoas *queer* negras. Disponível em https://www.theatlantic.com/photo/2019/11/nyc-kiki-comm unity/599830/. Acesso em 02/02/2024.

4 Ou Paninaro, movimento italiano nascido em Milão. Jovens apaixonados por roupas se reuniam para mostrar suas últimas aquisições. Esse fenómeno espalhou-se por toda a Itália graças aos meios de comunicação, que incentivaram o ultraconsumismo e um estilo de vida inspirado na cultura americana. Disponível em https://graduatestore.fr/en/content/39-stone-isla nd-street-culture. Acesso em 02/02/2024.

uniformidade e a conformidade dos grupos, são como outras tantas pontuações do espetáculo permanente que as megalópoles contemporâneas oferecem" (Maffesoli, 1998, p. 16).

Contudo, dentro de uma sociedade ainda muito conservadora, não à toa, as primeiras aparições dos *punk*s causaram um espetáculo de perplexidade, contrastando com as normas de etiqueta de então. Na ótica de Gallo (2008, p. 750) a aparência *punk* surgiu como protesto contra o *estabelechiment* do momento:

> As barreiras de classe, o conservadorismo, a discriminação e a falta de liberdade fomentaram a desesperança, seguida por uma atitude rebelde desses grupos que mergulhados na falta de perspectivas insurgiram-se utilizando a música como linguagem e como fator de identidade.

Neste contexto de injustiças sociais da Inglaterra, a música *punk* servia como um alívio para os jovens inconformados com os rumos que a sociedade capitalista vinha tomando. Assim, uma mescla de inconformidade e canções de protesto foi o suficiente para que o movimento adquirisse o caráter político que possui até os dias atuais. Segundo Moraes (2008, p. 07), "são os sentimentos de indignação e ódio [...] que constituem uma das bases da cultura *punk*". No entanto, vale ressaltar que essa indignação não é externada a partir de um ódio destrutivo e caótico, mas a partir de um ódio transformado em ação política, ou seja, a transformação do ódio em algo produtivo. Logo, o *punk* se apresenta como uma atitude racional sempre em busca da concretização de uma utopia consciente e com finalidades específicas.

Em terras brasileiras, os primeiros registros da cena *punk* revelam certa contradição entre duas correntes

simpatizantes do estilo. A primeira faz menção à Brasília, a capital federal, onde filhos de políticos, diplomatas e de professores entraram em contato com a cultura estrangeira em suas viagens ao exterior. A partir deste intercâmbio, foi possível importar os primeiros discos e publicações sobre o gênero. No videodocumentário "MTV Especial: Aborto Elétrico", tributo à extinta banda brasiliense, o vocalista da banda *Capital Inicial*, Dinho Ouro Preto, salienta a cena *punk* presenciada por ele no final dos anos 1970, onde em uma rua qualquer de Brasília, se apresentava a banda *punk Aborto Elétrico* – embrião da banda conhecida mais tarde por *Legião Urbana*.

A segunda corrente faz menção ao início da cena nos fins da década de setenta em São Paulo (capital). Bandas como *Condutores de Cadáver*, *AI-5*, *Cólera* e *Restos de Nada* propiciaram os primeiros registros *punk* no país, sendo a "Paulicéia Desvairada" o foco de irradiação do movimento. A partir daí, surgem nos anos 1980, bandas que formariam a atual vanguarda do *Punk Rock* nacional, ícones como *Inocentes*, *Olho Seco* e *Ratos de Porão*.

Bem mais aceita do que a primeira, essa segunda hipótese foi alargada após o lançamento do documentário "Botinada: a Origem do *Punk* no Brasil" (2006), produzido pelo ex-VJ da MTV Brasil, Gastão Moreira. No documentário, há referência ao lançamento do LP "A Revista Pop apresenta o *Punk Rock*", feito em 1977 pela Revista Pop. Trata-se de uma coletânea produzida pela gravadora Philips, com 12 faixas, trazendo as principais bandas *punk*s da época: *Sex Pistols, Ramones, The Jam, The Runaways*, entre outros. Sobre o surgimento do *punk* no Brasil, o vídeo sugere a origem em Minas Gerais e em São Paulo, com as bandas *Banda do Lixo* (MG) e *Joelho de Porco* (SP). Contudo, baseando-se nos trabalhos

desenvolvidos por esses grupos na época, envolvendo a música, os comportamentos, a ideologia e a estética, acredita-se que o estado federativo mais representativo deste início do *punk* tenha sido, sem dúvida, São Paulo (Figuras 03 e 04).

Figuras 03 e 04: Movimento punk de São Paulo. À esquerda, punks numa esquina da Zona Sul, na segunda metade da década de 1980. À direita, registro do fotógrafo Rolando de Freitas durante o festival punk "O Começo do Fim do Mundo", realizado no Sesc Pompeia em 1982



Fonte: https://acervopunk.com.br/ (Acesso em janeiro de 2024).

É válido salientar que a contracultura *punk* se desenvolve no Brasil num contexto de forte coerção militar, decorrente do Golpe Militar ocorrido ainda em 1964. Dentro deste contexto, as liberdades de expressão e de ideologia foram tolhidas pelo Estado repressor. A edição n.º 1 do fanzine paulistano "De *punk* verdadeiro para *punk* de verdade", do início da década de 1980, destaca que os primeiros *punk*s brasileiros tiveram que desenvolver suas atividades sob forte esquema de censura e vigilância da ditadura, resistindo e não abandonando sua práxis. Mesmo frente às coações impostas, os adeptos da contracultura expandiram a cena, deixando um legado para gerações posteriores. Contudo, os resquícios de ditadura ainda se

fazem presentes. A esse respeito, um dos entrevistados, Jorge Paulista, trouxe o seguinte relato sobre a repressão ao sujeito *punk* no Recife durante o período militar e mesmo com a redemocratização dos fins dos anos de 1980:

> Naquela época havia um preconceito muito forte, tá ligado? Os caras que usavam visual [*punk*] enfrentavam altas barreiras. Fome[5] era preso praticamente todo dia. A polícia inventava motivo pra prender o cara. Uma hora por importunação, outra hora só porque o policial não gostou dele, aí prendia. Uma vez eu estava lá no [cinema] Veneza. O policial foi lá prender ele porque achou que ele estava importunando as pessoas, mas o cara estava apenas de visual, de moicano, calça rasgada, a camisa escrito "Foda-se o sistema!" e cheio de correntes. Isso era chocante pra época. As pessoas aqui eram muito ignorantes pra ver que aquilo ali era um *punk*. Não sabiam, não conheciam. A gente foi pra um evento no Curado, que era o Ato do Dia do Trabalhador. Fome chegou lá. O cara foi a sensação! Todo mundo queria ver ele, queriam tocar nele. Uma mulher falou assim: "Eu só vejo isso nos filmes! Aquele cara doidão!" Era uma coisa surreal! Você vê um cara de moicano, bem grandão, isso impactava muito aonde as pessoas andavam, e atraía também maus olhares. Teve um cara que chegou e falou: "Parece um bicho! Isso aí na minha área não se criava não! Já matava logo!" Eu achava isso um absurdo, tá ligado? Mas fazer o quê, né?".[6]

Percebe-se na narrativa, portanto, a repressão e preconceito vivenciado pelo sujeito *punk* em seus

5 Fome (R.I.P.) era um punk muito conhecido no Recife nas décadas de 1980 e 1990.
6 Depoimento colhido em entrevista realizada em abril de 2022.

movimentos de contracultura pelos territórios da cidade. Não é fácil delinear o início de uma cena, sobretudo dentro de um contexto repressivo, com poucas informações disponíveis e desencontros de falas. Contudo, na sessão subsequente, procurar-se revisitar esses primeiros passos da cena *punk* no Recife, com o objetivo de contextualizar situações, experiências, sujeitos, territórios e territorialidades recriadas, dentro de um recorte temporal estendido dos anos de 1980 até os dias atuais, procurando tornar visível um movimento ainda muito marginalizado, sobretudo por grupos sociais conservadores que tentam estigmatizar e arrefecer outros que não se coadunam aos seus modos de vida.

Segunda parte: os territórios e territorialidades do punk na cidade do Recife

Em seu longa-metragem "Retratos Fantasmas", o diretor pernambucano Kleber Mendonça Filho (2023) aborda a decadência dos "cinemas de rua" dos bairros centrais do Recife subjacente ao próprio abandono do centro histórico da cidade a partir dos anos de 1980. Em cena do filme, uma amiga do diretor exalta que "o centro do Recife tem cheiro de maré, fruta e mijo". Não fossem as frutas, a frase certamente casaria perfeita com uma famosa pichação do Recife dos anos 1980: *RECIFEDE!* Era comum vê-la em muros do centro e bairros próximos, como Santo Amaro, Afogados, Derby e Madalena. O desconhecido autor da célebre expressão talvez nem saiba que seu enunciado, por inspiração, deu origem, na mesma época, ao nome de um fanzine *punk* que ainda circula na cidade: o *RECIFEZES*.

Não foi fácil levantar informações sobre o início da cena *punk* recifense, em razão dos poucos militantes conhecidos da época ainda vivos e em atividade. Além disso, provavelmente, muitas imagens, nomes e objetos se perderam ou simplesmente foram esquecidos com o passar dessas quatro décadas. Contudo, mesmo com os percalços, a pesquisa constatou que a cena *punk* surge no Recife no início dos anos de 1980, proliferando-se pela cidade a partir de seus espaços centrais.

O jornalista Wilfred Gadêlha relata em sua obra "PEsado: origem e consolidação do metal em Pernambuco" (2014), que a cena surgiu no estado nordestino a passos curtos, assim como na maioria das cidades que estão fora do eixo Rio–São Paulo. Eram poucos seus adeptos. O *hard rock* e o *heavy metal* eram os subgêneros mais entoados pelo público simpatizante do *underground* recifense, e os festivais e shows eram realizados em espaços menores do que os atuais.

Gadelha (2014) também retrata o bairro central da Boa Vista como o território do rock e da expansão da cultura *underground* na capital pernambucana, muito em razão de sua centralidade urbana, que teve seu auge até a década de 1990. Era lá que estavam encravadas as principais lojas de discos, a maior circulação de pessoas, as bancas de revistas e jornais, as livrarias, os teatros e os cinemas, que também se configuravam em territórios de encontro das novas tribos e de proliferação de uma cena politizada, como a cena *punk*. Os bares da Boa Vista também eram ambientes muito frequentados pelos *punk*s, nos anos de 1980 e 1990. Os encontros eram corriqueiros, sobretudo no Bar Antropófago, do conhecido anarquista Ivan. De acordo com o editor do fanzine *RECIFEZES*, Carlos Santana, nesse bar havia constantes recitais de poesia e até

uma biblioteca com literaturas libertárias. Foi a partir daí que surgiu a Associação Livre (Associação Libertária de Trabalhadores Diversos), que passou a funcionar em um apartamento localizado na Praça Euclides da Cunha, no bairro da Madalena, outro ponto de encontro dos adeptos da cena *punk* recifense[7].

Conforme levantado em campo, os primeiros sinais da música *punk* no Recife se deram no ano de 1982, quando do advento da banda *Câmbio Negro HC*, da qual um dos entrevistados pela pesquisa, Nino, fazia parte. Segundo Nino, havia no Recife outras bandas de rock, mas quase todas executando o som do *heavy metal*. Tempo depois, a partir do conhecimento de bandas *punk*s estrangeiras, passaram a adquirir materiais (LP´s e K7´s) e instrumentos mais diversificados, advindos sobretudo de São Paulo: "Achamos que a gente podia fazer a nossa parte", lembrou Nino[8]. Não tardou para que meses depois a *Câmbio Negro HC* estivesse na ativa dentro da cena *punk* local.

Assim como considera-se a origem do *punk* no Brasil em São Paulo, em razão do envolvimento inicial de indivíduos em cenas de contracultura para além somente da música, o mesmo critério utiliza-se para se definir o ponto de partida do *punk* no Recife. Ou seja, mesmo com uma banda em atividade desde 1982, somente considera-se o início do movimento *punk* recifense em 1983, quando há de fato a expansão da contracultura com a produção e divulgação de fanzines, marcando um contexto de luta política e social, com a realização de eventos culturais, adoção da estética *punk* e apropriação de territórios por parte de seus adeptos na cidade, em becos, morros, prédios, ruas, praças, entre outros.

---

7 Depoimento colhido em entrevista realizada em agosto de 2011.
8 Depoimento colhido em entrevista realizada em janeiro de 2011.

A afirmativa também tem como base o lançamento do fanzine *SOS Punk*, publicado em abril de 1983 pelos integrantes da banda *Câmbio Negro* (Figura 05 e 06). Trata-se do primeiro registro da cena e do engajamento *punk* no Recife, marcando definitivamente o início de sua cena na cidade[9]. Dentre os vários assuntos abordados nas nove (09) páginas do fanzine, destaca-se o uso da expressão movimento *punk*. Pensado e organizado para ser uma ferramenta de divulgação, o fanzine aborda o nascimento da cena *punk* no exterior, destrinchando o que exatamente o *punk* é, e como sua figura era vista pela mídia da época; além de tratar de assuntos como a violência policial e a corrupção governamental. O "zine" ainda traz imagens de ícones da cena nacional e estrangeira, além de letras de músicas, e mensagens contra o consumo de drogas.

Figuras 05 e 06: *Punk*s do Recife na década de 1980. À direita, a banda *punk*/HC SS-20, no evento "*Consciência ou Morte*", realizado no bairro Coqueiral, na Zona Sudoeste do Recife, no feriado de 7 de setembro de 1989. À esquerda, *punk*s de bandas distintas se reunindo para um "rolê"



Fonte: Arquivo do fanzine *RECIFEZES*.

9 Reforça-se tal afirmativa quando da observação da excelente publicação "RE-NEGO, grito punk nas cenas do litoral e da Serra da Borborema (1987-2014)", lançada por Carlos Ferreira de Araújo Júnior, em junho de 2021.

Ao longo da pesquisa, não foi possível precisar um número exato de *punk*s neste período, mas calcula-se aproximadamente de 30 a 40 indivíduos atuando no Recife entre os anos 1983 a 1990. Essas informações foram levantadas a partir de análises feitas nos fanzines da época, com reportagens sobre bandas e eventos, além dos relatos de entrevistados, como Carlos (editor do fanzine "*RECIFEZES*"), Lael (primeiro *punk* de Pernambuco) e Nino (da banda *Câmbio Negro HC*), todos militantes ativos na época (Figura 07).

Figura 07: Punks do Recife nos anos de 1980. Na foto (da esquerda para a direita), os punks Nino, Lael, e o vocalista e fundador da banda Realidade Encoberta, Nado (falecido em 1997), nas proximidades da Mausoléu Discos, na Rua Sete de Setembro, na Boa Vista, no Recife



Fonte: Arquivo do fanzine *RECIFEZES*.

A década de 1990 se inicia da mesma forma que a década de 1980 termina: com a música *punk* sendo tocada nos guetos, nas periferias, nos locais esquecidos do centro do Recife, nos espaços mais afastados, mais pobres e de escassa circulação de pessoas. O *punk* ainda permanecia

no obscurantismo, sendo proscrito pela cultura de massa e invisibilizado pela mídia corporativa. O exitoso *rock* nacional da segunda metade dos anos 1980, encabeçado por bandas como *Barão Vermelho, Legião Urbana, Engenheiros do Hawaii, Titãs, Paralamas do Sucesso, Capital Inicial*, entre outros, fez a música tocada com guitarras ser mais popular, mas o *punk* não surfou nessa onda, continuou relegado. E mesmo após a massificação do *rock*, ocasionado pelo surgimento de grandes eventos como *Rock in Rio* e *Hollywood Rock*, o *punk* continuou a ser evitado.

Em relação à produção, prosseguia a circulação de material *punk* através de trocas entre seus adeptos via Correios e de mãos em mãos, além da propaganda pautada na fixação de cartazes de shows e na publicidade eficaz da boca a boca. Os espaços físicos para entoação da música ainda eram pequenos e precários. Nenhuma repercussão sobre o *punk* era ouvida nas rádios FM. Pouquíssimos investimentos em cultura por parte da esfera governamental eram concretizados. Sequer existia alguma política pública para a cultura *underground*. O que havia era a ação repressiva do aparelho policial.

De acordo com os entrevistados e das informações contidas nos fanzines, na primeira metade da década de 1990, locais como Beco da Fome, Cinema São Luiz e Livraria Livro Sete, no bairro da Boa Vista, continuavam sendo os pontos de encontro centrais da contracultura *punk* recifense. A coisa *punk* permanecia sendo feita por indivíduos que tinham empregos comuns – isso quando não estavam desempregados ou na informalidade do comércio ambulante. Pessoas que labutavam o mês inteiro para receber parcos valores para iniciar uma competição entre se alimentar e comprar um LP ou instrumento

musical. Na maioria das vezes, esses instrumentos nem eram comprados, eram trocados em estúdios de música e em brechós por LPs, por objetos pessoais (relógios, bicicletas, camisas...) e até por horas de trabalho. Como se diz na expressão local, "fazia-se um rolo"; um escambo. Outra forma notada de acesso a instrumentos musicais por parte dos *punk*s, era a construção dos próprios equipamentos a partir de sucata de material elétrico e eletrônico descartados nas calçadas da Rua da Palma ou encontrados no lixo.

As muitas edições de festivais locais como *Abrir Pro Rock* e *PE no Rock*, nos idos da década de 1990, propiciaram oportunidades a bandas de *punk/hardcore* se apresentarem, o que fez com que novos adeptos da contracultura surgissem naquela época. Um *boom* de bandas de variados estilos surge nesse período em função desses festivais, que também coincide com o início da teledifusão de programas e de videoclipes relacionados à cultura *underground* no canal MTV. É, nesta década de 1990, que também há o surgimento de outras bandas *punk/HC*, como *Subversivos, Ugly Boys, Fogo Morto, Ataque Suicida, Matalanamão, Elefante Verde, Estado Decadente, Ratos de Rua, Campo Minado, Proletários*, entre outras.

Portanto, a década de 1980 foi marcada pelo processo de construção e afirmação do *punk* na cidade, malgrado o regime militar, que reprimia às manifestações públicas, sobretudo àquelas tidas subversivas. Por outro lado, os anos de 1990, foram marcados pela redemocratização brasileira e pela abertura do mercado econômico dentro da expansão da globalização, com o *punk* também alcançando novos territórios, propagando-se pela metrópole recifense, renovando seu fôlego, sobretudo em termos de produção

e atuação.

Dentro deste contexto, cabe aqui ressaltar a trajetória de Lael ou Lael Pezão, considerado o primeiro *punk* de Pernambuco. Na juventude, após passar alguns anos na cidade de São Paulo, Lael retorna ao Recife no final de 1983. Trouxe na bagagem as experiências vividas no Centro-Sul brasileiro, com o já fervilhado movimento *punk* paulista. Seu cartão de visita na época: jaqueta preta e cabelo moicano tingido com mercúrio e espetado com "gomex" (espécie de goma que os *punk*s utilizavam no cabelo). Morador do bairro do Pacheco, na divisa ente as cidades do Recife e de Jaboatão dos Guararapes, Lael afirma que na época foi discriminado e que sofreu perseguição policial por causa de seu visual: "Naquele tempo era foda! Eu estava de moicano, o pessoal não sabia o que era aquilo. Em Jaboatão me chamaram de extraterrestre". Ainda segundo ele, em certa ocasião, um policial pediu para que se retirasse de um parque de diversões porque sua aparência estava amedrontando as crianças.[10]

Conforme relatos de Carlos e Nino, contemporâneos de Lael, o *punk* do Pacheco era responsável pela organização de shows e *gigs* que aconteciam nos mais diversos locais da Região Metropolitana do Recife, chegando inclusive a montar uma produtora, a "Caatinga Produções". Como a escassez de material era evidente, era comum a realização de "gambiarras" por parte de Lael, improvisando aparelhos na criação de sistemas de som e iluminação. O *punk* utilizava sucatas encontradas nos monturos de lixo, as quais eram reaproveitadas em equipamentos dos mais diversos. Fazia jus, assim, ao bordão *punk* "*Do it yourself!*". Certa vez, Lael construiu uma guitarra utilizando captadores, válvulas e outras peças de um rádio velho. Segundo o *punk*

10 Depoimento colhido em entrevista realizada em setembro de 2011.

Carlos, era comum que ele também criasse amplificadores e caixas de som com carcaças deixadas nas calçadas, o que lhe concedeu o título no meio *punk* oitentista de "Professor Pardal".[11] "O Sepultura já tocou aqui com uma bateria feita por mim. Na época era tudo precário. Mas tocou!", ressaltou Lael.[12]

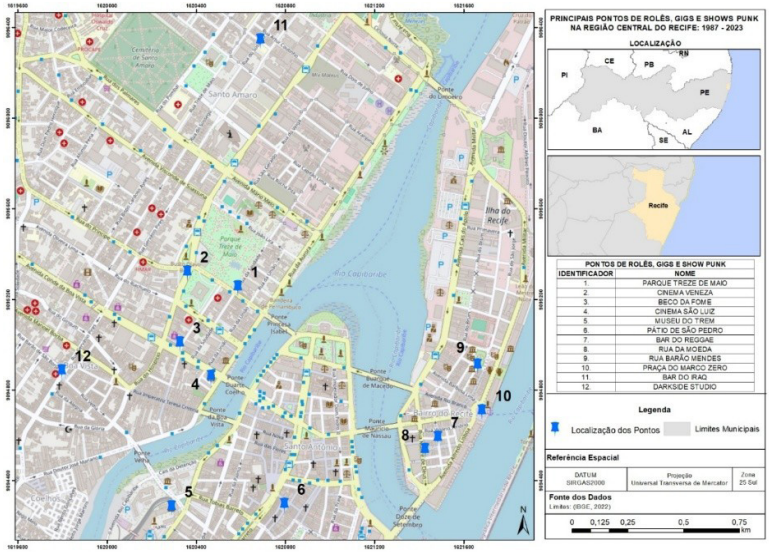
Em geral, o *punk* do Recife possui as mesmas características de outros existentes em diversas partes do mundo. Geralmente, são grupos compostos por jovens pobres, rebeldes e contestadores, e que possuem relatos variados de violência sofrida pelo Estado e por outros grupos de poder hegemônico. O ser *punk* tem os mesmos princípios ideológicos, mas cada um com suas particularidades, subjetividades e territórios intrínsecos e variados. Nesse sentido, o movimento *punk* do Recife tem como epicentro os bairros centrais da cidade (Figura 08), ressoando suas ações nas periferias mais distantes, inclusive de outras cidades circunvizinhas. Durante a pesquisa, entrevistou-se *punk*s que exercem suas práxis no Recife, mas são oriundos de Paulista, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Abreu e Lima, Igarassu e até de cidades mais distantes. Por outro lado, em vários eventos realizados para o público *punk*, em Abreu e Lima, Olinda e Jaboatão, observou-se a atuação de vária bandas do Recife, o que nos leva a afirmar, obviamente, que o local de ocorrência do evento não determina exatamente seu local de pertencimento entre os adeptos do *punk*.

Nesse sentido, verificou-se que os territórios da contracultura são multifacetados. Os "rolês", comumente chamados os eventos do *punk*, ocorrem tanto no centro do Recife quanto na periferia. No centro, um dos locais de encontro dos atuais adeptos da contracultura é a Rua da

11 Depoimento colhido em entrevista realizada em agosto de 2011.
12 Depoimento colhido em entrevista realizada em setembro de 2011.

Aurora, em frente ao Cinema São Luiz, último sobrevivente dos antigos cinemas da cidade, um território simbólico frequentado por anônimos, críticos e amantes da sétima arte. De acordo com André Dranze, é a partir deste cinema que os *punk*s partem para os "rolês" em outros territórios, como o Beco da Fome, também no bairro da Boa Vista, e o Pátio de São Pedro, no bairro vizinho de Santo Antônio. "Nunca ficamos em local fixo para evitar ataques e ser alvo fácil de algum tipo de covardia. É um mecanismo de defesa para os *punk*s que frequentam os *points*".[13]

Figura 08: Principais pontos de "rolês" e "gigs" *punk* nos bairros centrais do Recife desde a década de 1980 (1987 – 2023)



Elaboração: Renata Miranda (2023).

O Beco da Fome, um corredor estreito que interliga as ruas do Hospício e Sete de Setembro, no bairro da Boa Vista, no centro do Recife, faz parte do complexo

13 Depoimento colhido em entrevista realizada em março de 2011.

do Edifício Pirapama. Trata-se de um território urbano frequentado há décadas pelos mais diversos grupos de jovens: estudantes, *headbangers*[14], rastafáris, artistas, skatistas, tatuadores e o público em geral, não sendo um território exclusivo de atuação do movimento *punk*. Na pesquisa realizada, o beco foi citado tanto pelos *punk*s mais atuais, quanto pelos *punk*s das décadas de 1980 e 1990. Em particular, constitui-se um território do *underground* do Recife, revelando uma paisagem marcada pela desordem, com seus bares e lanchonetes repletos em pleno coração da cidade. Conforma-se um território popular dos menos favorecidos que estão à procura de interação social e lazer, que estão à procura de um rolê *punk*!

O Beco da Fome também é citado na obra de Gadêlha (2014) como um território frequentado por *punk*s e *headbangers* no final dos anos 1980, que então compartilhavam a boemia das noites recifenses próximo ao antigo Cinema Veneza. No livro, o logradouro espremido entre prédios possui um capítulo em particular, onde o autor faz uma revisitação da cena *underground* do beco dos anos 1980 até meados da década de 2010, retratando sua estrutura e dinâmica espacial.

Neste contexto, indagado sobre a importância do centro do Recife para a contracultura, o *punk* conhecido como "Pesado", atuante no movimento local desde seu início, rememora: "Era onde todos os *punk*s da região se dirigiam para interagir com a cena e as pessoas. Foi o local da maioria dos eventos, dos encontros [...]. Enfim, foi, e acredito que ainda seja, primordial para parte da identidade e prática do movimento".[15]

Contudo, conforme destacado, cabe ressaltar que os

14 Numa tradução livre, "batedores de cabeça". Amantes e ouvintes do *heavy metal*, mais um subgênero do *rock* pertencente a cultura *underground*.

15 Depoimento colhido em entrevista realizada em maio de 2022.

encontros para realização das atividades e discussões sobre a contracultura *punk* não ocorrem somente nos bairros centrais do Recife (Boa Vista, São José, Santo Antônio e Recife Antigo), também se encontram, e até com maior frequência, nos bairros periféricos, ou como prefere o léxico *punk*, nos "subúrbios" da cidade, como Totó, Ibura, Tejipió, Casa Amarela, Nova Descoberta, Passarinho, Bomba do Hemetério, Alto José do Pinho, Pina, Imbiribeira, Mustardinha, Afogados, Sancho, Várzea, Santo Amaro, entre outros. De acordo com a primeira edição do fanzine paulistano "De *punk* verdadeiro para *punk* de verdade", para o *punk* o vocábulo "subúrbio" remete-se à "afirmação ao excluído". Não à toa, a palavra se encontra presente em nomes de gangues, discos e bandas desde a década de 1980.

Segundo pesquisa realizada, os "subúrbios" da contracultura também se estendem por cidades outras da região metropolitana do Recife: Cajueiro Seco, Pacheco, Prazeres e Marcos Freire (Jaboatão dos Guararapes); Maranguape (Paulista); Caetés (Abreu e Lima); Vila da Fábrica (Camaragibe); e Alto Nova Olinda e Peixinhos (Olinda). Nesta geografia popular, os "subúrbios" são apropriados material e imaterialmente como territórios de resistência e identidade cultural. Com efeito, epistemologicamente, ressalta Rafesttin (1993, p. 143-144) que

> O espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço [...]. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...], o ator "territorializa" o espaço. O espaço é, portanto, anterior, preexistente a qualquer ação. [...] O espaço é, de certa forma, "dado" como se fosse uma matéria-prima. Preexiste a qualquer ação [...]. Evidentemente, o território se

> apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço.

Portanto, para o geógrafo Raffestin (1993, p. 07), o território "[...] não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São esses atores que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço". Os atores sociais, como os adeptos do *punk*, ao se depararem com esses espaços, os encontram habitados e permeados por outras culturas, imersas em objetos, relações e dinâmicas próprias. Nesse sentido, os sujeitos do movimento *punk* são levados consciente e inconscientemente a realizar seus usos e contra-usos, apropriações e construir seus simbolismos, mesmo numa condição subalternizada em face ao poder de maior domínio do outro.

Daí uma das razões do geógrafo Rogério Haesbaert (2004) ressaltar que vivenciamos não um, mas vários territórios ao mesmo tempo, com maior ou menor intensidade, experimentando com todos os nossos sentidos, as diversas categorias genéricas advindas desses territórios. Trata-se, assim, de uma espécie de "multiterritorialidade" (Haesbaert, 2004), onde toda relação social acaba implicando uma interação territorial, um entrecruzamento de diferentes territórios, engendrado a partir do nível do indivíduo e pequenos grupos sociais.

A título de exemplo, nos bairros centrais do Recife há uma multiplicidade de território: um território do capital (formado pelas casas comerciais e pela circulação de mercadorias, fluxos monetários e locais de produção); um território político (ligados a grupos de poder hegemônico e por grupos reivindicatórios – partidários ou não); um território religioso (formado historicamente a partir de templos e hierofanias diversas); e um território de caráter multicultural (ligado aos diversos grupos que

manifestam suas identidades e simbolismos nos espaços públicos da área central do Recife). Como se entrelaçam e interagem, não cabe aqui ilustrar detalhadamente numa espécie de colcha de retalhos. Cabe apenas registrar que esses territórios ou "nanoterritórios" (Souza, 2013) se imbricam no centro multifacetado do Recife, mesmo com suas diferenças, demarcações e com seus geossímbolos diversos. Ou seja, não há bordas intransponíveis entre um território e outro. Na ótica de Bonnemaison (2002, p. 99): "antes de ser uma fronteira, o território é sobretudo um conjunto de lugares hierarquizados, conectados a uma rede de itinerários", que interligam espaços de usos e apropriações variadas.

Por conseguinte, pode-se afirmar que os territórios do *punk* na cidade representam porções espaciais dentro desse entrelaçamento de espaços de poder existente, onde os sujeitos circulam no seu cotidiano denotando territorialidades próprias frente a dos outros indivíduos e grupos sociais. No caso do *punk*, a territorialidade se faz presente nos corpos e cortes de cabelo, nas indumentárias, na música produzida, nos parcos minutos disponibilizados nas rádios, nos shows, *gigs*, rolês, na retórica dos fanzines, na afirmação do ideário político e na realização de ações de assistência social. São muito comuns os *gigs* e shows beneficentes para angariar roupas, alimentos e fundos para pessoas em condições de vulnerabilidade, incluindo atores do próprio movimento *punk* recifense.

As territorialidades humanizadoras do movimento *punk* vêm se tornando mais evidentes na última década, desfazendo mais e mais os preconceitos e estigmas de violência e crime que envolvem a cena de contracultura. O aumento destas ações deve-se ao aumento voraz dos desníveis sociais e econômicos na fase atual do capitalismo

neo-liberal, marcada por um lado pelos excessos de consumo de uma elite globalizada que transita por distintos territórios, vivenciando de fato uma multiterritorialidade, e, por outro lado, na base da pirâmide, há sujeitos e grupos sociais mais precarizados que "[...] não têm sequer a opção do "primeiro" território, o território como abrigo, fundamento mínimo de sua reprodução física cotidiana (Haesbaert, 2004, p. 360).

Em meio a esse quadro de desigualdades sociais e econômicas sem precedentes, somado ao recrudescimento de grupos extremistas fascistas e nazistas pelo mundo afora, nota-se a maior resistência ideológica da contracultura *punk* com o seu reavivamento em cidades globais, berços do movimento, como também no caso específico do Recife. A contracultura tem deixado suas marcas nos domínios das periferias urbanas, expandindo seus territórios e territorialidades, e produzindo uma gama considerável de material dotado de orientações políticas, sociais e culturais, que tem o propósito tanto de divulgação do movimento em si, quanto de auxiliar no combate às injustiças socioeconômicas. O entendimento do território, portanto, também se pauta na interpretação das emoções, ideologias e atitudes, seja entre os sujeitos, seja entre esses e as diversas causas que defendem em suas múltiplas interações espaciais.

Nesse sentido, a contracultura *punk* tem papel extremamente relevante na formação política dos seus adeptos. Qualquer trabalho executado por esses atores sociais, seja na música, poesia, produção e panfletagem de fanzines, seja nos protestos, nas ações beneficentes ou em qualquer outra manifestação conscientizadora, colabora para a manutenção e a continuidade do movimento *punk*, cuja militância se estabelece continuamente, maturando-

se com o tempo, especialmente a partir de novas redes de sociabilidade. O ser *punk* norteia suas ações através de uma práxis consciente, desenvolvendo condutas inerentes da contracultura que desaguam no ativismo político do feminismo, do veganismo, antiespecismo, da solidariedade, autodefesa e autogestão.

Portanto, faz-se necessário reconhecer a nobreza das massas e das tribos em suas autenticidades, conforme realça Maffesoli (1998), dando a devida importância às suas práticas para o meio social, que interferem de forma significativa na esfera sociopolítica, provocando ondulações que ecoam implacavelmente na coisa pública. No caso do movimento *punk* do Recife se faz notório o número de frentes de luta, que em suas militâncias, defendem seus interesses, acabando também por educar, instruir ou conceder novos horizontes aos seus integrantes, sem que isso seja perceptível ao restante da população, e, em alguns casos, a si próprios.

Considerações Finais

Na construção deste trabalho pode-se observar um Recife diferente. Um Recife para além do *brega*, do *brega-funk*, do *frevo* e do *maracatu*. Um Recife de jeans rasgado, jaqueta preta e coturno. De uma massa de jovens politizados e produtores de cultura – mesmo precarizados territorialmente. Um Recife *punk*! Prova marcante do caldeirão cultural da cidade, singularizado pelas variadas cadências e sons que amalgamam percepções, cores e sabores dos mais diversos. Nestas quatro décadas, o *punk* se tornou mais um dos vários ritmos que perfazem a miscelânia cultural pernambucana, fazendo valer seus territórios no espaço recifense, especialmente em

seus “subúrbios”, coexistindo com outras práticas e representações de cultura.

Conforme já ressaltado, a contracultura *punk* não possui uma ressonância musical expressiva na cidade. No entanto, seus adeptos se encontram pontilhando bairros centrais e periferias, procurando tornar visível uma geografia ainda invisibilizada a partir da delimitação de territórios de resistência, identidade e engajamento político e cultural, que se encontram imersos em territorialidades materiais e imateriais, indicativas da presença de uma tribo urbana na cidade. Nesse sentido, o *punk* é a confissão do beco, da viela, da favela e das ruas de terra, só que a partir de uma expressão territorial que não é só musical, mas também política e social. É uma outra forma de os jovens da periferia se expressarem na capital pernambucana, territorializando espaços e fazendo valer suas ideologias, representações e identidades.

Referências

ARAÚJO JUNIOR, Carlos Ferreira. **Re-nego**: grito *punk* nas cenas do litoral e da Serra da Borborema (1987-2014). Ponta Grossa-PR: Monstro dos Mares, 2021.

BASTOS, Yuriallis Fernandes. Partidários do anarquismo, militantes da contracultura: um estudo sobre a influência do anarquismo na produção cultural anarco-*punk*. CAOS - **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, n. 09, 2005. p. 284 – 433.

BONNEMAISON, Joel. Viagem em torno do território. In: CORREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Geografia cultural:** uma antologia (vol. 1). Rio de Janeiro: Eduerj, 2012. p. 279-304.

BONNEMAISON, Joel. Viagem em torno do território. In: CORREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Geografia cultural:** um século (3). Rio de Janeiro: Eduerj, 2002. p. 83-132.

BOTINADA: a origem do *punk* no Brasil. Direção de Gastão Moreira. São Paulo: St2, 2006. (72 min.), DVD, son., color. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=trIAXkc003k&t =21s. Acesso em: 19 de maio de 2020.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo.** São Paulo: Hucitec, 1996.

CÂMBIO NEGRO (Ed.). **SOS Punk.** Recife: Autopublicação, n. 1, 1983. 1 fanzine.

DE *Punk* VERDADEIRO PARA *Punk* DE VERDADE, Fanzine. nº 1, São Paulo, 2017 (reedição).

GADÊLHA, Wilfred. **PEsado:** origem e consolidação do metal em Pernambuco. Recife: Edição do autor, 2014.

GALLO, Ivone Cecília D´Ávilla. *Punk*: cultura e arte. **Varia História.** Belo Horizonte-MG, vol. 24(40), jul./dez, 2008. p. 747-770.

HAESBAERT, Rogério. Da multiterritorialidade aos novos muros: paradoxos da des-territorialização contemporânea. In: JESUS, E. de (Org.). **Arte e novas espacialidades:** relações contemporâneas. Rio de Janeiro: F10 e Oi Futuro, 2011, v. 1. P. 54-65.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade.** Porto Alegre, 2004. Disponível em: https://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf. Acesso em: 27 jul. 2026.

JUNIO DOS SANTOS, Paulo; FAGUNDES, André

Francisco Alcântara; OLIVEIRA, Cíntia Rodrigues de. "Territórios Simbólicos de Identidades" Geeks: o consumo de fantasias e ficções na construção das identidades coletivas de uma tribo urbana. **Revista Organizações & Sociedade**, v. 29, 2022. p. 75-99.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos:** o declínio do individualismo nas sociedades de massa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

MENDONÇA FILHO, Kleber. **Retratos Fantasmas.** Direção: Kleber Mendonça Filho. Produção: CinemaScópio. Distribuição: Vitrine Filmes. [S. l.], 2023. 1 filme (93 min).

MORAES, Everton de Oliveira. A escrita *punk* como forma de subjetivação. **Anais Eletrônicos do VIII Encontro Internacional da ANPHLAC**, Vitória-ES, 2008.

MTV ESPECIAL: Aborto Elétrico. Direção de Guto Whitaker. São Paulo: St2, 2005. (51 min.), DVD, son., color. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=trIAXkc003k&t=21s (Acesso em 20 de março de 2024).

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder.** São Paulo: Editora Ática, 1993.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4a. ed. São Paulo: EdUSP, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial.** Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2013.

Engenho do Meio: a trama do lugar e a identidade do bairro na Zona Oeste do Recife

Daniel de Lima Souza
Bruno Maia Halley



ENGENHO DO MEIO: A TRAMA DO LUGAR E A IDENTIDADE DO BAIRRO NA ZONA OESTE DO RECIFE

Resumo

Compreendendo o lugar na condição de porção do espaço vivido e sentido que remete à experiência (inter)subjetiva do indivíduo no âmbito do seu mundo circundante, analisa-se o bairro como um recorte de lugar à luz da Geografia Humanista-Cultural, tomando como foco o bairro do Engenho do Meio, localizado na Zona Oeste da cidade do Recife, capital de Pernambuco. O estudo objetiva desvendar a trama central do bairro, caracterizado por um conjunto de experiências comuns e intrínsecas do lugar, responsáveis pelas ocasiões mais propícias ao envolvimento mútuo das pessoas, e, assim, pelo pulsar mais intenso da vida local. São as práticas comuns que revelam a trama central das relações sociais do Engenho do Meio e que permitem delimitar com maior precisão o coração do bairro, recorte espacial concentrador das memórias, vivências e dos principais pontos de encontro dos seus moradores.

Palavras-chave: Lugar; Bairro; Engenho do Meio; Trama Central; Recife-PE.

ENGENHO DO MEIO: THE PLOT OF THE PLACE AND THE IDENTITY OF THE NEIGHBORHOOD IN THE WEST ZONE OF RECIFE

Abstract

Understanding place as a portion of lived and felt space that refers to the (inter)subjective experience of the individual within their lived world, this study analyzes the neighborhood as a subset of place in light of Humanistic-Cultural Geography, focusing on the Engenho do Meio neighborhood, located in the West Zone of Recife, the capital of Pernambuco. The study aims to unveil the central plot of the neighborhood, characterized by a set of common and intrinsic experiences of the place, responsible for the most propitious occasions for mutual involvement of people, and thus, for the more intense pulse of local life. It is the common practices that reveal the central fabric of social relations in Engenho do Meio and that allow for a more precise delimitation of the heart of the neighborhood, a spatial area concentrating the memories, experiences, and main meeting points of its residents.

Keywords: Place; Neighborhood; Engenho do Meio; Central Plot; Recife-PE.

Considerações Iniciais

Dentre suas tantas atribuições, a Geografia preocupa-se em estudar o espaço vivido, descrevendo-o a partir das experiências pautadas na relação do indivíduo com o meio circundante. Partindo deste princípio, o capítulo ora apresentado atenta para o estudo deste espaço vivido,

procurando compreendê-lo através do conceito de lugar à luz de um bairro localizado na Zona Oeste da cidade do Recife, capital de Pernambuco. O bairro em questão é o Engenho do Meio, que carrega consigo uma vida própria reveladora de um sentimento comum de pertencimento entre seus moradores, que os concebem como um lócus de experiências vividas e de convivência coletiva.

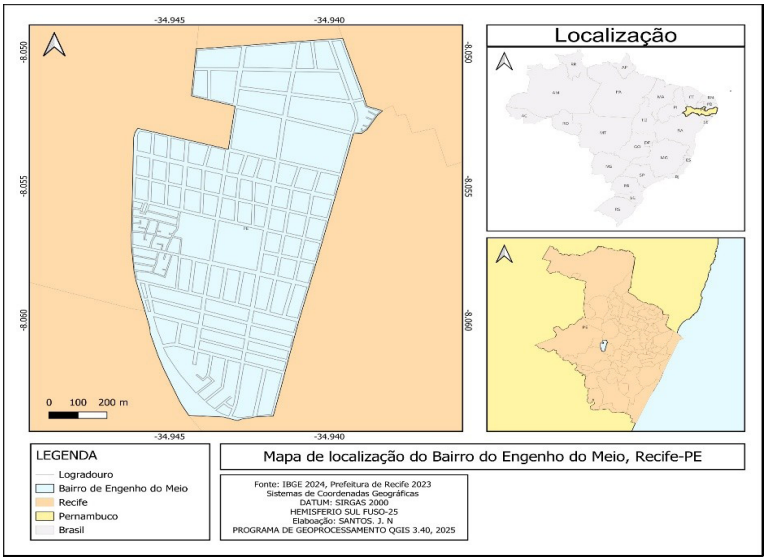
Neste sentido, a primeira parte do trabalho revisita a história do lugar, desde os primeiros séculos de colonização pernambucana até a formação propriamente do bairro, em meados do século XX, onde se conformou a configuração espacial da unidade urbana. Na segunda parte aborda-se o lugar, na condição de espaço vivido e sentido, dentro dos preceitos da Geografia Humanista-Cultural, tomando o Engenho do Meio como uma unidade urbana imersa de identidade e atributos específicos que o tornam único e singular. A leitura do lugar realiza-se no âmago do bairro, na trama central da identidade local, onde se encontram mais efervescentes as práticas comuns dos seus moradores em certos espaços de diálogo.

Do moinho de açúcar ao bairro: a formação do Engenho do Meio no processo de expansão urbana do Recife

Localizado na Zona Oeste da cidade do Recife, o Engenho do Meio constitui um bairro de função predominantemente residencial (Figura 01). O nome do lugar advém de um antigo engenho de cana-de-açúcar que prosperava naquelas terras já na segunda metade do século XVI. Situado na margem direita do rio Capibaribe, o engenho foi fundado por colonizadores portugueses que, ao chegarem ao Brasil em busca de terras, introduziram

o plantio da cana-de-açúcar na capitânia de Pernambuco, tornando-a a mais próspera do período colonial.

Figura 01: Localização do bairro de Engenho de Meio no Recife-PE



Elaboração: Joseildo Nogueira dos Santos (2026).

O primeiro proprietário das terras do Engenho do Meio foi Álvaro Velho Barreto. O Donatário da Capitânia de Pernambuco, Duarte Coelho, lhe concedeu a posse ainda no século XVI. Oriundo de Vianna, o lusitano Álvaro Barreto se casou com Luísa Nunes, e às margens do Capibaribe ergueu engenhos de açúcar, cujas produções eram escoadas por esse curso d'água rumo ao porto do Recife, no Oceano Atlântico. O mais famoso destes engenhos foi o do Meio, na freguesia da Várzea, que possuía casa grande, moenda movida a bois, e uma Igreja sob a invocação de Nossa Senhora da Ajuda (Cabral de Mello, 2012; 2009). A casa grande foi edificada às margens do riacho do Cavaco,

hoje chamado riacho Cavouco, um afluente do Capibaribe, com nascente nas terras vizinhas da Várzea, onde há atualmente o "Laguinho", já bastante degradado, no campus da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. No entorno da casa grande ficava a moenda do engenho, onde se fixara um povoado que resistiu ao tempo, ainda se fazendo presente no campus da UFPE, a comunidade do "Arruado do Engenho Velho" (Peretti, 1996).

Álvaro Velho Barreto ainda foi proprietário do moinho Nossa Senhora do Rosário, depois chamado de Engenho São João, vizinho ao Engenho do Meio. Junto a essas terras, na Várzea do Capibaribe, ainda havia os engenhos de Bento Dias Santiago e de Ambrósio Brandão, todos contribuindo para a existência de uma sociedade muito animada nas vizinhanças de Camaragibe, no limite oeste do Recife, onde também se encontrava uma presença expressiva de negros escravizados da África, base do sistema-mundo moderno colonial (Peretti, 1996).

No ano de 1609, com a morte de Álvaro Barreto, os engenhos passaram a pertencer à viúva Luísa Nunes e aos seus filhos. Pouco antes da invasão batava, o Engenho do Meio chegou a uma produção de 4.634 arroubas de açúcar, em 1623. Contudo, já em 1625, a viúva Luísa e os filhos do casal declararam impossibilidade de arcar aos seus credores os compromissos assumidos, e, assim, venderam as terras do engenho a Carlos Francisco Drago, este veio a óbito antes da invasão holandesa, deixando o engenho sob a tutela de seus herdeiros. Em 1630, os holandeses invadiram e dominaram as vilas de Olinda e do Recife, tomando grande parte do território litorâneo nordestino a partir de Sergipe até o Maranhão. Neste instante, o Engenho do Meio foi destruído, restando apenas as terras arrasadas (Cabral de Mello, 2012; 2009).

Em 1637, confiscado pela Companhia das Índias Ocidentais, o engenho foi vendido a Jacob Stachouwer, um alto funcionário holandês da recém-erguida *Cidade Maurícia*, na Ilha de Antônio Vaz, por João Maurício de Nassau-Siegen, governador do Brasil holandês. Stalchower partiu para Holanda ainda em 1637, deixando o engenho sob os cuidados do luso-brasileiro João Fernandes Vieira, que ficaria marcado como um dos combatentes da Insurreição Pernambucana (1645-1654), marco da derrocada holandesa no Brasil. Neste período, João Fernandes Vieira apoderou-se de vários moinhos açucareiros espalhados pelo Recife, Jaboatão dos Guararapes, Cabo de Santo Agostinho e Sirinhaém, tornando-se um dos homens mais ricos da Capitânia, proprietário de 16 engenhos e de mais de 1.000 negros escravizados (Costa, 1981; Guerra, 1961).

Em 1645, João Vieira mandou construir um forte nas terras do Engenho do Meio, denominado de Forte do Arraial Novo do Bom Jesus (Figura 02), no mesmo local onde existiu o Forte do Morro do Bom Jesus. A construção desta fortaleza resultou de um entrave entre os holandeses e os senhores de engenho, motivado pela perseguição religiosa sofrida pelos senhores, e pela cobrança extensiva por parte da Companhia das Índias Ocidentais, que culminaria no movimento da Insurreição Pernambucana. Em 1645, reuniões ocorreram nos engenhos do Meio e de São João da Várzea, com os senhores das terras, liderados por João Fernandes Vieira, André Vidal de Negreiros, Henrique Dias e Filipe Camarão, decidindo pela expulsão dos holandeses e o retorno da soberania à coroa portuguesa (Costa, 1981; Guerra, 1961).

O forte construído por João Fernandes Vieira serviu de abrigo para os insurrectos durante os levantes da Batalha dos Guararapes, nos anos de 1648 e 1649. Atualmente, no

espaço da antiga casa grande do Engenho do Meio, onde os insurrectos se reuniam em 1645, há uma estátua com o busto de João Fernandes Vieira com os dizeres: “Neste local existiu a casa de João Fernandes Vieira onde em 13 de junho de 1645 os restaurados declararam guerra aos holandeses que ocuparam este paiz” (Guerra, 1961).

Figura 02: Antiga fortaleza no Parque Arraial Novo do Bom Jesus, no Engenho do Meio



Fonte: Arquivo de Daniel de Lima Souza, setembro de 2018.

A Restauração Pernambucana efetivou-se em 1654 com a retirada dos holandeses do Nordeste brasileiro. João Fernandes Vieira morreu em 1681, e as terras do Engenho do Meio passaram aos cuidados de sua viúva Maria César. O último proprietário deste engenho data do século XVIII, o senhor João Carneiro da Cunha (Cabral de Mello, 2012; 2009). Já no limiar do século XIX, o Recife assistiu a profundas mudanças em seu espaço. Houve o declínio da produção do açúcar e a expansão da população residente, que passou a lotear as terras dos antigos engenhos em sítios frutíferos, alguns destes, formando

núcleos de povoação que resultariam nos chamados "arrabaldes". O século oitocentista também foi marcado pelo uso generalizado de viaturas à tração animal no Recife, conectando os arredores ao centro da cidade, através de charretes e carruagens substituindo as cadeirinhas e redes de escravizados (Halley, 2013).

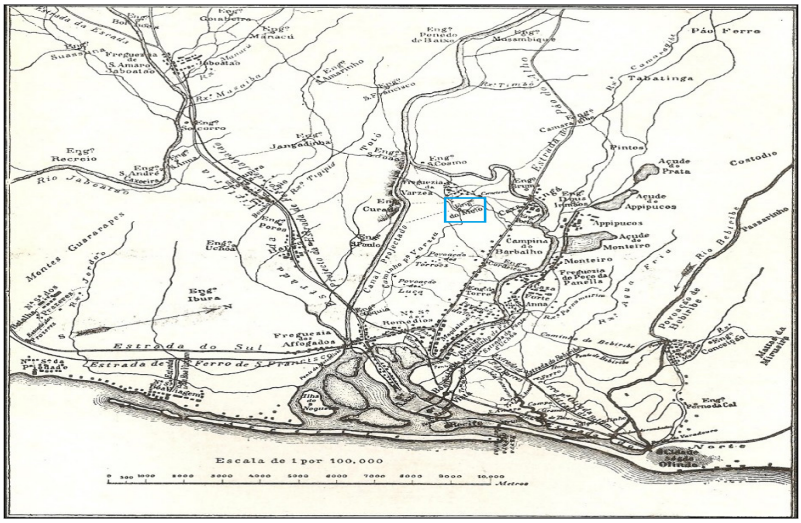
No bojo deste desenvolvimento dos transportes terrestres, no ano de 1833, tiveram início as obras da "Estrada de Paudalho", hoje chamada de Av. Caxangá (Costa, 1962). Em 1842, a estrada possuía várias bifurcações com estradas de terra batida que ligavam aos povoados mais ao oeste da cidade, onde a priori só chegavam por terra alguns poucos cavalos, mas nenhuma carruagem. Já em 1845, sobre o Capibaribe foi construída uma ponte pênsil, "[...] a primeira desse tipo no Brasil, abrindo caminho para o interior de Pernambuco e [...] para o seu desenvolvimento socio-econômico" (Gaspar, 2009). Foi no governo de Francisco do Rego Barros (o Conde da Boa Vista), em 1842, que se decidiu pela construção da ponte suspensa a partir do projeto do engenheiro francês Louis Vauthier (Andrade, 1979).

A construção da ponte moderna facilitou a comunicação entre os arredores a oeste do Recife. Paralelamente ao desenvolvimento do comércio nos bairros centrais (Boa Vista, São José, Santo Antônio e Recife), os sítios nos arredores do núcleo urbano passaram a cultivar hortaliças e frutas. A povoação da Várzea, assim como Apipucos e Monteiro, virou colônia de férias. Jornais de época traziam anúncios de casas nestes arredores para serem alugadas nas festas de Natal e para veraneio. A várzea do Capibaribe foi lugar de veraneio durante o século XIX, em razão de seu clima fresco e águas cristalinas, onde as pessoas se banhavam em busca de curar alguma doença

(Sette, 1978).

Devido ao já mencionado desenvolvimento dos transportes, houve a intensificação do mercado de terras, com o Recife revelando uma ocupação mais densa dos arrabaldes nas áreas subjacentes às terras dos antigos engenhos às margens do Capibaribe, conforme se pode atestar na *Planta da cidade do Recife e seus arrabaldes*, de 1870 (Figura 03). É possível identificar pequenas nucleações ao longo da Estrada da Caxangá ("Estrada de Paudalho"), atendida por estradas de terra que ligavam engenhos, sítios e arrabaldes mais próximos. Na carta ainda é possível perceber a posição dos arrabaldes em relação aos rios, que outrora serviram de rota para o escoamento do açúcar e mobilidade da população.

Figura 03: Planta da Cidade do Recife e seus Arredores – 1870. Indicação para o arrabalde do Engenho do Meio em azul



Fonte: Menezes (1988).

Neste contexto, com o aumento da circulação de charretes e bondes a tração animal, cada vez mais as terras dos antigos engenhos foram loteadas em sítios frutíferos, culminando no desenvolvimento de arrabaldes, sobretudo na parte mais oeste da cidade, às margens do Capibaribe. Os trens a vapor das "maxambombas" aceleraram esse processo no final do século XIX. Constituíam pequenas locomotivas, com cabine aberta, que carregavam de dois a três vagões (Duarte, 2005). O nome advém de uma corruptela da expressão inglesa "machine pump", isto é, "machinebomba", uma vez que a tradução de "pump" para o português é bomba (Braga, 1985). O aumento populacional e a expansão das atividades portuárias e industriais fabris foram cruciais para a implementação dos trilhos das maxambombas, interligando o centro urbano aos arredores da planície recifense.

Na década de 1860, as linhas férreas foram abertas no sentido centro à Zona Norte da cidade chegando até Apipucos, posteriormente abrangendo povoados mais a oeste, como Dois irmãos e Várzea. As maxambombas não atendiam diretamente o Engenho do Meio. Entretanto, os ramais que ligavam a cidade portuária aos arrabaldes a oeste, também tiveram influência significativa para as áreas adjacentes às linhas férreas, estimulando o mercado de terras e a abertura de estradas (Sette, 1942). Nas imediações do Engenho do Meio, além da Estrada da Caxangá, outra importante estrada era a atual Rua Gomes Taborda, mais conhecida como "Rua da Lama", situada no bairro do Cordeiro. Outrora, a estrada suburbana repleta de atoleiros (daí o seu nome popular) servia como rota secundária à Caxangá, facilitando a circulação de mercadorias e o trânsito de carruagens. Apenas nos anos de 1930 que a Estrada da Caxangá viria a ser alargada por

meio de aterros e construção de calçada alinhada com paralelepípedos, durante o governo de Antônio de Novais Filho (Gaspar, 2009).

Durante este processo de ocupação às margens do Capibaribe, o Engenho do Meio acabou sendo ocupado por sítios, roçados e alguns engenhos, de forma semelhante ao que ocorria em outros arrabaldes circunvizinhos redefinidos em bairros no começo do século XX, como o Curado, a Iputinga, o Torrões e a Várzea. Neste contexto, o bairro já possuía uma igreja no centro do povoado, a Paróquia Nossa Senhora das Graças, além de um Centro Social Urbano - CSU, construído na década de 1930, no governo do interventor federal em Pernambuco, Agamenon Magalhães, durante o regime do Estado Novo de Getúlio Vargas no Brasil que perdurou de 1937 a 1945. O CSU tinha como objetivo central promover a integração social e o desenvolvimento comunitário de populações de baixa renda em áreas urbanas carentes, como no caso do Engenho do Meio que também concentrava uma população pobre, habitantes de mocambos, advindos do interior do Nordeste em razão do flagelo das secas da época (Gominho, 1997).

Na década de 1940, parte significativa das terras do Engenho do Meio foi loteada para moradia, e outra parte passou a abrigar o campus nascente da UFPE, e, tempo depois, o monumental edifício-sede da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. Nesse contexto, segundo antiga moradora do bairro, Dona Verônica Silva, o antigo espaço do Engenho do Meio, chamado por "Vila Velha", passou a ser dividido em lotes, que foram adquiridos por servidores públicos da SUDENE e UFPE, por via de subsídios conquistados através dos sindicatos. As áreas mais periféricas do bairro foram

sendo ocupadas por populações mais pobres, passando a se chamar de "Vila Nova", que se estendia desde a praça central do Engenho do Meio até a atual Av. Abdias de Carvalho.[1]

Este processo histórico de ocupação se justifica, na ordem do dia, quando se observa a maior presença de famílias antigas do bairro no espaço da antiga "Vila Velha", na área mais ao Norte próxima a Reitoria da UFPE, apresentando uma melhor estrutura urbana. Já na parte sul, na "Vila Nova", ocupada de forma mais densa na década de 1980, há o predomínio de famílias mais pobres e jovens, onde também se observa uma maior carência em termos de infraestrutura urbana, com ocupações irregulares às margens da BR-101, e que deu origem a localidade da "Vila Redenção", dentro do processo desordenado de metropolização do Recife.

A ocupação da "Vila Velha" ocorre de maneira mais intensa com a construção da Cidade Universitária, entre o final da década de 1940 e início dos anos de 1950. Na Figura 04 observa-se a construção da Reitoria da UFPE em meio aos sítios ainda existentes na década de 1950. Também nesta área mais antiga de ocupação do bairro houve a construção do edifício-sede da SUDENE na década de 1970, conforme atesta-se na Figura 05, onde igualmente identifica-se o bairro Torrões, no canto superior direito, que ainda não apresentava estrutura urbana contínua ao bairro do Engenho do Meio.

Inicialmente chamada de Universidade do Recife, a UFPE foi formada no ano de 1946 a partir da junção da Faculdade de Direito do Recife, da Escola de Engenharia de Pernambuco, da Faculdade Belas Artes, da Faculdade de Filosofia do Recife e da Faculdade de Medicina. No entanto,

1 Segundo depoimento da moradora Dona Verônica Silva em entrevista realizada no mês de outubro de 2018.

somente em 1948, houve o início das obras do campus, que acabou conformando um novo bairro na cidade, a Cidade Universitária, situada entre a Várzea e o Engenho do Meio (Bernardes & Pereira, 2011). O campus acabou atraindo outras instituições de ensino para aquelas imediações, a exemplo do Instituto Federal de Pernambuco - IFPE e do Colégio Militar do Recife. Tais instituições acabaram por trazer um ar acadêmico e juvenil para o Engenho do Meio e bairros circunvizinhos, tornando-os atrativos para estudantes e profissionais da educação para moradia e lazer.

Figura 04: Construção da Reitoria e do Campus Joaquim Amazonas da UFPE na década de 1950. Ao fundo, o Engenho do Meio



Fonte: https://www.ufpe.br/institucional/historia (Acesso em 20 de outubro de 2018).

Figura 05: Construção do edifício-sede da SUDENE (com indicação de seta) no começo da década de 1970 defronte ao campus da UFPE



Fonte: https://www.facebook.com/EngenhoDoMeio (Acesso em 20 de outubro de 2018).

Dada a essas novas formas de ocupação processadas no seu espaço, o bairro do Engenho do Meio, atualmente, já não apresenta os padrões de ocupação de tempos passados. A casa grande do antigo engenho já não existe mais, muito embora o "Arruado" remanescente deste período ainda exista em meio a centros acadêmicos da UFPE. Com efeito, originado das terras de um engenho, no século XVI, redefinido como arrabalde, no século XIX, e, depois, como bairro, nas primeiras décadas do XX, o Engenho do Meio assistiu a uma série de transformações no seu espaço ao longo dos séculos.

Já no início do século passado, o bairro presenciou o advento da Paróquia Nossa Senhora das Graças e a constituição de um Centro Social Urbano na década de

1930, conforme já registrado. Também houve a duplicação da BR-101 e, deste modo, a ocupação acelerada às margens desta via. Entre os anos de 1940 e 1960, houve a edificação do campus da UFPE. Anos depois, houve o advento de comunidades, como a Vila Redenção e a Roda de Fogo, junto a Avenida Recife, aberta nos anos de 1970, durante a metropolização do Recife. No bojo deste processo, a partir da década de 1980, assistiu-se no bairro o surgimento de outros equipamentos urbanos, como parques, praças, campos de futebol, colégios, lojas comerciais, mercado público e feira livre. Outrossim, houve o calçamento de ruas e a construção de conjuntos habitacionais e prédios públicos, em especial no entorno do coração do bairro, marcado por um conjunto mais denso de ocupações.

O bairro, contudo, não se remete apenas às suas formas físicas ou objetos espaciais, também corresponde aos seus conteúdos, fluxos e vivências que acabam também por singularizá-lo na Zona Oeste do Recife. O Engenho do Meio possui parte de suas relações sociais associadas aos festejos e atividades organizadas pela paróquia do bairro, mas também às atividades ligadas a outros templos religiosos evangélicos e afrobrasileiros; outras relações estão mais concatenadas às práticas lúdicas do futebol nos campos do bairro ou nos jogos de dominó, ou mesmo nas brincadeiras de crianças nos parques; outras ainda estão ligadas às conversas nas calçadas, os encontros na padaria, na feira livre, nos parques ou nos bares e mercados do bairro. O bairro, portanto, se expandiu, transbordou fronteiras e localidades, mas sem perder o sentimento de pertencimento entre seus moradores e o lugar de moradia, sobretudo no âmbito de sua área central, lócus de suas primeiras ocupações e referências identitárias.

Nesse sentido, o bairro na condição de unidade

urbana é aqui associado ao conceito de lugar enquanto espaço vivido e sentido, recortado e delimitado por experiências de envolvimento do indivíduo com o meio circundante, conforme preconizam autores da chamada Geografia Humanista-Cultural, a exemplo de Yi-Fu Tuan (1980), João Baptista F. de Mello (1991). Para esses geógrafos, as vivências no bairro se manifestam em práticas corriqueiras, aparentemente banais que acabam por cadenciar o ritmo e a alma do lugar, dentro de uma rede de intersubjetividades entre os seus moradores, que culminam num sentido mútuo de comunidade e pertencimento. Dessa maneira, assegura Souza (1989, p. 148) que o "bairro, é simultaneamente uma realidade objetiva e subjetiva/intersubjetiva, e estas duas dimensões interpenetram-se e condicionam-se uma à outra ao longo do processo histórico". Ainda, segundo Souza (1989, p. 148), "o bairro pertence àquela categoria de 'pedaços da realidade social' que possuem identidade mais ou menos inconfundível para todo um coletivo".

Comungando com esse raciocínio, procura-se a partir deste instante analisar a identidade do Engenho do Meio no bojo das leituras da Geografia Humanista-Cultural, que se assentam nas filosofias do significado, como a Fenomenologia. Aproxima-se, assim, a categoria bairro ao conceito de lugar, procurando apreender os significados da vida do Engenho do Meio a partir do seu coração simbólico, do âmago do lugar urbano, permeado por importantes espaços de diálogo, que se encontram concentrados e envolvidos, caracterizando a identidade do bairro, como será visto na sequência.

No coração do bairro, a trama do lugar: o Engenho do Meio

O coração de um bairro em seu sentido tradicional se revela como o núcleo das relações de vivência do lugar, ponto central da vida local e da efervescência de suas especificidades. O bairro aqui em questão, o Engenho do Meio, apresenta um espaço central em sua estrutura urbana, que cadencia a vida comum dos seus moradores. Trata-se de um recorte espacial marcado pela concentração de espaços de moradia, trabalho e lazer que delimitam o coração do lugar em suas experiências, memórias e ritmos de vida.

O Parque Dr. Arnaldo Assunção, mais conhecido como "Praça Central" se configura no espaço catalisador das relações sociais do bairro. O parque possui o traçado de uma quadra, dividindo espaço com a Igreja-Matriz de Nossa Senhora das Graças e com o Mercado Público de Engenho do Meio. A entrada principal do parque situa-se na Rua Antônio Curado. Na Rua Manoel Alves Deus Dará, ao sul do parque, organiza-se, quinzenalmente, uma feira livre, onde se comercializa artesanatos, roupas, livros, brinquedos e outras utilidades domésticas (Figura 06). A feira atrai os moradores do bairro e das circunvizinhanças, como o Torrões e a Roda de Fogo. Segundo a moradora Anna Flávia, no passado, o movimento de transeuntes na feira era muito maior.[2] Malgrado a perda de prestígio frente ao advento de supermercados nas últimas décadas, a feira livre ainda persiste, se constituindo como um traço marcante na vida do bairro.

2 Segundo depoimento da moradora Anna Flávia em entrevista realizada no mês de outubro de 2018.

Figura 06: Feira livre no bairro do Engenho do Meio, no Recife



Fonte: Arquivo de Daniel de Lima Souza, setembro de 2018.

O Parque Dr. Arnaldo Assunção (Figura 07) foi criado em 1988. Surgiu como proposta de espaço público para convivência social e prestação de serviços à população, como meio de atenuar os problemas decorrentes de uma urbanização acelerada e desordenada, marcada por estratificação social, conflitos de classes, deficiências na saúde pública etc. O parque possui espaço de recreação para crianças, uma pista de corrida e caminhada, além de uma academia dotada de equipamentos de musculação e controlada por profissionais de saúde ligados à Educação Física, que instruem os moradores para a prática de exercícios físicos, sob administração do poder municipal.

Por se configurar num espaço central, ponto de envolvimento mútuo do bairro, a praça sobredita acaba delimitando parte expressiva do coração do lugar, conforme assegura a moradora Dona Verônica. A moradora relatou que, em tempos passados, antes da construção do parque, dos brinquedos, da academia, o local abrigava o antigo

Centro Social Urbano - CSU do bairro, que hoje se encontra parcialmente abandonado. Conforme explicitado, o centro foi construído no período do governo do interventor Agamenon Magalhães em Pernambuco, durante o regime do Estado Novo de Getúlio Vargas (Figura 08).

Figura 07: Parque Dr. Arnaldo Assunção, no Engenho do Meio, no Recife



Fonte: Arquivo de Daniel de Lima Souza, setembro de 2018.

Naquele contexto histórico, os centros sociais constituíam equipamentos públicos que buscavam oferecer serviços de assistência à sociedade, sobretudo àquelas localizadas em espaços mais afastados dos grandes centros urbanos ou em áreas de pobreza desprovidas de maiores serviços de atendimento à população. O centro foi construído por volta dos primeiros anos da interventoria de Agamenon, na década de 1930, que também pautava sua gestão em reformas urbanas, dentro de uma política higienista e segregadora para o Recife, que deveria ser um exemplo de cidade "sã", "moderna", "burguesa",

"civilizada" e "europeia", desprovida de aspectos tidos como "feios", "atrasados" e com resquícios "coloniais" (Halley, 2017; Gominho, 1997).

Figura 08: Estado de abandono do Centro Social Urbano Cid Feijó Sampaio e o busto de Agamenon Magalhães, no Engenho do Meio



Fonte: Arquivo de Daniel de Lima Souza, setembro de 2018.

Houve, assim, a erradicação dos mocambos, a demolição de sobrados, a abertura de vias públicas e a reprodução de ideologias voltadas para uma educação baseada nos sentidos da moral e do civismo, contrárias aos pensamentos tidos como subversivos análogos à ideologia de esquerda, que representavam uma "ameaça comunista" no país. Neste contexto, foi implantado o Centro Social Urbano Cid Feijó Sampaio, no Engenho do Meio, cujas ações centravam-se na assistência à saúde básica e no acesso a serviços educacionais para as populações pobres do bairro. No mais, o centro possuía sala de aula, campo de futebol e quadras poliesportivas.

Segundo relatos de moradores, durante algumas décadas, o centro social serviu como creche pública e unidade de saúde, além de espaço para realização de cursos promovidos pelo poder municipal. No presente, a estrutura do centro se encontra abandonada. Segundo o depoimento de um morador do bairro, "o antigo centro se tornou ponto para o tráfico e usuários de drogas".[3] Contudo, uma parte do espaço se encontra aos cuidados de uma escolinha de futebol; outra parte abriga um clube de idosos que promove atividades de recreação. É comum encontrar não só idosos, mas também um público jovem jogando dama, xadrez, entre outros jogos.

A Escolinha de Futebol Clube do Engenho do Meio (Figura 09) foi fundada ainda em 21 de abril de 1964. De acordo com o atual coordenador da escolinha, Paulo Marcelino, mais conhecido como Paulinho, além de ensinar os fundamentos do esporte, a escolinha volta-se à formação educacional de crianças, primando pelo respeito às diferenças, malgrado a difícil realidade enfrentada. Segundo suas palavras: "a proposta primeira é formar o homem, o menino-homem, mesmo nessa vida difícil e sofrida, e só depois ensinar o caminho para que siga a carreira do futebol".[4] A escolinha conta com uma sala do antigo centro social, pouco organizada e estruturada, que sobrevive de recursos próprios do coordenador e de doações recebidas dos pais dos alunos. Além de organizar aulas para os jovens do bairro e adjacências, Paulinho também organiza partidas de futebol, que ocorrem todos os sábados e domingos no Estádio Cid Sampaio, localizado por trás do centro social. A escolinha tem um papel

3 Segundo depoimento de um morador em entrevista realizada no mês de outubro de 2019 (o morador preferiu não se identificar).

4 Segundo depoimento do coordenador da escolinha de futebol do Engenho do Meio, Paulo Marcelino, chamado de "Paulinho", em entrevista realizada no mês de outubro de 2019.

fundamental na formação social de indivíduos do bairro, que passam também a desenvolver um sentimento coletivo pelo lugar, construindo intersubjetividades nos momentos de suas práticas esportivas e de lazer.

Outro espaço de diálogo importante para a construção destas intersubjetividades no Engenho do Meio diz respeito ao Clube de Dominó Vermelho e Branco, fundado em 1965, e o clube de idosos do bairro, o Grupo Paz e Amor, fundado em 1987. Em seus espaços de convivência, outrora pertencentes ao antigo centro social, ocorrem atividades do clube de idosos centradas em aulas de dança, ginástica, artesanato etc. Também há grupos de capoeira e maracatu do bairro que utilizam o antigo salão e palanque do Grupo Paz e Amor para seus ensaios, tornando-se também lócus de ricas sociabilidades no âmago lugar marcado por relações interpessoais que envolvem redes de vizinhança, compadrio e familiaridade.

Figuras 09: Escolinha de Futebol Clube no bairro do Engenho do Meio



Fonte: Arquivo de Daniel de Lima Souza, setembro de 2018.

Ao norte da praça central do bairro, na Rua Antônio

Borges Uchôa, há ainda o chamado Cemitério dos Caveiras, sede de um dos maiores clubes de motociclistas do Recife, fundado em 2005. Os "Caveiras" realizam encontros geralmente duas a três vezes em cada mês, e quase sempre aos domingos, onde ocorrem audições de *Rock*. Por conseguinte, o sentido de coletividade ainda se faz presente no Engenho do Meio, sobretudo no bojo destes espaços, ora na promoção de atividades de serviço e recreação que envolvem a comunidade, ora na participação conjunta das pessoas na organização de encontros entre grupos identitários, inclusive no espaço do antigo centro social que se reveste, na ordem do dia, de outros usos.

Centrada no plano da memória, a moradora de nome Verônica Silva informou que, antes mesmo da construção do centro social, neste mesmo espaço foi edificada a Paróquia de Nossa Senhora das Graças, lugar de memória do bairro.[5] A moradora informou que, na mocidade, frequentava a igreja, sobretudo durante os eventos de caridade. Ainda relatou que auxiliava o badalar do sino numa época em que a Igreja Católica detinha um controle sobre o cotidiano dos bairros do Recife, representando uma centralidade para a vila ou o arrabalde. Com o passar do tempo e a metropolização do Recife, houve um apelo popular dos moradores do Engenho do Meio, com um abaixo assinado encaminhado ao padre da paróquia para que fosse retirado o sino, pois o som incomodava os lares mais próximos. Na verdade, segundo depoimento da moradora, o real motivo liga-se à intolerância de grupos religiosos contrários ao rito católico.

Mesmo com os reclamos e rixas, a paróquia sempre exerceu uma forte influência na vida do bairro, seja em suas cerimônias diversas (casamentos, missas, procissões...),

5 Segundo depoimento da moradora Dona Verônica Silva em entrevista realizada no mês de outubro de 2018.

seja na atração das pessoas para realização de ações marcadas por redes de solidariedade e cumplicidade entre as pessoas. No mês de novembro ocorre a festa da padroeira do Engenho do Meio, com a realização de procissões nos principais logradouros do bairro. Elas abrem o calendário de ações da igreja voltadas a benfeitorias à comunidade. Ademais, nos festejos de final de ano, a igreja realiza arrecadação de alimentos para abrigos, instituições e lares de idosos do bairro.

Outro ponto de encontro significativo do bairro se refere ao Clube dos Servidores da SUDENE, criado em 1961, na Rua Lindolfo Color. Neste clube encontra-se o Espaço Cultural Dominguinhos, um espaço para encontros musicais, em especial do Forró Pé de Serra. No clube também há quadra poliesportiva, piscina, campo de futebol e academia de ginástica. Os moradores do Engenho do Meio fazem uso deste espaço, ao ponto de apreendê-lo como um marco referencial do bairro e de experiências sensoriais variadas.

No entorno do Parque Dr. Arnaldo Assunção, na Rua Antônio Curado, situa-se a Associação Recreativa da COMPESA (Companhia Pernambucana de Saneamento). Trata-se de um espaço de eventos e festas, frequentado pelo público jovem do bairro e de adjacências. "Nos fins de semana, o local esquenta com muito *swing, brega, pop* e *funk*", destaca o morador Gianfrancesco Mello.[6] Junto a este ponto de encontro do bairro, carregado de identidades e memórias, há também várias casas de comércio e de serviços: farmácias, padarias, lanchonetes, mercados, bares... Também se configuram em lugares de sociabilidades do bairro ou pontos de encontros do lugar que realçam a relação amiúde do indivíduo com o lugar.

6 Em depoimento para o fascículo *Meu bairro...Moro aqui: Engenho do Meio* da Agenda Cultural do Recife (março de 2013), publicação da Prefeitura da Cidade do Recife - PCR.

Seguindo pela Rua Antônio Borges Uchôa em direção à Praça do Engenho do Meio, há a Escola Pública Estadual Prof. Leal de Barros, que recebe grande parte dos alunos do bairro. Ao término e antes do início das aulas, a praça é tomada pelos estudantes, alguns conversando, outros correndo ou jogando futebol. Próximo dali, na Vila Redenção, funciona uma escola pública municipal, que atende alunos dos primeiros anos da educação básica. Ao lado da igreja-matriz, funciona a Escola Nossa Senhora das Graças, de ensino particular, homônima à paróquia do bairro. Também há outras escolas nestas imediações do bairro, como a Escola Estadual Diário de Pernambuco, situada na Rua Costa Sepúlveda. Devido à rotina escolar, há sempre um fluxo grande de estudantes nestas ruas que perfazem o coração do bairro do Engenho do Meio.

No centro do lugar também há um mercado público, datado de 1952. Longe de apresentar uma estrutura interna condizente a um mercado, como se encontra nos centros de outros bairros do Recife, como Madalena, Encruzilhada e Boa Vista, o Mercado Público do Engenho do Meio se apresenta malconservado e pouco higienizado. Contudo, mesmo com o estado irregular, o mercado consegue atrair os moradores do bairro, em especial aos domingos. Neste dia, há a feira livre do Engenho do Meio, que conta com comerciantes locais, que compram suas mercadorias no Centro de Abastecimento e Logística de Pernambuco - CEASA e de pequenas produções rurais da Zona da Mata pernambucana. No entorno do mercado funcionam alguns bares.

No interior do Parque Dr. Arnaldo Assunção, ao centro do logradouro, há um espaço infantil dotado de brinquedos (escorregos, balanços, área de areia, entre outros), onde crianças se divertem sob o olhar de pais e

mães. No parque, há também pista de *cooper* e quadras poliesportivas com o predomínio da prática do futebol. A partir destas disputas futebolísticas nasceu a principal troça carnavalesca do bairro, o Cabeça de Touro, que tem arrastado ano após ano milhares de foliões pela Rua Antônio Curado. O nome surgiu de um lance de jogo, com um dos jogadores cabeceando a bola por cima da trave, bem embaixo do gol. "A turma não perdoou e o jogador foi logo apelidado de cabeça de touro. Só podia ser um caso de chifre. Furar a bola daquele jeito!", narra ironicamente o diretor da troça, Romero Carvalho.[7]

Nos trabalhos de campo realizados pelas ruas do Engenho do Meio, percorrendo os lugares do bairro, procurou-se apreender o imaginário e subjetividades das pessoas e grupos sociais no âmago do lugar. Nestes momentos foi possível compreender as vivências dos moradores nos principais espaços de diálogo, sobretudo no espaço central do Engenho do Meio, onde há a maior presença dos moradores em variadas situações do cotidiano. Cada morador possui um cabedal de experiências no bairro, em especial na trama central do lugar (Figura 10), lócus de inúmeras práticas individuais e coletivas: a ida ao mercado público, a pelada na quadra do Parque Arnaldo Assunção ou no campo do Estádio Cid Sampaio, a conversa na praça, na calçada, na feira livre, nos bares... e em muitos outros lugares, que regem as experiências das pessoas no seu lugar vivido por excelência.

7 Segundo depoimento do diretor da troça "Cabeça de Touro", Romero Carvalho, em entrevista realizada no mês de outubro de 2018.

Figura 10: A trama central do bairro do Engenho do Meio no Recife



Elaboração: Daniel de Lima Souza (2019).

Notas Finais

Nas experiências apreendidas no Engenho do Meio observou-se o compartilhar de vivências e memórias diversas que acabam por conformar parte da imagem do lugar, marcada por um sentimento coletivo de pertencimento entre as pessoas em sua relação direta com o mundo vivido. Dessa maneira, sinteticamente, procurou-se revelar a alma do Engenho do Meio na Zona Oeste do Recife, que se encontra mais efervescente na "trama intersubjetiva do bairro" (Halley, 2010), no seu coração simbólico, epicentro de múltiplas experiências no âmbito do cotidiano local.

Na ótica da Geografia Humanista-Cultural, o espaço vivido e sentido se encontra envolvido por um "elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico" (Tuan, 1980, p. 05), podendo emergir em certos bairros a depender

das experiências ali vivenciadas, que podem construir uma identidade razoavelmente compartilhada entre os seus moradores com o meio circundante. E este é o caso do Engenho do Meio, compreendido como um lugar de expressivas potencialidades, lócus de vivências coletivas imersas em ligações afetivas, em especial no âmago do seu tecido, lócus de relações interpessoais mais amiúde, e, por conseguinte, das experiências mais identitárias do lugar.

Referências

BERNARDES, Denis; PEREIRA, Juliana Melo. Quando a cidade era universitária: a geografia da Univer-cidade do Recife antes da construção da UFPE. **Estudos Universitários**, 27(8), 2011. p. 17–25.

BRAGA, Napoleão Barroso. **Cartas recifenses.** Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1985.

CABRAL DE MELLO, Evaldo. **O bagaço de cana:** os engenhos de açúcar no Brasil holandês. São Paulo: Edt. Penguin & Companhia das Letras, 2012.

CABRAL DE MELLO, Evaldo. **O nome e o sangue.** São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Arredores do Recife.** Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Anais pernambucanos.** Recife: Arquivo Público Estadual, 1962.

DUARTE, José Lins. **Recife no tempo da maxambomba (1867-1889):** o primeiro trem urbano do Brasil. 2005. Dissertação (Mestrado em História).

Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

ENGENHO DO MEIO. Disponível em: https://www.facebook.com/EngenhoDoMeio/photos Acesso em: 20 de outubro de 2018.

FERREIRA DE MELLO, João Baptista. **O Rio de Janeiro dos compositores da música popular brasileira – 1928/1991** – uma introdução à geografia humanística. 1991. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

GASPAR, Lúcia. Avenida Caxangá, Recife-PE. **Pesquisa Escolar Online**, Fundação Joaquim Nabuco, 2009. Disponível em: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar Acesso em 12 setembro de 2018.

GOETTEMS, Arno Aloisio. **Problemas ambientais urbanos:** desafios e possibilidades para a escola pública. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

GOMINHO, Zélia de Oliveira. **Veneza Americana X Mucambópolis** – o Estado Novo na cidade do Recife (Décadas de 30 e 40). 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

GUERRA, Flávio. **Velhas igrejas e subúrbios históricos.** Recife: Departamento de Documentação e Cultura da Prefeitura Municipal do Recife, 1961.

HALLEY, Bruno Maia. **Catimbolândia:** tramas negras do xangô na Veneza Americana – os arredores do rio

Beberibe (Recife, 1867-1945). 2017. 250f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

HALLEY, Bruno Maia. Dos moinhos de açúcar aos sítios de arrabaldes: a formação dos bairros continentais na cidade do Recife. **Revista de Geografia** (UFPE), vol. 30, n. 3, 2013, p. 58-81.

HALLEY, Bruno Maia. **De Chapéu do Sol a Água Fria:** numa trama de enredos, a construção da identidade de um bairro na cidade do Recife. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

MEU BAIRRO... Moro aqui: Engenho do Meio. **Agenda Cultural do Recife**, março de 2013. Disponível em: http://agendaculturaldorecife.blogspot.com.br/2013/03/meu-bairro-moro-aqui-engenho-do-meio.html Acesso em: 13 setembro de 2018.

MENEZES, José Luiz Mota. **Atlas Histórico Cartográfico do Recife.** Recife: Massangana, 1988.

PERETTI, João. Camaragibe: terra das sinagogas. **Novos ensaios**, Recife: Imprensa Oficial, 1956, p. 17-25.

SETTE, Mário. **Arruar** - história pitoresca do Recife antigo. 2 ed. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1978.

SETTE, Mário. Transportes do Recife. **Revista Arquivos**, ano I, nº 2. Recife, 1942, p. 132.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O bairro contemporâneo: ensaios e abordagem política. **Revista Brasileira de Geografia.** V. 51, n. 2, abr/jun. Rio de Janeiro, 1989, p. 139-172.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia** - um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo/Rio de Janeiro: Difusão Editorial S/A, 1980.

UFPE. Disponível em: https://www.ufpe.br/institucional/historia Acesso em: 20 de outubro de 2018.

Percalços na geografia do Recife: discutindo a acessibilidade do idoso no bairro de Casa Amarela

Manoel Carlos de Oliveira Neto
(In memoriam)
Joseildo Nogueira dos Santos
Bruno Maia Halley



PERCALÇOS NA GEOGRAFIA DO RECIFE: DISCUTINDO A ACESSIBILIDADE DO IDOSO NO BAIRRO DE CASA AMARELA

Resumo

O capítulo tem como objetivo identificar os problemas enfrentados pelos idosos no que diz respeito à acessibilidade no bairro de Casa Amarela, Zona Norte da cidade do Recife. Toma-se como foco os espaços públicos do bairro, repletos de obstáculos, percalços para a circulação dos citadinos, em especial para os idosos e pessoas com mobilidade reduzida. Em face ao descanso do poder público, avista-se no bairro uma série de improvisos territoriais, que dificultam ainda mais o trânsito dos pedestres: calçadas com vários batentes, bloqueios e degraus imprecisos, rampas para automóveis, entre outros, que acabam dificultando a subida e a descida nas ruas, becos e ladeiras de Casa Amarela. Há, portanto, inúmeros obstáculos físicos, "pedras no meio do caminho", para a acessibilidade do idoso no bairro em questão, aqui analisado como um espaço vivido e sentido, lócus existencial dos seus moradores, que, malgrado os problemas existentes, ainda os têm como lugar vivido, imerso em relações interpessoais, refúgio de moradia, vizinhança, lazer, comércio e culto para os seus moradores.

Palavras-chaves: Acessibilidade; Idoso; bairro; Casa Amarela; Recife.

OBSTACLES IN THE GEOGRAPHY OF RECIFE: DISCUSSING ACCESSIBILITY FOR THE ELDERLY IN THE CASA AMARELA NEIGHBORHOOD

Abstract

This chapter aims to identify the accessibility problems faced by the elderly in the Casa Amarela neighborhood, in the northern part of Recife city. The focus is on the neighborhood's public spaces, which are full of obstacles and impediments to the circulation of city residents, especially the elderly and people with reduced mobility. Due to the neglect of public authorities, a series of improvised solutions are evident in the neighborhood, further hindering pedestrian traffic: sidewalks with multiple obstacles, blockages and imprecise steps, ramps for automobiles, among others, which ultimately make it difficult to go up and down the streets, alleys, and slopes of Casa Amarela. Therefore, there are numerous physical obstacles, "stones in the road," to the accessibility of the elderly in this neighborhood, analyzed here as a lived and felt space, an existential locus for its residents, who, despite the existing problems, still consider it a lived place, immersed in interpersonal relationships, a refuge for housing, neighborhood, leisure, commerce, and worship.

Keywords: Accessibility; Elderly; neighborhood; Casa Amarela; Recife.

Considerações Iniciais

O avançar científico da Medicina, da técnica e tecnologia vem engendrando uma maior expectativa de vida no mundo, dentre outras realidades. O Brasil acompanha essa tendência, com sua população envelhecendo mais e mais nas últimas duas décadas, em especial. Segundo a Organização Mundial da Saúde – OMS, em alguns países o número de idosos irá duplicar até meados deste século. No Brasil, esse percentual irá até triplicar. Com efeito, faz-se necessário uma atenção especial neste aspecto, sobretudo no que concerne à qualidade de vida do idoso, que hoje já representa 15,8% da população, segundo IBGE (2022), com estimativas que alcance os 30%, em 2050.

Não obstante ao processo de envelhecimento acelerado da população brasileira nos últimos decênios, ainda há poucas políticas públicas eficazes para atender esse contingente, em específico. O Estado e seus distintos níveis de governança ainda carecem de uma maior atenção sobre esse grupo expressivo que alcança a chamada terceira idade. Isto torna-se mais agravante com relação aos idosos dos espaços urbanos. São nas cidades onde a problemática em torno da ausência de políticas sobre o idoso se acentua, inclusive no que diz respeito à acessibilidade.

No Recife, capital de Pernambuco, essa situação se revela caótica, com a cidade se mostrando inapropriada para a circulação dos idosos em quase toda totalidade. Aqui e acolá presencia-se calçadas estreitas, desniveladas e sem rampas para pessoas com deficiência - PcD, como também ruas mal iluminadas, desprovidas de sinalização, corrimãos ou assentos. Neste contexto, buscou-se pensar um estudo sobre a problemática da acessibilidade dos idosos no Recife, tomando como foco de análise o bairro

de Casa Amarela, por se tratar de uma unidade urbana bastante populosa, marcada por uma ocupação antiga e por uma geografia peculiar situada entre as terras baixas da planície fluviomarinha e colinas terciárias da Zona Norte da cidade, chamadas popularmente de "morros".

O sítio urbano de Casa Amarela revela uma ocupação popular de seus espaços, decorrente ainda do final do século XIX, marcada por uma miscelânea de usos no território do bairro. O coração do lugar se encontra no sopé do morro, caracterizando-se pela presença de um mercado público, inaugurado ainda em 1930, de uma feira livre, e de um conjunto de casas comerciais, além de um cemitério público. Abaixo deste conjunto central, há uma série de construções seguindo o declive da planície rumo às estradas do Arraial e Encanamento, e à Avenida Norte. Acima, tem-se inúmeros acessos aos morros do bairro, com trilhas abertas em formas de ladeiras, becos, escadarias e vielas (vide a exemplo a Ladeira do Alto Santa Isabel).

Por entre estes espaços distintos, o bairro revela uma confusão espacial, com o burburinho de pessoas e veículos, tornando-se mais intenso nas circunvizinhanças do mercado público. O agito nas ruas somado às deficiências de políticas públicas voltadas à acessibilidade urbana dificulta a circulação dos transeuntes nos espaços do bairro, especialmente entre os idosos, que possuem uma mobilidade mais reduzida. Foi observando essa paisagem confusa que se vislumbrou a pesquisa ora apresentada, que procura compreender os problemas enfrentados pela população idosa de Casa Amarela no que concerne à acessibilidade dos espaços do bairro, notadamente os espaços públicos – calçadas, praças, abrigos de ônibus, ladeiras, becos, ruas etc.

Neste encalço, compreende-se que o espaço público

necessita ser um local de acesso amplo e democrático, onde as pessoas possam ter uma mobilidade garantida, sem obstáculos e/ou limitações à sua locomoção. Entretanto, nos espaços públicos do Recife, e, assim, do bairro de Casa Amarela, vários são os obstáculos à circulação plena, interrompendo passos, quando não causando acidentes, sobretudo entre os mais idosos. No entorno comercial do bairro, as calçadas lindeiras ao mercado apresentam-se totalmente ocupadas por mesas e cadeiras, obrigando o pedestre a caminhar no espaço da rua, em meio ao fluxo de veículos, estando sujeitos a colisões e atropelamentos. Há leis municipais voltadas para a preservação das calçadas, porém não são cumpridas pela falta de fiscalização dos órgãos responsáveis. Dada a negligência pública, outras muitas calçadas do bairro são ocupadas por ambulantes, fiteiros, bares e até por residências, que extrapolam os limites privados, tomando o espaço da calçada.

Neste contexto de ocupações irregulares, notou-se também outras práticas de improvisos entre os moradores de Casa Amarela. Nas calçadas do bairro há muitas rampas, degraus altos, muretas contra a ação das águas da chuva, e a fixação de barras de concreto e de ferro para "proteção" das casas contra alguma colisão com veículos, mas que acabam atrapalhando o ordenamento do espaço. Na ausência de uma regulação urbana, as pessoas vão se apropriando ao seu modo dos espaços mais imediatos de vida, ou seja, a casa, a calçada, a rua e o bairro em si. Criam microterritorialidades diversas a partir de seus domicílios que são "nanoterritórios", no dizer de Souza (2013), dentro de uma arquitetura de improviso de um bairro eminentemente popular. Daí o caso exemplar de Casa Amarela.

Nas pesquisas realizadas no bairro, mais

precisamente com os moradores idosos da Rua Alto Santa Izabel, observou-se as queixas da população sobre as condições das calçadas, com a maioria delas construídas em declive, o que dificulta a locomoção de cadeirantes e de idosos. Muitos destes deixam de realizar suas atividades rotineiras, confinando-se em casa devido à péssima mobilidade das ruas de Casa Amarela. Limitado o seu direito de ir e vir, muitos destes idosos ficam à espera de projetos ou políticas públicas que lhe alcancem. Outros, no entanto, já viram suas expectativas minguarem.

As arquiteturas do improviso na espessura do bairro popular acabam sendo um dos principais empecilhos para a acessibilidade dos idosos combinado aos descasos públicos da administração municipal, que pouco se interessa por esse segmento da população. Os poucos e inadequados meios de transporte, a inexistência de calçadas amplas, a insegurança pública, os inúmeros obstáculos encontrados pelas ruas, como árvores malcuidadas, assentos depredados, batentes, mesas e cadeiras espalhados pelas calçadas, restringem a presença dos idosos nos espaços públicos da cidade. Além disso, a ausência de espaços destinados ao público da terceira idade também corrobora para essa situação de pouca inserção social, muito embora algumas soluções tenham sido aplicadas, como as chamadas "Academias da Cidade", sob a administração do poder municipal. Ainda assim, pouco foi realizado em termos de políticas públicas eficazes voltadas para as pessoas mais idosas do Recife nas últimas décadas.

Procurando refletir a esse respeito, o estudo realizado sobre as condições de acessibilidade no bairro de Casa Amarela se pauta em três partes subsequentes. Na primeira parte, discute-se a acessibilidade urbana, revelando as dificuldades e possíveis soluções na mobilidade do

idoso no âmbito da cidade. Trata-se de uma sessão de cunho teórico-reflexivo. Na segunda parte, investiga-se Casa Amarela, na Zona Norte do Recife, focalizando nos percalços da acessibilidade do idoso no bairro de geografia popular. Na terceira e derradeira parte, destaca-se a voz da população de Casa Amarela quanto aos seus reclamos frente a ausência de acessibilidade nos espaços públicos do bairro, sobretudo no âmbito de suas ladeiras, calçadas, ruas, praças, mercado, feira livre etc.

Utilizou-se como procedimentos metodológicos, a aplicação de questionários e a realização de entrevistas com os moradores de Casa Amarela, visitas in loco pelos espaços públicos, pelas casas e pontos de ônibus do bairro, e mapeamento das ruas centrais do bairro. Além destes, também foram consultados artigos, livros, dissertações e teses sobre a acessibilidade e envelhecimento urbano, como meios para se refletir sobre o espaço de Casa Amarela em suas contradições em termos de (i)mobilidade urbana. Também foram realizadas leituras sobre "arquiteturas do improviso" (Rocha, 2015), tidas muitas vezes como pequenas soluções, mas que podem acentuar problemas de mobilidade espacial, e sobre o conceito de território na Geografia, no âmbito dos "nanoterritórios" (Souza, 2013) e de suas territorialidades na escala do domicílio, procurando através destas perspectivas analisar a realidade dos bloqueios territoriais existentes nas ruas e calçadas do bairro de Casa Amarela, na Zona Norte do Recife.

Desse modo, elaborou-se o capítulo de livro, que tem como propósito central repensar a condição dos idosos na sociedade atual. O primeiro passo neste sentido foi dado, pautando-se na leitura do idoso no espaço urbano, mais particularmente numa das partes que o compõe, ou seja, o bairro, um "[...] espaço imediato da vida" (Carlos,

1996), inclusive para aqueles de menor mobilidade física, que sofrem com as inúmeras "pedras no meio caminho", para lembrar o famoso poema de Carlos Drummond de Andrade.

Acessibilidade urbana: revelando as dificuldades e possíveis soluções na mobilidade do idoso na cidade

A sessão tem como foco refletir sobre a acessibilidade urbana, em especial sobre as dificuldades encontradas pela população idosa no contexto da cidade, recorte espacial ainda desprovido de aparatos de mobilidade e acolhimento mais adequados. Nesse sentido, também se aponta possíveis soluções para essa realidade contraditória existente, tomando perspectivas distintas de compreensão do direito à cidade na totalidade. Dessa forma, abre-se um leque de possibilidades para se pensar a acessibilidade no bairro de Casa Amarela, em meio a sua geografia desconcertante marcada por suas ruas repletas, mercado, ladeiras, becos, vielas, feira livre etc.

Como tema integrante da política pública de mobilidade urbana, a acessibilidade revela-se um dos caminhos possíveis para se pensar uma inclusão social, cidadã e democrática. A acessibilidade encontra-se subjacente ao que preconiza o artigo 5º da Constituição Federal do Brasil, que legitima o direito de ir e vir do cidadão, ou seja, seu direito à vida, à igualdade, à liberdade, à propriedade, à segurança, e, assim, à livre locomoção. No espaço urbano, a acessibilidade torna-se ainda mais necessária, em razão da problemática existente nas cidades brasileiras, que dificulta a plena circulação dos citadinos, sobretudo no plano do pedestre. Com efeito, a acessibilidade

mostra-se como uma condição essencial para que cada cidadão, dentre de uma coletividade, realize suas ações, possibilitando o deslocamento pleno com autonomia por espaços imobiliários e equipamentos urbanos (edificações, transportes e sistemas de comunicação), conforme rege o artigo 2 da Lei Federal 10.098/2000 (Brasil, 2004).

Nesse sentido, compreende-se a acessibilidade urbana como um direito essencial ao cidadão da cidade. Na concepção de Tagore e Sikdar (1995), a acessibilidade urbana compreende a capacidade do indivíduo de se deslocar espacialmente dependendo da organização territorial condizente da cidade, sobretudo quanto às condições dos sistemas de transporte, que devem se adequar às características físicas de cada indivíduo. Desse modo, a acessibilidade urbana se coaduna com a adequação do espaço da cidade, em seus diversos meios e estruturas urbanas, às necessidades corpóreas dos citadinos para sua locomoção, a começar pelos seus próprios pés.

Na ordem do dia, cada vez mais exige-se refletir sobre este conceito. Nas cidades brasileiras, as barreiras físicas se multiplicam nas calçadas, o trânsito caótico de veículos se torna evidente nas ruas, resultado da ausência de um ordenamento territorial dos espaços, em especial no âmbito dos bairros mais populares. No cotidiano destas cidades, os citadinos encontram dificuldades das mais variadas em suas mobilidades, como ir ao trabalho, realizar pagamentos e compras, ir ao hospital, aos espaços de lazer, entre outros. Nesta problemática, a população idosa representa o grupo social mais afetado, em razão da menor mobilidade de seus corpos e da própria falta de consciência cívica de parte significativa da população com relação às necessidades dos indivíduos da terceira idade.

São vários, portanto, os obstáculos existentes nas

cidades, barreiras espaciais que dificultam à circulação plena dos citadinos em diversos espaços públicos e privados (Morris, 1979). As barreiras se configuram em tudo aquilo que impede ou dificulta a mobilidade das pessoas em suas rotas, em seu ir e vir dentro da cidade. As barreiras podem ser naturais ou sociais. As raízes de uma árvore, o declive de uma rua, uma colina, um rio, um tufo de mata, podem ser vistos como barreiras, dentro de um desarranjo urbano-ambiental, quando estas impedem e/ou dificultam a locomoção dos transeuntes, reduzindo seus movimentos diários. No entanto, a maior parcela das barreiras existe pela ação ou negligência do próprio homem, que vai desde simples obstáculos materiais erguidos como possíveis soluções, mas que acabam inviabilizando a ação do outro (batentes, rampas e contenções nas calçadas que atrapalham a mobilidade do pedestre), até a ausência de rampas e corrimões para pessoas com deficiência. Nota-se, desse modo, que se trata da ineficácia de um ordenamento urbano-territorial-ambiental condizente para o direito pleno à cidade.

A existência destas barreiras acaba diminuindo a possibilidade de fluxo da população, além de ocasionar muitas vezes acidentes.[1] No caso das barreiras naturais, faz-se mister pensar soluções adequadas ao sítio urbano de uma determinada cidade, e, assim, de suas unidades – os bairros, as ruas, os quarteirões etc. No caso das barreiras sociais, faz-se necessário corrigir os erros recriados pelos próprios citadinos quanto às suas "arquiteturas de improviso" (Rocha, 2015), que embora facilitem suas

1 Guimarães e Farinatti (2005), em estudo centrado na condição de vida de 72 idosos, revelou que a maior parte dos acidentes ocorridos com esses indivíduos ocorrem no espaço da rua, sendo o principal motivo o mau estado de conservação dos locais, repletos de buracos, desníveis, degraus desproporcionais, e pisos instáveis/escorregadios. No tocante à mortalidade de idosos, o estudou revelou que a maior parte destes casos se relaciona aos acidentes por atropelamentos e quedas, com índice em torno de 25% do total.

locomoções para determinadas situações, em outras, acabam por limitar a circulação de outros, sobretudo para os de baixa mobilidade, como os idosos.

Além dessas barreiras supracitadas, também há os bloqueios culturais em termos de consciência cívica, especialmente sobre a condição dos idosos e das pessoas com deficiência física. Muitos destes indivíduos acabam constrangidos, afastando-se de um convívio social devido à ausência de uma empatia e solidariedade coletiva frente às necessidades do outro. Daí a importância da elaboração de políticas públicas voltadas ao despertar de uma consciência cívica na sociedade, e de se pensar correções e soluções materiais em termos de técnicas e engenharias que melhorem a mobilidade dos indivíduos em suas vidas cotidianas.

É preciso pensar a sociedade na totalidade, e, assim, a cidade como um espaço para todos, possibilitando e estimulando a presença de deficientes e idosos nos espaços públicos – nas ruas, praças, parques, nos ônibus e nas diversas manifestações vivenciadas no espaço urbano (Neves; Bifano, 2015). Nesse sentido, pensar a acessibilidade dos grupos de mobilidade reduzida é também pensar na inserção social, que também deve se pautar no conforto ambiental. As áreas ditas verdes das cidades necessitam ser preservadas, valorizadas e estendidas, com o propósito de melhorar a qualidade de vida das pessoas, recuperando a relação harmoniosa do homem com a natureza, com o tempo e a vida determinados pela natureza. Por conseguinte, a preocupação com a condição de vida dos idosos deve se coadunar a uma sensibilidade ambiental e a um tempo do descanso, malgrado a ebulição, e o desconforto físico e emocional das cidades (Guimarães; Dacanal, 2006).

A criação do Ministério das Cidades, em 2003, representou um avanço frente aos problemas existentes nos centros urbanos brasileiros no tocante à acessibilidade. Foram pensadas maneiras para melhoria da circulação urbana, viabilizando projetos de mobilidade nos espaços de bairros populares e comunidades, facilitando a comunicação das áreas centrais com os eixos periféricos, mesmo com as deficiências existentes e o mau uso do dinheiro público (vide os casos conhecidos de corrupção nas obras de circulação urbana para a Copa do Mundo de Futebol realizada no Brasil em 2014). Malgrado os esforços do Ministério, ainda prevalece a negligência com relação a mobilidade dos citadinos, em especial com os idosos, afora outras questões que envolvem a falta de fiscalização e manutenção por parte das instâncias oficiais sobre sistemas e equipamentos de acessibilidade em espaços públicos e privados das cidades brasileiras.

Portanto, o Brasil ainda se encontra distante da implantação concreta de políticas públicas garantidoras de uma mobilidade e acessibilidade universal e igualitária. Há ações pontuais e de caráter temporal, sem nenhum projeto de longa duração. Logo, faz-se importante a criação de projetos urbanos que melhorem e facilitem a acessibilidade urbana, pautando-se nas necessidades dos citadinos, na melhora e adequação das vias públicas e na fiscalização das edificações quanto ao acesso das pessoas, principalmente aos que têm seus movimentos reduzidos, como os idosos.

De acordo com Fernandes (2000), o urbanismo como ciência de desenhar as cidades e a arte de construí-la serve como uma ferramenta central para políticas públicas voltadas para desenvolver projetos e ações pautadas nos princípios de circulação e acessibilidade urbana. Segundo

este autor, um correto planejamento urbano dever levar em consideração a necessidade do indivíduo em se deslocar na cidade, que se condiciona ao desejo de realizar variadas atividades socioculturais, políticas e econômicas (Fernandes, 2000).

Contudo, a maioria dos estudos de planejamento e transporte urbano ainda não considera as distintas capacidades de locomoção dos citadinos. A solução deve se pautar na construção de um ordenamento territorial calcado no alargamento de calçadas, na implantação de ruas exclusivas de pedestre, na aplicação da legislação em acessibilidade, entre outras metas. A título de exemplo a ser seguido, a Organização Mundial de Saúde – OMS criou o *Guia Global: Cidade Amiga do Idoso* (2008), pautado nas necessidades de pessoas de terceira idade de diferentes regiões do mundo.

A preocupação da OMS com o idoso se encontra subjacente ao acelerado processo de envelhecimento da população mundial, em especial no âmbito das cidades. Países do norte do mundo já convivem há décadas com o contingente de idosos e seus problemas associados (Camarano, 2006)[2]. As cidades cresceram, e com elas, os seus sistemas técnicos, que oferecem diversas estruturas e serviços para seus moradores, incluindo os idosos. Nas cidades globais de países como Japão, Estados Unidos, China e do continente europeu, há o emprego destes meios técnicos e tecnológicos para auxiliar os idosos e pessoas com deficiência física. A cidade é, assim, um espaço de extensão de suas casas, local que propicia o flanar, as reuniões públicas e passeios menos desgastantes para os

2 Segundo o *Guia Global: Cidade Amiga do Idoso* (OMS-2008), o mundo está envelhecendo muito rápido e o número de pessoas com mais de 60 anos dobrará proporcionalmente de 11% em 2006 para 22% em 2050. Isso caracteriza uma maior quantidade de idosos e menor quantidade de crianças com idade de 0-14 anos.

idosos, muito embora ocorram ainda alguns percalços, inerentes a qualquer centro urbano de expressão, como acidentes de trânsito, incêndios, violência urbana etc.

No Brasil, o fenômeno vem se acentuando com pessoas acima de 60 anos, sobretudo nas últimas décadas. Projeta-se para meados deste século, em 2050, um número de aproximadamente 30,9 milhões de pessoas com mais de 60 anos no país. Daí a necessidade premente de se pensar e aplicar políticas públicas condizentes para essa parte da população, com as cidades atendendo as diversas demandas sociais, sendo acessíveis e funcionais dentro de um projeto urbano integrador (Silva *et al.*, 2015).

No entanto, a maior parte dos espaços públicos no Brasil são pensados para a parcela mais jovem da população, embora mudanças venham ocorrendo no sentido de atender o público mais idoso, mesmo que a passos lentos. Assim, os espaços de circulação e permanência da cidade também precisam contemplar a terceira idade, amenizando as perdas de mobilidade do envelhecimento, resultado das mudanças morfológicas, fisiológicas e bioquímicas do corpo humano ao longo do tempo. Ao mesmo tempo, deve-se valorizar o envelhecimento e a participação do idoso nos espaços de comunhão social, estimulando-os a interagirem com os mais jovens, dentro de redes de sociabilidade e do repasse de heranças, ensinamentos e experiências (Prado, 2003; Fernandes, 2000).

Comungando com este raciocínio, adentra-se neste momento na segunda parte do texto, que versa sobre os percalços da acessibilidade do idoso em Casa Amarela, bairro do Recife, cujo simples caminhar torna-se um desafio, uma "corrida de obstáculos" (Vila Nova, 2014), no âmbito da escala imediata da vida cotidiana na cidade. No estudo desenvolvido, toma-se como foco de análise os

paradoxos existentes entre as dificuldades relatadas pelos moradores do bairro e o que preconiza a legislação urbana do Recife com relação à acessibilidade do idoso na cidade.

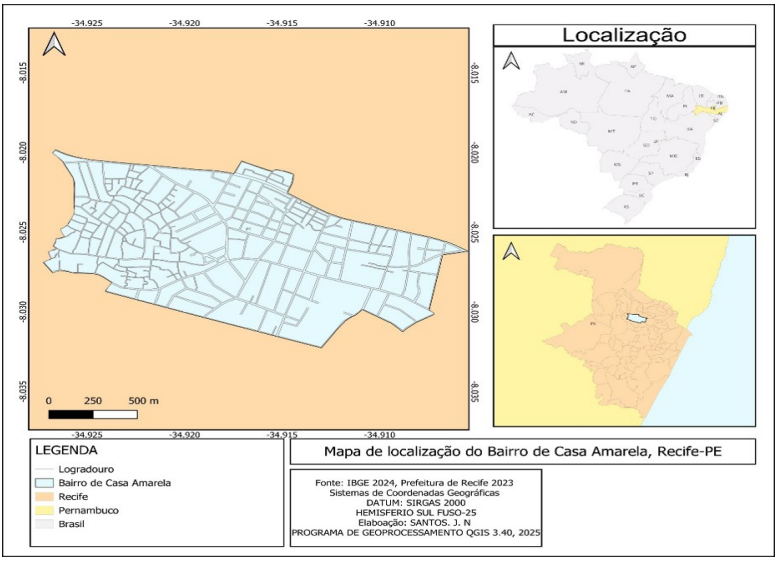
Apresentando o bairro de Casa Amarela e os percalços da acessibilidade do idoso no Recife

Situado na Zona Norte do Recife, Casa Amarela revela-se como um dos bairros mais populosos da capital pernambucana. O seu sítio urbano caracteriza-se pelo encontro das terras baixas da planície fluviomarinha com colinas terciárias ("morros") que semicircundam o Recife, desde Olinda (ao Norte) até Jaboatão dos Guararapes (ao Sul) (Figura 01). O bairro possui um forte comércio local, marcado por um secular mercado público, uma feira livre e um conjunto de casas comerciais, que acabam conformando um centro comercial no bairro, "[...] lócus principal da trama de relações do lugar" (Halley, 2010). Em termos populacionais, o bairro possui mais de 29.000 habitantes. Os idosos representam 4.671 pessoas, ou seja, 16% da população do bairro (IBGE, 2010).

Em se tratando de acessibilidade urbana, pode-se afirmar que a realidade do bairro se revela problemática em vários sentidos, em especial quando relativo às condições dos idosos. Um exemplo deste dilema avista-se no pátio da feira livre do bairro, que se apresenta repleto de obstáculos físicos à circulação dos transeuntes. Na calçada da feira, há uma série de ocupações irregulares (fiteiros, assentos, postes, motocicletas, entulhos etc.) que dificultam a acessibilidade do idoso e dos demais pedestres em seu caminhar por Casa Amarela. Neste caso, faz-se necessário desobstruir a calçada, rebaixar o meio-fio e construir rampas de acesso conduzindo para o pátio público. Tais

melhorias facilitariam a circulação, em especial das mulheres idosas do bairro, maiores frequentadoras da feira livre.

Figura 01: Localização do bairro de Casa Amarela na cidade do Recife-PE



Elaboração: Joseildo Nogueira dos Santos, 2025.

Durante a realização da pesquisa, uma das ruas mais visitadas foi a Paula Batista, dada a quantidade expressiva de residências e fluxo de transeuntes. A calçada da rua possui uma acessibilidade razoável, todavia, ao chegar numa das extremidades da via pública encontra-se uma frondosa árvore, que dificulta o caminhar na calçada e a entrada na garagem de um edifício, que se apresenta quase bloqueada. Não se defende o corte da árvore, mas sim um melhor ordenamento territorial do espaço público no que diz respeito ao plantio de mudas, ao tamanho da calçada e a própria posição de entrada de residências e edifícios.

Nota-se na Figura 02, uma árvore na calçada da rua, além de uma ciclovia vizinha mal demarcada pela tinta gasta no asfalto.

Figura 02: Árvore na calçada da Feira Livre de Casa Amarela. Observa-se um buraco ao lado da árvore, impedindo o caminhar pleno do pedestre, além de raízes expostas, frutas, calçamento irregular e fiteiros, que causam mais transtornos para circulação das pessoas do bairro



Fonte: Arquivo dos autores, março de 2018.

Caminhando por Casa Amarela se avistam outras calçadas ocupadas por uma infinidade de comércios e serviços informais, que praticamente inviabilizam o trânsito condizente de pedestres, o que infringe a chamada "Lei das Calçadas" do Recife, em quase todas suas normas técnicas[3]. Afora isso, a territorialização imposta

3 Conforme a Lei das Calçadas (nº 16.890, de 11 de agosto de 2003 e decreto-lei 2.060, de 20 de agosto de 2004), no seu capitulo V, para garantir acessibilidade e segurança, os passeios públicos deverão satisfazer os seguintes requisitos: I – terão revestimento antiderrapante, nivelado, de superfície regular, sem ondulações e com resistência adequada ao fluxo ao qual se destina; II - longitudinalmente, serão paralelos a grade do logradouro projetado pela prefeitura municipal; III - transversalmente, terão uma inclinação, do alinhamento para o meio–fio de 2% (dois por cento). Na seção III artigo 10 sobre a pavimentação do passeio, não será permitido obstáculo de caráter permanente, que impeça o livre trânsito dos pedestres.

pelo comércio popular acaba também causando outros transtornos à vida do bairro, evidenciando irregularidades de toda ordem, como monturos de lixo, poluição visual e sonora, trânsito de mercadorias, redes clandestinas de energia elétrica e água etc. Isto igualmente resulta numa maior dificuldade para o fluxo de pessoas no bairro, tanto para os pedestres como para os usuários de veículos automotivos. Mais agravante se torna para os idosos e para pessoas com deficiência, que além de sofrerem os percalços de uma mobilidade reduzida numa geografia acidentada como a de Casa Amarela, ainda convivem diariamente com a falta de um ordenamento territorial-ambiental nas ruas e calçadas do bairro, somada à ausência de uma fiscalização e manutenção devida dos espaços públicos pelas instâncias públicas.

Outro exemplo sintomático desta problemática encontra-se no cruzamento da Rua Padre Lemos com a Estrada do Arraial, bem no centro comercial do bairro. Neste lugar de fluxo intenso de automóveis há um semáforo que marca apenas treze (13) segundos para a travessia dos pedestres. Dada a largura das ruas e ao trânsito caótico, o tempo do sinal se revela insuficiente para uma travessia tranquila, sobretudo para os idosos e cadeirantes. Não à toa, com frequência, há acidentes neste cruzamento, ponto de localização do mercado público do bairro. Nesta encruzilhada, além da desordem flagrante, há também a falta de respeito visível contra os idosos. Parte significativa dos motoristas se mostra impaciente com os idosos nas ruas centrais de Casa Amarela, em situações cotidianas em que buzinam ou reclamam com insistência frente à "demora" da travessia. É mais um caso corriqueiro da falta de consciência cívica nos espaços públicos do Recife.

Além do problema existente na travessia dos

pedestres em Casa Amarela, há os inúmeros obstáculos nas calçadas do coração do bairro. Quase todas as calçadas circunvizinhas ao mercado público revelam-se ocupadas por várias mesas e cadeiras pertencentes aos boxes de alimentação do centro comercial. Os corredores de bares nas calçadas funcionam como uma espécie de praça de alimentação, que facilita o contato no espaço público, regendo aspectos comuns da vida do bairro, mas que, todavia, também acabam engendrando uma série de problemas, tornando mais difícil a acessibilidade dos idosos e demais pedestres que se locomovem nesses espaços (Figura 03).

Figura 03: Mercado Público de Casa Amarela, no cruzamento da Rua Padre Lemos com a Estrada do Arraial, na Zona Norte do Recife. Observa-se na imagem a ocupação densa da calçada do mercado



Fonte: Arquivo dos autores, março de 2018.

Na totalidade do espaço central de Casa Amarela não se avista nenhum membro ou equipe de monitoramento da Diretoria Executiva de Controle Urbano do Recife - DIRCON, órgão responsável pelo sistema de controle e organização de uso e ocupação dos espaços públicos da

cidade. Não há nenhum controle mais sistemático nas ruas, praças e calçadas desta área do bairro, predominando o uso informal dos espaços, com seus improvisos territoriais, que acabam atendendo demandas da população, mas também causam outros transtornos à vida cotidiana do bairro, em especial aos idosos, mais susceptíveis aos problemas ocasionados pelos desconfortos públicos de Casa Amarela. Com efeito, a realidade do bairro contradiz os direitos conquistados por essa parcela da população a partir da aprovação do Estatuto do Idoso, criado ainda em 1º de outubro de 2003[4].

Malgrado a existência do estatuto, na prática cotidiana dos idosos do bairro, assiste-se uma sequência de obstáculos físicos e morais à sua plena circulação e acesso aos espaços públicos e privados. As ruas Santa Izabel e Casa Amarela são exemplos claros desta problemática urbana. Na ladeira de acesso ao Alto Santa Izabel, que nomeia a rua supracitada, pela própria condição físico-natural revela um baixo nível de acessibilidade, que se torna mais drástico quando se observa a inexistência de calçadas em determinados trechos da via pública, em especial nas curvas acentuadas e íngremes da via.

Nestes pontos do bairro, os pedestres andam no asfalto da rua, disputando o espaço com os automóveis. Em outros trechos mais retos e planos, há calçadas nos dois lados da rua, todavia, também revelam uma série de irregularidades, em muito ocasionados por improvisos territoriais construídos pelos próprios moradores, como rampas, batentes, avanço dos muros sobre as calçadas etc. Por outro lado, outros improvisos se revelam mais

4 Segundo a Lei Federal 10.741, de 1º de outubro de 2003, o idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes ao humano sem prejuízo da proteção integral. Dessa forma, assegura-se ao idoso, por essa Lei e outras, todas oportunidades para preservação de sua saúde física e mental, e seu aperfeiçoamento moral e social em condições de liberdade e dignidade.

condizentes ao espaço, como os assentos de madeira, tijolo e de tronco de árvores avistados, que servem de extensão dos terraços das casas, ou mesmo de pontos de descanso para aqueles que sobem e descem a ladeira sob o forte calor do Recife. Nas pesquisas de campo observou-se idosos nestes bancos, alguns com sacolas de compras da feira livre e do mercado de Casa Amarela. Como a subida se torna cansativa, os idosos acabam por descansar nestes bancos improvisados, geralmente construídos sob a sombra de alguma árvore.

No entanto, em algumas ruas do bairro torna-se impossível este tipo de improviso. Na Rua Casa Amarela, a acessibilidade torna-se impraticável, dada invasão de algumas residências ao espaço público das calçadas (Figura 04). O trajeto das pessoas acaba sendo realizado na rua, disputando espaço entre automóveis, motocicletas e bicicletas, estando susceptíveis aos perigos do trânsito caótico da cidade. Caso semelhante ocorre na Rua das Neves, onde parte da calçada também se mostra ocupada por construções, mas, neste caso, pelo comércio irregular, o que dificulta a acessibilidade, sobretudo aos idosos e pessoas com deficiência. Na Rua Conselheiro Nabuco, uma parte da calçada encontra-se desproporcional, com uma altura acima dos padrões recomendáveis.

De acordo com a Associação Brasileira de Normas e Técnicas – ABNT (2020), uma calçada com acessibilidade deve respeitar todos os critérios determinados, obedecendo três faixas principais em sua extensão: 01- faixa livre de passagem; 02 - faixa de mobiliário e arborização; e 03 - faixa de interferência dos imóveis destinados a comércio e serviços. No entanto, poucas ruas e calçadas do bairro de Casa Amarela apresentam acessibilidade adequada conforme rege as normas da ABNT. Em sua maioria,

os logradouros públicos do bairro são descuidados, apresentando uma série de irregularidades, malgrado sua importância enquanto lócus das experiências do lugar, estando imersos em sociabilidades, memórias e sentimentos de pertencimento entre seus moradores, o que justifica o próprio conceito geográfico de bairro urbano (Halley, 2010; Souza, 1989).

Figura 04: Outra ocupação irregular na Rua Casa Amarela. Observa-se o muro da cor verde de uma residência construído sobre a calçada impedindo a acessibilidade dos pedestres

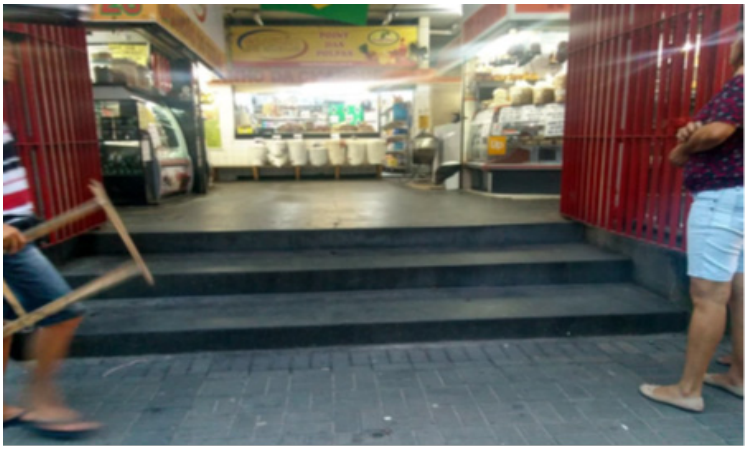


Fonte: Arquivo dos autores, março de 2018.

As contradições no uso e apropriação dos espaços públicos de Casa Amarela tornam-se visíveis em vários recantos do bairro, em especial no entorno do seu centro comercial, recorte espacial mais transitado do lugar. O interior do mercado público do bairro apresenta inúmeras irregularidades em termos de acessibilidade. Não há rampas nas entradas e saídas do edifício (Figura 05), tampouco sinalização e iluminação adequados. Os banheiros são pequenos, desprovidos de qualquer acessibilidade. No entorno do edifício público, há pontos

de táxi e estacionamento regulamentados pela Prefeitura Municipal (o "Zona Azul"), que tomam todas as vagas, inclusive as que deveriam ser exclusivas para idosos e pessoas com deficiência.

Figura 05: Ausência de rampas de acesso no Mercado de Casa Amarela. A falta de equipamentos adequados dificulta o acesso ao mercado



Fonte: Arquivo dos autores, agosto de 2018.

Outros casos de irregularidades são avistados nos abrigos de transporte público, nas paradas de ônibus. Próximo ao mercado do bairro, há um ponto de embarque e desembarque de passageiros, onde não há abrigo físico, tampouco assentos para passageiros. Além disso, os degraus do coletivo são altos para a altura da calçada (Figura 06), dificultando mais ainda a acessibilidade ao transporte, em especial para as populações com mobilidade mais reduzida, e com elas, os idosos do bairro, contradizendo os pontos centrais para um transporte de qualidade: o sistema de informação; a frequência de atendimento; a segurança; o tempo de viagem; os veículos e os locais de

paradas adequados; o estado das vias públicas; a condução dos operadores; e a acessibilidade (Ferraz; Torre, 2004).

Figura 06: Irregularidades numa parada de ônibus na Rua Padre Lemos – Casa Amarela. Na imagem, observa-se uma pedestre caminhando sobre o asfalto em direção ao ônibus, que parou fora do ponto de embarque



Fonte: Arquivo dos autores, março de 2018.

Ao entrevistar a idosa Marlene Silva, 72 anos, moradora de Casa Amarela, sobre as dificuldades em termos de acessibilidade no contexto dos transportes públicos do bairro, a senhora respondeu:

> [...] os degraus dos ônibus são altos, e não tenho muita força para segurar e subir. Tenho problemas nos ossos e tomo remédios e há motoristas que nem espera a gente subir direito. Tenho sofrido muito nesses ônibus quando vou para o médico[5].

A senhora também fez reclamos ao fato de alguns motoristas não pararem nos pontos de embarque, "queimam a parada", sobretudo quando só há idosos nos

5 Depoimento colhido em entrevista realizada em março de 2018.

abrigos. Talvez, a falta de respeito aos idosos nestes casos, esteja ligada à gratuidade da passagem para maiores de 65 anos, lei que vigora desde 2003 a partir da aprovação do Estatuto do Idoso. Com efeito, o valor de troca mediada pelo dinheiro parece prevalecer nestas situações.

Com o crescimento da população idosa no Brasil, sobretudo nas últimas décadas, faz-se mister a elaboração de políticas públicas de transporte visando a melhoria na qualidade de serviços prestados a este grupo populacional, em específico. Reivindicações são assistidas cotidianamente pela população brasileira cobrando soluções em face aos problemas de transporte público, que deveria ser um poderoso meio de mobilidade, e, assim, de inclusão social e de direito à cidade. No caso dos idosos, os transportes mostram-se imprescindíveis para o acesso aos serviços de saúde, comércio e atividades de lazer. Contudo, esses mesmos transportes públicos que deveriam facilitar a locomoção dos idosos acabam por se apresentarem inseguros à circulação, dada a ausência de cidadania, compromisso público e consciência cívica nas cidades brasileiras.

Na próxima seção do capítulo discutir-se-á, de forma mais direta, os desconfortos, reclamos e as dificuldades da acessibilidade do idoso em Casa Amarela, tomando como referência os inúmeros obstáculos e/ou bloqueios territoriais existentes na vida do bairro, inclusive no bojo do seu deficiente transporte público.

Casa Amarela: as condições de acessibilidades nas ruas e no transporte público do bairro

Nessa pesquisa sobre os percalços da acessibilidade para os idosos de Casa Amarela foi possível entrevistar

alguns moradores do bairro, escutar a *vox populis* do lugar, seus reclamos com relação à circulação urbana. A dona de casa Sueli Rodrigues Vieira, 66 anos, residente na Rua Casa Amarela, relatou dificuldades diversas na vida do bairro, sublinhando as condições desfavoráveis de suas calçadas, repletas de obstáculos e/ou bloqueios, em muito construídos pelos próprios moradores (rampas, batentes, degraus, pequenos postes etc.), ou provocados pelo descaso público do poder municipal (buracos, vias descalçadas, raízes de árvores expostas, meios-fios danificados etc.).

Na Rua Casa Amarela, a senhora Sueli Vieira mencionou a condição imprópria da calçada da via pública, que se mostra "[...] intransitável ao pedestre, levando o morador a transitar pela própria rua ao invés de usar a calçada". Sueli também reclamou sobre o transporte coletivo nas vias do bairro, destacando negativamente a altura dos degraus dos ônibus que se mostram inadequados aos idosos: "são altos e acabo sofrendo com dores nas pernas". Também se queixou do tempo dos semáforos do bairro: "tenho que atravessar muito rápido e os carros não me respeitam... Não respeitam ninguém. Passam por cima, mesmo!"[6]. A senhora Sueli também lembrou a falta de rampas nas calçadas de Casa Amarela, o que dificulta uma acessibilidade para o público em geral, especialmente para os idosos e para pessoas com deficiência.

Outra entrevistada foi a senhora Vanda Maria da Silva, 74 anos, também moradora da Rua Casa Amarela. A dona de casa relatou com maior detalhe suas dificuldades quanto à acessibilidade no bairro. A moradora sente muita dificuldade em atravessar a rua para ir ao posto médico próximo de sua residência, devido ao trânsito de automóveis, ao tempo curto do semáforo e às ocupações

6 Depoimento colhido em entrevista realizada em 05 de novembro de 2018.

irregulares da calçada, que se constituem em inúmeros percalços, como batentes, fiteiros, bancos etc.). Além destes problemas, Vanda da Silva também citou a falta de rampas nas calçadas, a impaciência dos motoristas na travessia de idosos, as calçadas estreitas que obrigam o indivíduo a caminhar no asfalto, e os inúmeros postes e árvores malcuidadas nas calçadas. No final da conversa, a entrevistada foi indagada sobre quais medidas deveriam ser tomadas para melhorar a acessibilidade na sua rua e no bairro de Casa Amarela na totalidade: "deveria ter calçadas livres para andar e mais semáforos, principalmente na Rua Padre Lemos e na Avenida Norte".[7]

As entrevistadas (Sueli e Vanda) também relataram problemas na acessibilidade das ruas Santa Izabel e Sempre Viva. Na Rua Santa Izabel, em alguns trechos, não há condições de caminhar pela calçada devido aos inúmeros bloqueios territoriais ali existentes: batentes, escadarias, rampas, canos d'água, canos de ferro, buracos, entulhos, "mato", postes etc. Em trabalho de campo, avistou-se que um lado da rua não há ao menos calçada (passeio de pedestre), devido ao avanço das residências até o meio-fio da via pública (Figura 07).

Na Rua Sempre Viva, um trecho da calçada transformou-se na extensão de um pequeno comércio, obrigando o pedestre a se deslocar para o asfalto da rua. Neste caso fica evidente a não fiscalização pelos órgãos e instâncias oficiais contra esse tipo de apropriação indevida do espaço público, que denota a formação de "nanoterritórios" (Souza, 2013) na escala do bairro, na qual o território domiciliar se estende junto ao espaço público, apropriando-se materialmente, malgrado os limites da regulação urbana. No outro lado da rua, a calçada também

7 Depoimento colhido em entrevista concedida em 05 de novembro de 2018.

se mostra irregular, sem acessibilidade condizente, com muitas rampas para entrada e saída de veículos, com declives bruscos, além de postes, pequenos bloqueios etc.

Figura 07: Rua Santa Izabel, Casa Amarela. Nesta rua, os pedestres andam em pleno asfalto devido às péssimas condições das calçadas ali existentes



Fonte: Arquivo dos autores, março de 2018.

Além dos casos das calçadas, outros foram observados ao longo da pesquisa, envolvendo o uso do transporte coletivo do bairro. Nesse sentido foram consultados outros idosos de Casa Amarela, em especial usuários de ônibus. Foram elencadas duas linhas do transporte público que percorrem diferentes espaços de Casa Amarela, tanto nas terras baixas, como nas áreas altas dos morros do bairro. Na linha 521 - *Alto Santa Isabel/Rosa e Silva* foram aplicados questionários a 64 idosos, com idades entre 62 e 73 anos, nos dias 13, 16, 18 e 23 de julho de 2018. Na linha 531 - *Rosa e Silva/Casa Amarela* foram aplicados questionários a 70 idosos, com idades entre 65 e 69 anos, nos dias 4, 6, 10 e 19 de julho de 2018. As perguntas foram as seguintes: 01 - Possui alguma dificuldade para chegar

até a parada do ônibus? 02 - Há buracos na calçada? 03 - Há outros obstáculos no caminho? 04 - Há o devido respeito por parte dos pedestres aos idosos? 05 - O tempo do semáforo é suficiente? 06 - Há dificuldade para entrar e sair do ônibus? E 07 - Os outros passageiros respeitam os assentos preferenciais?

A maioria dos idosos responderam que usam o transporte para ir aos postos e clínicas médicas e/ou ao mercado e feira livre da área central do bairro. Nestes itinerários, eles presenciam frequentemente os problemas urbanos, sobretudo no que diz respeito à circulação nas ruas de Casa Amarela. De acordo com as respostas, além do trânsito caótico, o bairro apresenta um descuido quase na totalidade de suas vias públicas, marcadas por uma falta de ordenamento territorial, visível na forte presença de ambulantes, sobretudo no entorno do mercado público, nos improvisos materiais nas calçadas, no descaso público, na falta de um maior planejamento no trânsito de veículos e pessoas, na poluição visual e sonora etc.

Os reclamos concentraram-se também nos abrigos de ônibus. Em visita *in loco*, observou-se inúmeras irregularidades numa parada de ônibus da Estrada do Encanamento, a começar pelo acesso perigoso ao transporte, com os degraus altos do veículo para a altura da calçada. Além disso, os ônibus com frequência apresentam-se lotados, com o espaço reservado aos idosos se revelando insuficiente para o número de passageiros da terceira idade (03 a 06 assentos apenas por ônibus). O espaço espremido entre o assento do motorista e do cobrador, com frequência se encontra ocupado por outros passageiros, infratores, que ao não pagarem a tarifa do transporte acabam se concentrando neste trecho do ônibus, dificultando o bem-estar do idoso. Em média,

os ônibus de porte médio do bairro transitam com 95 passageiros nos horários de maior tráfego. Os coletivos do sistema BRT transitam com o dobro de passageiros (Dados do Consórcio Recife/2018).

No que tange à Rua Padre Lemos, há quatro (4) paradas de ônibus e apenas uma devidamente sinalizada aos pedestres. O ponto de parada possui cobertura, porém, não há assento para os usuários, que acabam ficando expostos ao Sol e à chuva. Quanto às outras paradas, duas possuem apenas cobertura, mas sem assento, e outra não possui cobertura, tampouco qualquer base para sentar-se. Ao longo das pesquisas de campo, notou-se vários idosos "desabrigados" nestes pontos de parada.

Além das estruturas desfavoráveis dos abrigos, outro motivo negativo dos ônibus se refere ao quadro de insegurança pública no Recife, e assim, do popular bairro de Casa Amarela. Nas entrevistas realizadas, os passageiros mencionaram o medo em transitar de ônibus em razão dos frequentes assaltos neles ocorridos, em especial entre os idosos, vítimas mais comuns dos meliantes. Há falta de segurança pública nos abrigos e mesmo nos próprios veículos.

Outro reclamo dos passageiros refere-se ao comportamento dos motoristas e cobradores de ônibus. As passageiras Maria Lucia, de 79 anos, moradora na Rua Alexandrino, e Wanda Silva, de 74 anos, residente na Rua Casa Amarela, relataram que, frequentemente, os motoristas não esperam devidamente o idoso se acomodar quando adentram no ônibus. A ação intempestiva do condutor, muitas vezes aceita pelos coniventes cobradores, acaba gerando constrangimentos, quando não acidentes graves entre os passageiros, em especial entre os idosos[8].

8 Depoimento colhido entrevista concedida em 05 de novembro de 2018.

A partir destes casos, torna-se evidente a discriminação e preconceito com os citadinos da terceira idade, dentro de um etarismo urbano, que não respeita a mobilidade reduzida dos idosos causada pela força natural da passagem do tempo.

Considerações Finais

O trabalho desenvolvido procurou analisar as dificuldades da acessibilidade entre os idosos do bairro de Casa Amarela, na Zona Oeste do Recife. Durante seis (6) meses realizou-se trabalhos *in loco* nos espaços do bairro em questão, observando e colhendo informações sobre o nível de acessibilidade nas suas ruas, ladeiras e praças a partir das experiências dos seus moradores, que relataram inúmeros aspectos do cotidiano do lugar, especialmente no âmbito da circulação urbana, envolvendo as condições dos pedestres e dos usuários de transporte público (ônibus).

A experiência adquirida aprofundou olhares e reflexões sobre a geografia do bairro, revelando o papel significativo do geógrafo na sociedade, que se aproxima do cotidiano comum das pessoas em seus espaços de vida – na sua casa, calçada, rua, bairro e na cidade em si. A partir deste contato amiúde, tornou-se possível estabelecer a prática geográfica, que deve, necessariamente, evidenciar os problemas reais, promover a reflexão e propor soluções, inclusive na perspectiva da cidade e, por conseguinte, das unidades urbanas que a compõem.

Comungando com este raciocínio, deve-se aqui registrar a necessidade do geógrafo de pensar o papel do idoso no espaço urbano, em especial nos bairros mais periféricos. Nestes espaços populares, há uma carência em diversas esferas, sobretudo entre os indivíduos de

idade mais avançada e de pessoas com deficiência - PcD, conforme observou-se aqui no caso de Casa Amarela. Políticas públicas bem pensadas poderão ser aplicadas junto ao bairro em questão, com o foco em solucionar a problemática da acessibilidade, contando inclusive com a participação popular dentro de um trabalho participativo.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR número: 9050**. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Política Nacional de Mobilidade Urbana Sustentável**: Princípios e Diretrizes. Brasília, 2004.

BRASIL. [Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000]. In: BRASIL. Ministério da Justiça. **Legislação Federal de Acessibilidade.** Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2004.

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 out. 2003.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília, DF, 1988.

CAMARANO, Ana Amélia. Envelhecimento da população Brasileira: uma contribuição demográfica. In: FREITAS, E. V. et al. **Tratado de geriatria e gerontologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. p. 88-105.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo.** São Paulo: Hucitec, 1996.

FERNANDES, Julieta Cristina. Urbanismo e envelhecimento - algumas reflexões a partir da cidade de Uberlândia. **Caminhos da Geografia**, 1(2), 2000, p. 31-49.

FERRAZ, Antônio Clóvis Coca Pinto; TORRES, Isaac. Guilhemo Espinosa. **Transporte público urbano**. São Paulo, Rima Editora, 2004.

GUIMARÃES, Solange Terezinha de Lima; DACANAL, Cristiane. Arquitetura para viver, educar para conservar: faces da qualidade ambiental e qualidade da vida na conservação do meio ambiente. **Climatologia e Estudos da Paisagem**, Rio Claro, v. 1, n. 1-2, 2006, p. 20-39.

GUIMARÃES, Joanna Miguez Nery; FARINATTI, Paulo de Tarso Veras. Análise descritiva de variáveis teoricamente associadas ao risco de quedas em mulheres idosas. **Rev. Bras. Med. Esporte**, vol. 11, nº 5, Set/Out, 2005.

HALLEY, Bruno Maia. **De Chapéu do Sol a Água Fria**: numa trama de enredos, a construção da identidade de um bairro na cidade do Recife. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Pernambuco.

Lei nº 16.890, de 11 de agosto de 2003. Altera a seção IV do capítulo II da Lei 16.292, de 29 de janeiro de 1997 - lei de edificações e instalações na Cidade do Recife. Diário Oficial do Município, Recife, PE, 12 ago. 2003.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Política Nacional de Mobilidade Sustentável. Caderno 6, p. 39.

MORRIS, J. M. et al. Accessibility indicators for transport planning. transportation Research. **Part A**, v.13, n.2, 1979,

p. 91-109.

NEVES, Flávia Cardoso; BIFANO, Amélia Carla Sobrinho. O processo de envelhecimento e acessibilidade: o idoso no espaço domiciliar. In: **Anais do CIEH**, vol. 2, n.1, 2015.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Guia global:** cidade amiga do idoso. Brasília: Ministério da Saúde, 2008. 56 p.

PRADO, Adriana Romeiro de Almeida. **A cidade e o idoso:** um estudo da questão de acessibilidade nos bairros Jardim de Abril e Jardim do Lago no município de São Paulo. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica; 2003.

ROCHA, Bruno Massara. **Complexidade e improvisação em arquitetura.** Tese (Doutorado em Design e Arquitetura). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SILVA, Nayara Mendes et. al. Necessidades próprias da (c) idade: espaços acessíveis e funcionais para idosos. **Serv. Soc. Rev.**, Londrina, v. 18, n.1, jul./dez., 2015, p. 219-242.
SOUZA, Marcelo José Lopes de. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **O bairro contemporâneo: ensaios e abordagem política.** Revista Brasileira de Geografia. V. 51, n. 2, abr/jun. Rio de Janeiro, 1989, p. 139-172.

TAGORE, M. R.; SIKDAR, P.K. A new accessibility measure accounting mobility parameters. In: **Paper presented at 7 th World Conference on Transport Research.** The University of New South Wales, Sydney, Austrália, 1995.

VILA NOVA, Flávio. **Cartilha de acessibilidade urbana** - um caminho para todos. 2ª Ed. Recife: Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, 2014.

"Pracinha do Diário": epicentro de múltiplos territórios no Recife

Luíza Maria de Souza
Bruno Maia Halley



“PRACINHA DO DIÁRIO”: EPICENTRO DE MÚLTIPLOS TERRITÓRIOS NO RECIFE

Resumo

O capítulo procura descrever a Praça da Independência, situada no bairro de Santo Antônio, no centro histórico do Recife, descortinando distintos usos e territórios, afora contra-usos que contradizem as políticas de conservação pensadas pelas instâncias públicas do poder local. Desse modo, compreende-se as praças como espaços públicos permeados de múltiplos usos, contra-usos e apropriações, em especial àquelas dotadas de centralidade urbana, como a Praça da Independência. Não obstante a dimensão física reduzida do seu espaço, a praça revela-se como um lócus de variadas manifestações sociais, que engendram distintos territórios reveladores de um epicentro urbano no Recife. É um recorte espacial marcado por atos políticos e religiosos, pela presença de pessoas em situação de rua e prostitutas, pela festividade do carnaval, pelo comércio informal, e pelo frenesi da metrópole. É, por conseguinte, um espaço do transeunte, mas também um território vivido, onde os indivíduos constroem uma ligação físico-afetiva a partir de seus usos mais corriqueiros, tanto na praça, como nos prédios, paradas de ônibus, igreja e pontos comerciais do entorno. Apreende-se a praça como uma centralidade urbana dotada de variados sentidos, onde os recifenses expressam certa intimidade, ao ponto de mais evocá-la como “Pracinha do Diário” do que pelo nome oficial. A toponímia popular advém da antiga sede do Diário de Pernambuco, um edifício do começo do século XX, que se confunde com a própria praça em termos de referência identitária, tanto na paisagem como no sentimento dos

citadinos.

Palavras-chaves: Espaço público; lugar; território; "Pracinha do Diário"; Recife-PE.

"PRACINHA DO DIÁRIO": EPICENTER OF MULTIPLE TERRITORIES IN RECIFE

Abstract

This chapter aims to describe Independence Square, located in the Santo Antônio neighborhood in the historical center of Recife, revealing distinct uses and territories, as well as counter-uses that contradict the conservation policies conceived by local authorities. Thus, squares are understood as public spaces permeated by multiple uses, counter-uses, and appropriations, especially those with urban centrality, such as Independence Square. Despite its small physical size, the square reveals itself as a locus of varied social manifestations, which engender distinct territories revealing an urban epicenter in Recife. It is a spatial area marked by political and religious acts, the presence of homeless people and prostitutes, the festivities of Carnival, informal commerce, and the frenzy of the metropolis. It is, therefore, a space for passersby, but also a lived territory, where individuals build a physical-affective connection from its most commonplace uses, both in the square and in the surrounding buildings, bus stops, church, and commercial points. The square is understood as an urban centrality endowed with varied meanings, where the residents of Recife express a certain intimacy, to the point of more often referring to it as "Pracinha do Diário" (Little Square of the Daily Newspaper) than by its official

name. The popular toponymy comes from the former headquarters of the Diário de Pernambuco newspaper, a building from the beginning of the 20th century, which is intertwined with the square itself in terms of identity reference, both in the landscape and in the feelings of the city dwellers.

Keywords: Public space; place; territory; “Pracinha do Diário”; Recife-PE.

Considerações Iniciais

O trabalho procura analisar Praça da Independência, situada no bairro de Santo Antônio, no centro urbano do Recife, capital de Pernambuco, desvendando usos e territórios diversos, além de contra-usos que contradizem as políticas públicas de conservação pensadas para o logradouro. Por conseguinte, compreende-se as praças públicas como espaços permeados de múltiplos usos e apropriações territoriais, em especial àquelas dotadas de centralidade urbana, como a Praça da Independência, mais conhecida como “Pracinha do Diário”, em razão da presença do antigo edifício-sede do Diário de Pernambuco situado no pequeno logradouro.

A despeito da dimensão física reduzida, a praça pública se revela como *lócus* de variadas manifestações sociais, que engendram distintos territórios reveladores de um macrocosmo territorial em pleno coração do Recife. É um recorte espacial marcado por atos políticos e religiosos, pela presença de pessoas em situação de rua, dependentes químicos e prostitutas, pela festa do carnaval, pelo comércio informal e pelo frenesi da metrópole. É, por conseguinte, um espaço do transeunte, mas também um

território vivido, onde os indivíduos constroem uma ligação físico-afetiva a partir de seus usos mais corriqueiros, tanto na praça, como nos prédios, paradas de ônibus, igreja e pontos comerciais do entorno.

As distintas experiências na praça projetam cenas públicas ou paisagens urbanas que devem ser analisadas a partir de dois elementos fundamentais: o espaço construído e o movimento da vida (Carlos, 1994). O espaço não é imóvel, tampouco um suporte das relações sociais, mas sim parte constituinte dessas relações (Santos, 2009). A paisagem evidencia a ebulição do espaço, as cenas públicas em um dado recorte espacial e temporal, revelando formas, usos, apropriações e símbolos. No trabalho ora apresentado, resgata-se essas cenas mais significativas entre os séculos XVII e XX, mas sobretudo no período atual, onde emerge distintas paisagens durante o dia e a noite da Praça da Independência.

A cidade se revela como a principal obra da relação homem e natureza. Ao caminhar por suas ruas, becos, praças e bairros depara-se com distintas paisagens, com os espaços públicos se destacando na densidade urbana por seu uso comum. São os espaços verdes, como parques, jardins, cemitérios e outros, e, também, os não verdes, como ruas, pátios, praças, que se classificam logradouros de caráter público (Leitão, 2002). Dado seu uso público, esses espaços singularizam-se como *lócus* de disputas entre citadinos em suas distintas práticas, onde emergem territorialidades, apreendidas como mecanismos territoriais de defesa, controle, manutenção e apropriação de um território (Sack, 2011).

No âmbito dessas territorialidades, emerge um sentimento de lugar, a despeito do caráter efêmero e transitório que se remete a um espaço público com as

características da Praça da Independência. Malgrado o trânsito de pessoas circulando e atravessando a praça, ainda assim, alguns citadinos e grupos sociais se apropriam de certas porções do logradouro, onde constroem parte de suas vidas para além dos seus recantos vividos por excelência, a exemplo da casa, do local de trabalho e do bairro de vivência. É o caso dos ambulantes, das prostitutas, dos engraxates, aposentados, dos religiosos, que realizam seus cultos na praça, dos trabalhadores, que têm seus momentos de descanso nos bares e fiteiros, entre outros.

Uma praça situada no core urbano, como a Pracinha do Diário, se apresenta como um espaço de variadas identidades territoriais que se ligam diretamente às especificidades reveladoras da alma da cidade. A praça corresponde a um microcosmo urbano, mas que dependendo das experiências e eventos ali processados torna-se um macrocosmo - uma centralidade que atrai os citadinos em suas mais distintas ações, reivindicações e celebrações. No caso do Recife, marcado pelo pouco número de praças e pela presença histórica da informalidade nos seus espaços públicos, torna-se imperativo essa dimensão macro da Pracinha do Diário sempre tomada por diferentes grupos sociais, que conferem distintos usos e experiências inerentes ao ser recifense.

Na concepção de Gehl (2015), as ruas, praças e os parques são espaços públicos essenciais ao urbano, são espécies de "salas de estar ao ar livre" para as diferentes práticas e redes de sociabilidades. No caso analisado, a Pracinha do Diário não se constitui simplesmente numa "sala". Dado ao trânsito constante dos citadinos nos seus ir e vir pelo centro histórico e popular do Recife, a praça não permite uma pausa mais demorada para maior parte da

população. Apenas pessoas em situação de rua, prostitutas e aposentados se demoram mais no local. Não é um espaço de visitação, mas sim de circulação. É um "hall" para ruas e avenidas do bairro de Santo Antônio, e um "terraço" com algumas árvores entre as pontes da Boa Vista e Maurício de Nassau. Seja como "hall", seja como "terraço", a praça desperta entre seus usuários certa intimidade, ao ponto de ser mais conhecida como "Pracinha do Diário" do que pelo nome oficial, conforme já destacado. A toponímia popular revela o imaginário, o sentimento coletivo, e parte da paisagem e da identidade histórico-social da praça.

Neste logradouro central, a vida explode em múltiplos usos e territórios, tornando-se objetivo deste trabalho analisá-los na escala do logradouro, principiando resgatar a formação histórica da praça, desde a primeira metade do século XVII, durante o período holandês em Pernambuco, passando pelos séculos subsequentes, até alcançar o início do século XX. No começo do século passado, em meios aos feitos modernizantes do Recife, houve o paisagismo da praça pública, a abertura de vias adjacentes e a construção de arranha-céus no entorno do espaço público.

Em seguida, procura-se desvelar os distintos usos e territórios na Pracinha do Diário, que irradia suas movimentações para outros recantos do centro do Recife. Assim, apreende-se as experiências mais comuns do espaço público e os eventos mais simbólicos que envolvem as dimensões políticas, econômicos, sociais e culturais da cidade. Nesta análise da vida cotidiana articula-se os conceitos de lugar e território na Geografia e, assim, o espaço de vivência e as tramas de poder dos citadinos na espessura de um espaço público. Também se registra os contra-usos na praça, suas degradações físicas e humanas, que contradizem as políticas de conservação pensadas

pelo Estado para o logradouro. Segundo Leite (2007), os contra-usos estão ligados ao descaso com o bem público, mas igualmente aos grupos sociais marginalizados, que no âmbito da praça em questão exercem suas práticas e territorialidades, como as pessoas em situação de rua, as prostitutas e os dependentes químicos.

À luz deste contexto, o espaço público é compreendido como um espaço de múltiplos usos e territórios. É o espaço do encontro com o outro, da coletividade e de territorialidades variadas na espessura do logradouro. Com efeito, o espaço público necessita ser pensado na multiplicidade de ações e territórios, na condição de um lugar democrático, mas também de um espaço de conflitos e contradições sociais. Na concepção de Bauman (2009), nos espaços públicos a convivência humana atinge sua mais complexa expressão, externando alegrias, dores, esperanças e pressentimentos que lhe são típicos. São nestes espaços que os valores da diversidade são absorvidos, onde a vida se torna intensa, deixando o diálogo mais significativo. Daí a necessidade de captá-los, desconstruí-los, analisando os usos nos territórios e as distintas querências e identidades nesses lugares que acabam também por conformar a alma das cidades.

A partir destes pressupostos, o trabalho ora apresentado teve como procedimentos metodológicos visitas e entrevistas in loco pela Pracinha do Diário; pesquisa bibliográfica calcada em livros, teses e dissertações sobre o bairro de Santo Antônio e de seu logradouro central; registro de fotografias; e leitura e discussão dos conceitos de território e de lugar à luz da Geografia Cultural, onde foi possível apreender a vida, os usos e os territórios da "Pracinha", um epicentro de múltiplas territorialidades no Recife.

Do Terreiro dos Coqueiros à "Pracinha do Diário": revisitando um espaço público na cidade do Recife entre os séculos XVII e XX

Durante o domínio holandês em Pernambuco (1630-1654), o espaço hoje da Praça da Independência ou "Pracinha do Diário" era denominado de Terreiro dos Coqueiros, então situado no espaço da *Cidade Maurícia*, sede dos batavos no Brasil. Neste período, o Conde alemão Maurício de Nassau, Governador do Brasil Holandês, ordenou um tratamento paisagístico ao terreiro existente ao sul da *Cidade Maurícia*, com o plantio de coqueiros. Daí o nome do espaço no século XVII (Carneiro, 2004) (Figura 01). Depois da derrocada flamenga durante a Restauração Pernambucana, de 1654, o Terreiro dos Coqueiros manteve-se como um espaço livre amplo. No século XVIII, com o advento de novos sobrados, o espaço do terreiro foi reduzindo, tomando uma dimensão semelhante a atual praça.

Dentro do poder escravista colonial, o terreiro tomou outra função pública nesta época. Um poste de suplício, relocado do bairro portuário do Recife, foi fincado no centro do antigo terreiro, no bairro de Santo Antônio. Até meados do século oitocentista, as autoridades provinciais usavam este poste para exercer seu poder repressor. A prática engendrou a mudança no nome do lugar, passando a se chamar "Praça da Polé", referência ao instrumento bárbaro constituído por um poste com roldana e corda utilizada para se erguer o escravizado africano pelos braços ou pernas. Nesta trave, a pessoa ficava pendurada, soltando-a repentinamente até quase tocar o chão. Assim ocorriam os "tratos de polé", onde um único castigo poderia arrebentar as articulações do corpo. A localização do "castigo", em

pleno coração do Recife, revela a estratégia do poder da época: lembrar à população as verdades do regime, a partir dos seus espaços mais simbólicos. Contudo, a "Polé" entra em desuso em meados do século XIX. A elite almejava a modernização das ruas da cidade, dotando-as de uma atmosfera europeia, com a higienização do espaço e um maior controle sobre as camadas mais pobres. Pouco a pouco, as torturas foram transferidas dos espaços públicos para as salas fechadas das delegacias ou continuavam nas casas de particulares. O poder disciplinar construiu a Casa de Detenção do Recife, no bairro de São José, em substituição à Polé (Halley, 2017).

Figura 01: Vista da Cidade Maurícia e do Terreiro dos Coqueiros. Litografia de Frans Post, de 25 de agosto de 1657, mas que representaria uma data próxima a 1638. No primeiro plano, o terreiro repleto de pessoas



Fonte: Frans Post, 1657. Reprodução: Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira.

Neste contexto, no mesmo local do antigo poste, encontrava-se um poço d'água no centro da praça. A preocupação higienista no ordenamento das ruas e

praças do Recife já se tornava evidente. Em 1815, a Câmara Municipal resolveu fazer uma reforma na praça, viabilizando o comércio no logradouro. Nesse contexto, o espaço público recebeu inúmeras alcunhas, como Praça do Comércio, Praça Nova da União, Praça Grande, Praça da Ribeira e, por último, em 1833, Praça da Independência, uma homenagem aos edifícios públicos situados no seu entorno que na época tinha cores nacionais, em razão da autonomia conquistada em 1822 (Vainsencher, 2019).

A despeito do nome oficial, o espaço ficou mais conhecido entre os citadinos como "Pracinha do Diário", dada a existência do edifício do Diário de Pernambuco no entorno do logradouro, conforme já destacado. O Diário foi inaugurado em 7 de novembro de 1825, no Recife, pelo tipógrafo e jornalista Antônio José de Miranda Falcão. O jornal nasceu na Rua Direita, no bairro de São José, na casa do seu fundador. Depois funcionou na Rua das Flores (Rua Matias de Albuquerque), na Rua da Soledade (Rua Corredor dos Bispos), na Rua do Sol, no Pátio de Santo Antônio, na Rua das Cruzes, na Rua Duque de Caxias, e, finalmente, em 1903, na Praça da Independência, onde permaneceu durante 101 anos (Figura 02). Em julho de 2004, o Diário de Pernambuco mudou sua sede, passando a se instalar na Rua do Veiga, no bairro de Santo Amaro. O prédio histórico no entorno da Pracinha do Diário foi comprado pelo Governo de Pernambuco. Hoje, o prédio se encontra em desuso (Vainsencher, 2019).

Outro edifício simbólico situado no entorno da "Pracinha" diz respeito à Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento de Santo Antônio. Durante o período holandês, o local funcionou como a casa da pólvora. Em meados do século XVIII, a Irmandade do Santíssimo Sacramento do Corpo decide comprar o terreno para construção de sua

matriz. Em 1753, inicia-se a construção da Igreja em estilo barroco colonial, sendo concluída em 1790. Seus adros e pátios são interligados por ruas estreitas e tortuosas, traços típicos do urbanismo lusitano. Entre os séculos XVII e XlX, construiu-se a maior parte das igrejas, geralmente dotadas de pátio. O espírito religioso da cidade andava muito à flor das ruas, como se fossem ondas de incenso a aromatizar as vias, transbordando das igrejas (Biblioteca IBGE, 2019; Sette, 1978).

Figura 02: A sede do Diário de Pernambuco e trecho da "Pracinha do Diário", em 1942



Fonte: Acervo da Fundação Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais.

Em sua história colonial, os espaços públicos do Recife configuravam-se em pátios de igrejas, largos de mercados, praças com seus edifícios cívicos e o cais

com seu porto. Eram espaços mais apropriados pelos escravizados africanos dentro do sistema de poder da época. No período imperial, a cidade passa a se preocupar mais com o público, com a higienização e o ordenamento dos espaços à luz do processo de modernização, verificado, sobretudo, nas metades sequenciais dos séculos XlX e XX. Nesse período, várias mudanças foram verificadas, com o alargamento, calçamento e saneamento de ruas, demolições de sobrados, abertura de avenidas, a chegada do bonde e, depois, do automóvel. Os bairros centrais sofreram profundas transformações, inclusive o de Santo Antônio, dotado de um ar europeu repleto de sobrados, cafés, ruas largas, largos e a praça cívica da Independência. Assistia-se a influência de um urbanismo francês e inglês no bairro, e, no centro do Recife, na totalidade (Halley, 2017; Almeida, 2005).

Tempos distintos se sobrepunham em Santo Antônio. O bairro assistia um movimento constante e dinâmico. As ruas constituíam espaços de ricas sociabilidades, frequentadas por políticos, estudantes, intelectuais, jornalistas, funcionários públicos, entre outros. A Praça da Independência já consistia no epicentro do bairro e do próprio centro do Recife. No seu entorno, havia cafés, bares e restaurantes, bancas de jornal e revista, afora uma série de outras casas comerciais. Nas circunvizinhanças da "Pracinha" havia o lendário Café Lafayete, que funcionou entre os anos de 1930 e 1937 (Moura, 2012).

A praça perfazia a *belle époque* recifense. A vida moderna emergia no logradouro, nas vias, sobrados, edifícios e esquinas da circunvizinhança (Figura 03). Mas, ao mesmo tempo, a cidade assistia aos modos de vida mais passados, que passavam a sucumbir frente ao avanço da modernização. Nas imediações da Pracinha do Diário se

avistavam figuras populares de carregadores de pianos, vendedores de caranguejos, engraxates, prostitutas, entre outros, que delimitavam territórios em um dos endereços públicos mais antigo do Recife (Sette, 1978). A centralidade da praça perdurou ao longo das décadas, mesmo em face ao processo de descentralização decorrente da metropolização ainda nos anos de 1960-70.

Figura 03: Praça da Independência na década de 1940. Vide a ocupação do epicentro urbano do Recife pelos citadinos, automóveis e prédios, com uma visível sobreposição de tempos históricos na paisagem



Fonte: Acervo digital da Fundação Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (número do tombo: Cpt5-Recife).

A mancha da metrópole ocupou novos espaços, criou outras centralidades em lugares distantes do centro histórico. Contudo, a despeito da explosão de novas centralidades e da deteriorização dos bairros de Santo Antônio, São José, Boa Vista e do Recife, na ordem do dia, o centro histórico da capital pernambucana ainda continua a atrair atividades, sobretudo para as classes populares. Por conseguinte, a Pracinha do Diário continua

a exercer sua função de epicentro da vida pública do Recife, atraindo a circulação urbana para seu espaço, para seus bancos, assentos, fonte d'água, quiosques, fiteiros e edifícios do entorno. Outros citadinos apenas atravessam o pequeno logradouro rumo a outros lugares e, ainda outros, se demoram no logradouro onde trabalham, onde têm seu prazer íntimo, onde tentam à sorte com os jogos de dominó e cartas e onde dormem debaixo das marquises ou usam o chafariz da praça para seus banhos ao ar livre. São os usos e contra-usos da "Pracinha" frutos das experiências dos indivíduos que através de suas apropriações delimitam territórios no logradouro.

"Pracinha do Diário": epicentro de múltiplos territórios em seus usos, contra-usos e apropriações diversas

De acordo com o geógrafo Tadeu Rocha (1960), em ensaio clássico sobre as praças do Recife, a da Independência constitui "o coração da cidade". Neste espaço, emerge uma série de manifestações que ditam o ritmo e a alma da cidade. São manifestações de cunho festivo, religioso, político, reivindicatório, entre outros. No logradouro há procissões, cortejos cívicos, passeatas estudantis, o frevo das multidões durante o Galo da Madrugada, palanques políticos, pregões cristãos e uma infinidade de outras experiências que caracterizam a Pracinha do Diário como uma das cenas públicas mais complexas em seus usos pelos citadinos do Recife.

Conforme dito, o espaço público revela-se uma centralidade urbana, *lócus* do frenesi da metrópole, do ir e vir constante dos indivíduos em suas atividades cotidianas, do trânsito agitado de ônibus, carros, bicicletas

e motocicletas, que se intensifica na Avenida Guararapes, delimitada entre a "Pracinha" e a Ponte da Boa Vista. A praça e seu entorno pertencem à vida metropolitana, singularizando-se pelo vozerio de ambulantes e pedestres, pelas buzinas dos automóveis, pelos anúncios comerciais, pelos discursos microfonados e pelo badalar dos sinos. Igualmente se particulariza pela circulação constante de pessoas que cotidianamente demarcam seus espaços de poder no logradouro. As territorialidades destes grupos são delimitadas e expressas na paisagem, nas apropriações espaciais, no comportamento das pessoas, na fisionomia dos gestos, acenos e discursos. A praça é um território disputado por prostitutas, pessoas em situação de rua, aposentados, religiosos, ambulantes, profissionais liberais, flanelinhas, dependentes químicos, entre outros.

Embora esses grupos sociais delimitem espaços de poder na espessura da praça configurando territorialidades, também se percebe nesta relação que as pessoas constroem relações de afeição e apego ao logradouro público. Daí a relação intrínseca dos conceitos de território e lugar no cotidiano da Pracinha do Diário. Na leitura do território se imbricam variadas relações de poder, de um poder mais físico-material a um poder mais simbólico-cultural, conforme assegura o geógrafo Haesbaert (2007). E, na apreensão do lugar, o movimento do cotidiano e as experiências que as pessoas tecem com determinados espaços acabam sendo permeadas de afeição e identidade (Tuan, 1980).

Na conformação dos seus territórios, as pessoas se apropriam de espaços, constroem rivalidades em suas rotinas diárias, mas também estabelecem vínculos com outras pessoas e com a próprio lugar nos seus movimentos. Com efeito, o sentido de lugar se concretiza tanto na

comunicação com a pessoas e com os espaços quanto na movimentação espacial, assegura Corrêa (2001). O lugar se assenta numa demarcação física e numa dimensão simbólica, cujas experiências os qualificam e lhes atribuem sentidos de pertencimento. Por conseguinte, os indivíduos e grupos sociais que perfazem territórios na Pracinha do Diário, com delimitações mais ou menos precisas, emanam um sentimento de pertencimento ao logradouro público, onde materializam experiências múltiplas. Neste acontecer solidário de práticas, o sentimento de pertencer à praça se expande para outros espaços públicos e para a cidade em si.

Comumente as áreas centrais de cidades possuem praças públicas. Durante séculos, tais logradouros constituíam os principais espaços de sociabilidade. Na ordem do dia, ainda se mostram significativas para a vida urbana, onde vários grupos sociais dispersos exercitam suas práticas diversas (Dozena; Morais, 2014). Na ótica de Leitão (2002), como unidades espaciais fundamentais para a vida da cidade, as praças têm como função essencial atender às mais diversas necessidades humanas. As pessoas usam esses espaços para jogar dominó, para conversar com amigos, para passar o tempo, ter descanso, lazer, esporte etc. Também as utilizam para a contemplação, para a festa, para o despertar de uma consciência ecológica, estética, educativa e psicológica do meio circundante. Assim, é evidente que cada praça pode desempenhar mais de uma função (Leitão, 2002).

Em suas funções públicas, a Pracinha do Diário parece suprir às necessidades dos citadinos. Cotidianamente milhares de pessoas circulam no espaço, outras trabalham, tem seu descanso, tentam à sorte, conversam, comercializam e se prostituem. A praça pública é um lugar

de comerciantes, aposentados, prostitutas, ambulantes, engraxates, mendigos, religiosos, poetas, namorados, dependentes químicos, emboladores e políticos. A praça é, assim, um lar de muitos, "[...] um lugar para comer, dormir, descansar, enfim, um lugar usado para reposição de energia, da reprodução da força de trabalho (e do seu desemprego estrutural) e da espécie" (Carlos, 2015, p. 43).

Desse modo, a praça é também o lar de pessoas em situação de rua, mais visíveis à noite, quando se encontram adormecidos aos olhos míopes da cidade, que os invisibilizam. Em face à perversidade da globalização em curso, "[...] as cidades transformam-se em campos de refugiados" (Bauman, 2009, p. 61), desprovidos de assistências públicas, mas que vivenciam os espaços públicos se imiscuindo pelos centros urbanos. A vida de uma pessoa em situação de rua, não é "[...] resultado de uma momentânea e remediável má sorte, mas como algo que tem toda aparência de definitivo", assegura Bauman (2009, p. 23). Na ordem perversa da globalização, cada dia parece ser irremediável o descaso social, com as pessoas em situação de rua tornando-se em moradores da Pracinha do Diário (Figura 04).

Os indivíduos e grupos sociais se espacializam através de suas territorialidades (Dozena; Morais, 2014). O espaço público de uma praça é apropriado, disputado e ocupado pelos grupos sociais, dando razão à concepção de "nanoterritório", defendida por Marcelo Lopes de Souza (2013), que remete aos microespaços da cidade relativos à escala do domicílio. Conforme observado, a Pracinha do Diário se configura em um "domicílio" aos indivíduos em situação de rua, mas também aos comerciantes ("camelôs" e ambulantes) que delimitam territórios na praça em questão (Figura 05). Eles comercializam e oferecem as

mais diversas mercadorias e serviços: bebidas, alimentos, eletrônicos, serviços de sapataria e engraxate, entre outros.

Figura 04: Pessoas em situação de rua e dependentes químicos em canteiro da Pracinha do Diário, no bairro de Santo Antônio, Recife



Fonte: Arquivo de Luíza Maria de Souza, maio de 2019.

Figura 05: Camelôs e ambulantes no entorno da Pracinha do Diário



Fonte: Arquivo de Luíza Maria de Souza, junho de 2019.

Outra apropriação espacial relaciona-se ao poder policial, que controla e fiscaliza a Pracinha do Diário, seja

pelas câmeras de segurança pública do Estado, seja pelo próprio corpo policial equipado por veículos, cavalos e posto móvel de atendimento ao cidadão. O sentimento de medo urbano exacerbado pelos meios de imprensa engendra um clima de insegurança ao imaginário coletivo das cidades (Bauman, 2009). No Recife, a *psicosfera* do medo se materializa em cada rua, esquina e praça numa *tecnosfera* do medo, materializada em equipamentos de (in)segurança, que igualmente demarcam territórios, segregações e estranhezas sociais. Logo, a polícia e seus aparatos de controle demarcam territórios na Pracinha, muitas vezes impondo coações aos seus usuários, sobretudo aos ambulantes, prostitutas, dependentes químicos e pessoas em situação de rua.

Junto ao território policial emana o território da prostituição feminina historicamente estabelecida na Pracinha do Diário. Segundo Souza (2001), os territórios da prostituição em espaços públicos se revelam móveis e instáveis, noturnos e subordinados aos interesses de certos grupos sociais. No caso da Pracinha do Diário, o território da prostituição se mostra contínuo no tempo e no espaço, com a atividade sendo exercida por mulheres na faixa etária de 30 a 65 anos desde a década de 1980, especialmente no período diurno. A maior parte dos clientes compõem-se de aposentados que frequentam o logradouro. Da praça, a prostituta e o cliente seguem até os "quartos" de edifícios do centro urbano Recife, muitos em estado de penúria. Os pontos de prostituição são territórios da vida cotidiana, que se revelam no espaço livre (na praça) se estendendo aos ambientes mais restritos dos bairros centrais da capital pernambucana.

Também no espaço da "Pracinha" coexistem os territórios do tráfico de drogas ilícitas, mais visíveis no

período noturno, quando o controle policial e a circulação de transeuntes diminuem no bairro de Santo Antônio. Há a comercialização de maconha e crack, próximo aos fiteiros e bares do entorno da Pracinha do Diário. Durante o dia, avista-se usuários de drogas ilícitas, em sua maioria jovens e adultos de 15 a 40 anos de idade que, muitas vezes, cometem pequenos furtos como meio de manter sua dependência. Há também muitos pedintes, que utilizam a fonte da praça e dormem sob as marquises dos prédios. Na morada da praça, as pessoas em situação de rua assistem a vida agitada da metrópole durante o dia, e o silêncio e frio da noite de uma cidade que em sua maioria os despreza.

Outra territorialidade significativa do entorno da Pracinha do Diário diz respeito à Matriz do Santíssimo Sacramento de Santo Antônio, uma edificação das mais simbólicas no bairro homônimo. Conforme mencionado, o prédio foi inaugurado no final do século XVII, quando ainda havia o monumento bárbaro da Polé no centro do Terreiro dos Coqueiros. A igreja matriz marca a paisagem do centro urbano do Recife, revelando-se como uma "rugosidade", no dizer de Santos (2009), com sua forma e seu tempo pretéritos coexistindo no espaço-tempo da metrópole. As funções da Igreja sacralizam o espaço público, com suas missas, batizados, primeira-eucaristia e procissões marcando parte da vida de relações do espaço público.

Ao longo de séculos, a igreja presenciou a conformação da Praça da Independência na primeira metade do século XX no tocante ao seu urbanismo e paisagismo pensados pela municipalidade. Nesse período, o Recife procurava se modernizar, com suas pontes, palacetes e equipamentos modernos – automóveis, cinemas, cafés, jardins, bondes, entre outros (Halley,

2017). No bojo dessa modernização, houve a construção de edifícios de uso misto, com o térreo das construções voltadas para o comércio e serviços, e os andares superiores para residência. O Edifício Independência, junto à praça, na Rua Duque de Caxias, advém deste momento. Trata-se de um dos primeiros arranha-céus do Recife (Figura 06).

Figura 06: Os sete pavimentos do Edifício Independência, na década de 1920. Primeiro arranha-céu da Pracinha do Diário. Vide exemplos da modernidade na imagem, com os cabos de energia elétrica e os automóveis. Junto ao edifício, os sobrados que marcam outro momento da cidade



Fonte: Acervo da Fundação Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais.

Da década de 1940, também se verifica a construção de outros edifícios no entorno da praça, sobretudo a

partir da abertura da Av. Guararapes, na administração municipal de Antônio Novais, durante o regime do Estado Novo no Brasil (1937-1945). Atendendo a um urbanismo europeu, vários sobrados foram arrasados, passando a dar lugar aos edifícios públicos geminados na avenida projetada, que se estende da Praça da Independência até à Ponte da Boa Vista. A menor avenida do Recife se alarga pelo corredor de edifícios, conformando um dos mais significativos conjuntos de arquitetura proto-racionalista, proto-moderna ou art-decó no Brasil (Outtes, 1991). Na ordem do dia, verifica-se uma série de lojas comerciais no térreo dos edifícios e escritórios e unidades educacionais de ensino superior nos andares superiores, embora ainda tenha muitos edifícios desocupados na via pública. Também há o prédio central do Correios e uma série de barracas, fiteiros, engraxates e bancas de revistas nas calçadas da avenida, sobretudo no cruzamento com Av. Dantas Barreto.

Outros edifícios se situam ao longo dessa avenida supracitada, paralela à Praça da Independência, alguns em estado de abandono, outros adotando novas funções, como o simbólico Edifício do INSS, que passou a abrigar uma faculdade de ensino. Há, portanto, um "acúmulo desigual de tempos" (Santos, 2009) nas adjacências da Pracinha do Diário, envolvendo edificações de épocas distintas e que acabam também diversificando os usos nessa área central do Recife. Vide o exemplo da antiga-sede do Diário de Pernambuco que se encontra fechado há mais de uma década, mas seu passeio público se mostra repleto por usos do comércio informal.

Para além destas formas e funções aqui destacadas, há também manifestações referentes à festa popular que cadenciam o espaço público em certos eventos. A "Pracinha"

se encontra envolta por um convívio social, estabelecido por eventos tradicionais, políticos, cívicos e comerciais, mas também por festejos de carnaval, do frevo rasgado sob o Sol escaldante do desfile do Galo da Madrugada (Figura 07), considerado o maior bloco de carnaval do mundo. Já nos anos de 1940, a praça era ponto de encontro dos foliões. Havia na cidade um carnaval de clubes, típico das elites político-econômicas, e um carnaval de rua, ritmado pelo frevo das orquestras de metais (Costa, 2013). Nessa época, o frevo ganhava ressonância regional, com o Recife se tornando a "Capital do Frevo", criando uma identificação visual e sonora com o ritmo, que também acabou por eleger alguns espaços simbólicos do seu carnaval. Um destes foi a Pracinha do Diário, que recebeu uma nova alcunha pela imprensa local: "Quartel General do Frevo".[1]

Junto à folia, há também o simbolismo dos monumentos na praça pública que evocam instituições, sujeitos e grupos sociais que mantiveram ou mantém uma ligação físico-afetiva com o logradouro. A territorialidade, portanto, se revela material e imaterial, projetando mensagens através da memória da cidade. Circunvizinhos ao espelho d'água, há um monumento em homenagem aos Mascates do Recife, do mestre Corbiano Lins; um mural com trecho do poema de Audálio Alves que evoca o acadêmico Demócrito de Sousa Filho, morto no momento em que discursava em uma das sacadas da sede do Diário de Pernambuco, em 1945; uma escultura em homenagem ao jornalista Antônio Camelo, uma ao também jornalista Assis Chateaubriand, e outra ao poeta recifense Carlos Pena Filho, então assíduo frequentador da praça e do Bar Savoy, localizado na Av. Guararapes, na primeira metade

1 Vide a exemplo: A Passarela, este ano, no Quartel General do Frevo. Diario de Pernambuco, 17 de fevereiro de 1960, p. 04. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

do século XX. A despeito do atual estado de conservação, esses monumentos constituem representações materiais de eventos e personalidades do passado que integram o meio ambiente construído, compondo, de forma marcante, a paisagem do espaço público na área central da cidade (Corrêa, 2012).

Figura 07: Pracinha do Diário, o "Quartel General do Frevo", durante o desfile do Galo da Madrugada, no carnaval de 2019



Fonte: Arquivo de Luíza Maria de Souza, fevereiro de 2019.

São vários, portanto, os usos e as territorialidades construídas na Pracinha do Diário. Segundo Leitão (2002), somente se consegue captar as funções de uma praça quando se apreende os usos efetivados no logradouro público, que na concepção de Gomes (2012) revelam-se em "cenas públicas" de usos e apropriações diversas. Muitas vezes essas cenas escapam aos planos da municipalidade, que negligenciam a vivência concreta das pessoas em seu cotidiano. No caso da Praça da Independência, a negligência começa pelo próprio nome do lugar. Os citadinos conhecem mais o logradouro pela alcunha de

"Pracinha do Diário" do que pelo próprio oficial, uma referência ainda distante para os seus usuários, que tecem parte de suas vidas de relações na praça.

Segundo o Plano Diretor da Cidade do Recife (2008), a Praça da Independência integra à Zona Especial do Patrimônio Histórico-Cultural número 10 (ZEPH-10), que abrange os bairros de Santo Antônio e São José, no centro do Recife.[2] Trata-se de uma zona de preservação rigorosa, dada à relevância histórica e cultural da área. Há uma série de normas para o ordenamento deste espaço que se centram na Lei de Uso e Ocupação do Solo da Cidade do Recife, datada ainda de 1996.[3] Não obstante a regulação e o aparato urbano, constatou-se in loco o descaso público no logradouro. As normas de conservação não são levadas a efeito. Há monturos de lixo e o espelho d'água se encontra quase sempre seco (Figura 08). Há também rabiscos nos assentos, depredações de monumentos, falta de ajardinamento, entre outros. Há uma desordem pública quanto à presença de ambulantes circulando em meio aos espaços dos pedestres, dos quiosques, dos fiteiros e das barracas padronizadas de artigos diversos (bolsas, malas, cintos, chapéus, sapatos, entre outros).

Além destes aspectos elencados, também se observa o trânsito caótico nas cercanias da praça, o odor forte e o descaso social junto aos indivíduos em vulnerabilidade social que se aglomeram no logradouro. De modo geral, o espaço central da praça patrimonializada apresenta um estado de penúria, à mercê dos contra-usos que acabam se imiscuindo no espaço público, territorializando-se a partir das práticas rotineiras de ambulantes, prostitutas, pessoas

2 Segundo a Lei de nº 17. 511/ 2008. In: RECIFE. Lei de nº 17. 511/ 2008. Promove a revisão Plano diretor do município do Recife (Revogada pela Lei Complementar nº 2/2021).
3 RECIFE. Lei de n º 16. 176/ 1996. Estabelece a lei de uso e ocupação do solo da cidade do Recife.

em situação de rua, dependentes químicos, entre outros.

Figura 08: Fonte da Praça da Independência repleta de lixo e pombos



Fonte: Arquivo de Luíza Maria de Souza, maio de 2019.

Neste sentido, o valor atribuído a um dado espaço pode variar ao longo do tempo por razões econômicas, políticas e culturais, podendo até marginalizá-lo (Corrêa, 2001). Atualmente, a Pracinha do Diário sente os efeitos do descaso público e da concorrência exercida por outros espaços que concentram a vida urbana dentro da lógica de um consumo desenfreado, como no caso dos *shopping centers*. Logo, cada vez mais, o espaço livre se torna um espaço vulnerabilizado, como diz Almeida (2005), exposto à marginalidade e esquizofrenia social da cidade.

Paradoxalmente, são nesses mesmos logradouros onde a alma da cidade se encontra resguardada, ainda exercendo atração social, criando meios de superar ou neutralizar os sintomas da indiferença e individualização cada vez mais acentuadas na metrópole (Bauman, 2009). Daí a complexidade de se refletir sobre o espaço público,

em especial no âmbito do Recife, cidade marcada por contrastes violentos na paisagem e, consequentemente, por modelos de vida antagônicos que recrudescem segregações em sua totalidade.

Considerações Finais

De acordo com Serpa (2007), os espaços públicos não vêm despertando a atenção dos geógrafos, com raras exceções. Gomes (2012) sugere que as pesquisas sobres esses espaços devem nortear-se pela concretude das práticas e dinâmicas sociais que aí se desenvolvem. À luz deste raciocínio, apreendeu-se a Pracinha do Diário como um espaço público de expressiva magnitude, epicentro das ações dos citadinos em suas mais variadas relações espaciais. A praça é um cenário público por excelência perfazendo a história do Recife desde os primeiros séculos. É um recanto central da cidade, abrigo de grupos sociais e construções diversas, que possibilita experiências tipicamente urbanas, dentro do frenesi da metrópole, além de contatos frequentes que engendram redes de sociabilidade e sentimento de pertencimento. Não à toa, são nestes lugares que a cidade revela sua alma, externando singularidades na paisagem e no imaginário coletivo urbano.

Na Pracinha do Diário a vida urbana explode, irradiando objetos e fluxos espaciais para outros recantos do bairro de Santo Antônio. Nesse espaço central, a efervescência das relações acaba por engendrar variadas cenas públicas, instantes de usos na paisagem que revelam apropriações e sentimentos diversos. Como epicentro urbano, o logradouro encontra-se repleto de múltiplos territórios regidos por grupos sociais variados

imersos em suas práticas. É o território dos comerciantes, dos aposentados, dos ambulantes, dos religiosos, dos partidários políticos, dos desempregados, da segurança pública, dos dependentes químicos, das prostitutas, entre outros.

A Pracinha revela-se, portanto, um recanto de sociabilidades e um refúgio de grupos sociais marginalizados reveladores do descaso social existente na cidade. O desamparo humano evidente se reproduz no descuido do logradouro, que sofre a depredação constante do seu patrimônio, com jardins maus cuidados, fonte d'água seca, assentos e monumentos danificados, monturos de lixo e iluminação inadequada. A paisagem da praça contradiz os planos de conservação pensados para o centro histórico do Recife.

Embora os espaços públicos dos centros históricos das cidades brasileiras revelem em geral esses traços de abandono, em muito devido a perda relativa da importância destes logradouros frente a descentralização urbana com a metropolização, ainda assim, percebe-se um uso intenso de algumas praças, como a Pracinha do Diário, que se constitui um epicentro do ritmo e da cadência da cidade, ao menos em seu espaço central. A praça se configura numa das centralidades mais antigas do Recife, caracterizando-se no presente por múltiplas experiências e territórios - não obstante o esvaziamento do centro da cidade -, que irradia e recebe ações dentro do ir e vir da metrópole e dentro de uma série de paradoxos sociais aqui revisitados.

Referências

ALMEIDA, Érika Audet de. "A articulação dos espaços públicos na paisagem do Recife através da evolução

urbana". In: PONTUAL, Virginia; CARNEIRO, Ana Rita Sá (Org.). **História e paisagem:** ensaios urbanísticos do Recife e de São Luís. Recife: Bagaço, 2005.

A PASSARELA, ESTE ANO, NO QUARTEL GENERAL DO FREVO. **Diário de Pernambuco**, 17 de fevereiro de 1960, p. 04. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

BAUMAN, Zigmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

BIBLIOTECA IBGE 2019. Igreja matriz do santíssimo Sacramento de Santo Antônio, Recife, PE. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/bibliotecacatalogo.html?id=440575 &view=detalhes. Acesso em 6 de junho 2019.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2015.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo,1994.

CARNEIRO, Ana Rita Sá. Os espaços verdes na história do Recife. **Paisagem ambiente:** ensaios, n. 19, São Paulo, 2004, pp. 67-82.

CORRÊA, Roberto Lobato. Monumentos, política e espaço. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia Cultural** – uma antologia (volume II). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p. 73-90.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço - um conceito chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa.; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia:** conceitos e temas. 3ª ed. – Rio de Janeiro, Bertrand Brasil,

2001.

COSTA, Luciana Santiago. Práticas cotidianas nos espaços públicos do Recife -1920 – 1940. **Architecton** – Revista de Arquitetura e Urbanísmo. V. 03, N. 04, 2013.

DOZENA, Alessandro; MORAIS, Ione Rodrigues Diniz Morais. Espaço público e territorializações: as praças públicas caicoenses. In: MORAIS, Ione Rodrigues Diniz Morais; DANTAS, Eugênia. Maria (Orgs.) **Geo-grafias:** cidades e região em tempos diversos – Natal: EDUFRN, 2014.

ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. **Vista da Cidade Maurícia e Recife**. São Paulo: Itaú Cultural, 2026. Disponível em: http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obras/101428-vista-da-cidade-mauricia-e-recife. Acesso em: 31 de julho de 2026. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

GEHL, Jan. **Cidade para pessoas**. 3ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2015.

GOMES, Paulo César da Costa. **O lugar do olhar.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade – um debate. **Revista Geographia**, Rio de Janeiro, Vol. 9, n. 17, p. 19-46, 2007.

HALLEY, Bruno Maia. **Catimbolândia:** tramas negras do xangô na Veneza Americana – arredores do rio Beberibe (Recife, 1867-1945). Tese (Doutorado em Geografia), Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2017.

LEITÃO, Lúcia **As praças que a gente tem, as praças que a gente quer:** manual de procedimentos para

intervenção em praças. Recife: Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente do Recife, 2002.

LEITE, Rogério Proença. **Contra–usos da cidade:** lugares e espaço na experiência urbana contemporânea. 2ª Ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

MOURA, Carlos André Silva de. Os antigos cafés do Recife: a sociabilidade na capital pernambucana (1920 – 1937). **Resgate**. vol. XX, n. 23, jan./jun. 2012. p. 97-107.

OUTTES, Joel. **O Recife pregado à cruz das grandes avenidas** – contribuição à história do urbanismo (1927-1945). 1991. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

ROCHA, Tadeu. Praças do Recife. **Boletim da cidade e do porto Recife.** Editado pelo Departamento de Documentação e Cultura. Recife, 1960.

RECIFE. **Lei de n º 16. 176/ 1996.** Estabelece a lei de uso e ocupação do solo da cidade do Recife.

RECIFE. **Lei de n º 17. 511/ 2008.** Promove a revisão Plano diretor do município do Recife (Revogada pela Lei Complementar nº 2/2021).

SACK, Robert. O significado de territorialidade. In: DIAS, Leila Christina; FERRARI, Maristela (Org.) **Territorialidades humanas e redes sociais.** Florianópolis: Insular, 2011. p. 63-89.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** Técnica e Tempo, Razão e Emoção – 4. ed.5. Reimp. - São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 2009.

SERPA. Ângelo. **O espaço público na cidade contemporânea.** São Paulo: Contexto, 2007.

SETTE, Mário. **Arruar** - história pitoresca do Recife antigo. 2 ed. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1978.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **Conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

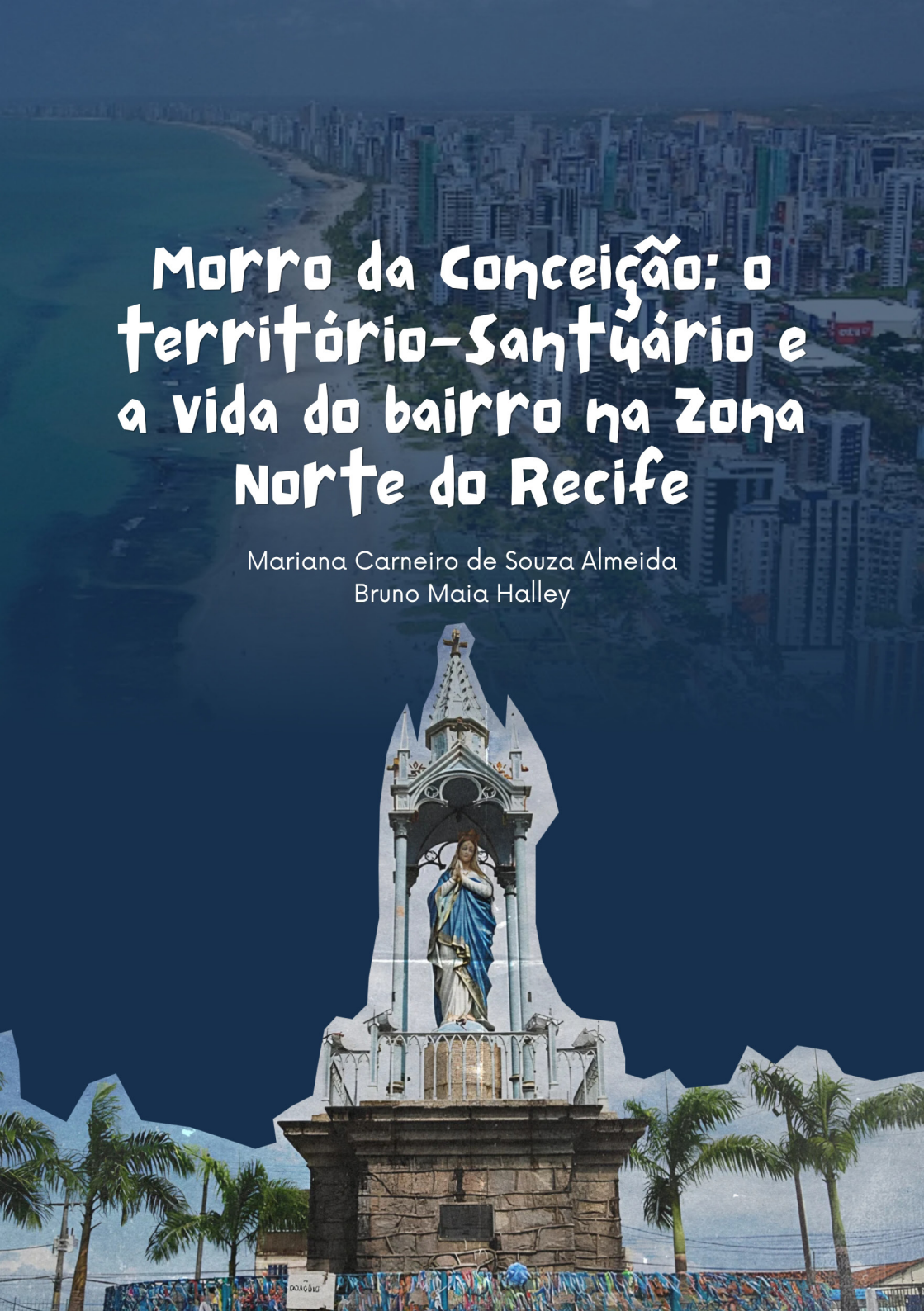
SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia:** conceitos e temas. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

TUAN, Yi-Fu Tuan. **Topofilia** - um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Diffel, 1980.

VAINSENCHER, Semira Adler. Praça da Independência - **Fundação Joaquim Nabuco:** 2019. Disponível em: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?op tion=com_content&view=article&id=594 Acesso em: 16 out. 2019.

Morro da Conceição: o território-santuário e a vida do bairro na Zona Norte do Recife

Mariana Carneiro de Souza Almeida
Bruno Maia Halley



MORRO DA CONCEIÇÃO: O TERRITÓRIO-SANTUÁRIO E A VIDA DO BAIRRO NA ZONA NORTE DO RECIFE

Resumo

O trabalho discorre sobre a identidade do Morro da Conceição, na Zona Norte da cidade do Recife, mais especificamente no âmbito do território-santuário de Nossa Senhora da Conceição, padroeira do bairro. Com efeito, revisita-se a formação histórica do morro, destacando o engajamento político e social dos moradores, dentro da expansão urbana da capital pernambucana, para, em seguida, analisar a vida do bairro no âmbito de suas manifestações culturais envolvendo as relações entre o sagrado e o profano no território da santa padroeira. Do ponto de vista teórico-metodológico, o trabalho se assenta em estudos calcados na Geografia Humanista-Cultural, abordando os conceitos de território e lugar em associação à categoria bairro, considerando ainda levantamento bibliográfico sobre o tema voltado à Geografia da Religião, e atividades de campo realizadas no Morro da Conceição, que se assentaram, fundamentalmente, na análise das memórias, práticas religiosas e experiências vividas do bairro, especialmente no âmbito do seu território-santuário, coração identitário do lugar e principal centralidade religiosa do Recife.

Palavras-chave: Bairro; lugar; território-santuário; Morro da Conceição; Recife-PE.

MORRO DA CONCEIÇÃO: THE SANCTUARY TERRITORY AND LIFE IN THE NEIGHBORHOOD IN THE NORTHERN ZONE OF RECIFE

Abstract

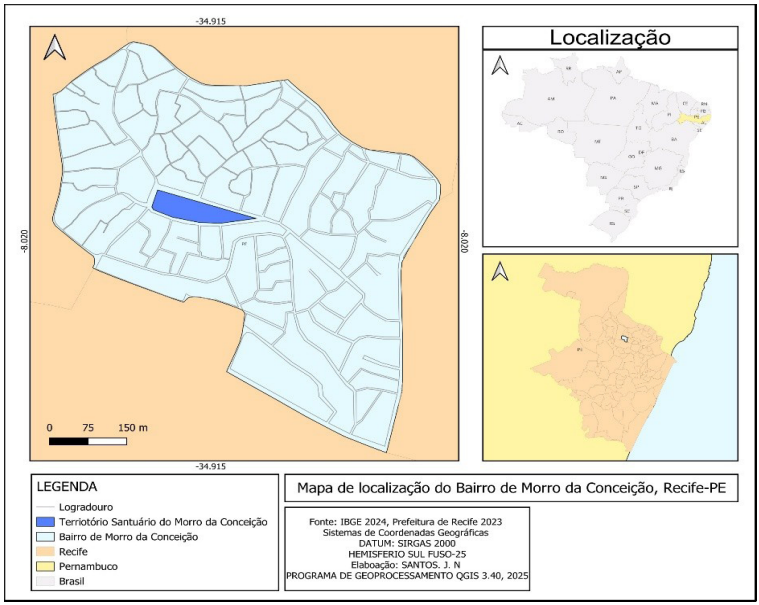
This work discusses the identity of Morro da Conceição, in the northern part of the city of Recife, more specifically within the sanctuary-territory of Nossa Senhora da Conceição, the neighborhood's patron saint. It revisits the historical formation of the hill, highlighting the political and social engagement of its residents within the urban expansion of the Pernambuco capital, and then analyzes the life of the neighborhood in terms of its cultural manifestations involving the relationships between the sacred and the profane within the territory of the patron saint. From a theoretical-methodological point of view, the work is based on studies grounded in Humanistic-Cultural Geography, addressing the concepts of territory and place in association with the category of neighborhood. It also considers a bibliographic survey on the subject focused on the Geography of Religion, and fieldwork carried out in Morro da Conceição, which was fundamentally based on the analysis of the memories, religious practices, and lived experiences of the neighborhood, especially within its sanctuary-territory, the identity heart of the place and the main religious center of Recife.

Keywords: Neighborhood; place; sanctuary-territory; Morro da Conceição; Recife-PE.

Considerações Iniciais

O trabalho discorre sobre a identidade do Morro da Conceição no contexto da Zona Norte da cidade do Recife (Figura 01), mais especificamente sobre o lócus de vivência de suas especificidades no âmbito do sagrado - o santuário de Nossa Senhora da Conceição, situado no cume da colina. Com efeito, compreende-se o bairro como um lugar, na condição de um espaço vivido e sentido por excelência, onde o morador compartilha uma vida comum com vizinhos, parentes e compadres, estando imerso numa rede de relações historicamente estabelecidas (Halley, 2010).

Figura 01: Localização do Morro da Conceição na cidade do Recife, com indicação (em azul escuro) para o território-santuário do bairro



Elaboração: Joseildo Nogueira dos Santos (2026).

No Morro da Conceição, o sentido de lugar emerge em cada esquina, beco, ladeira, praça, e, sobretudo, no coração do bairro, que se circunscreve ao monumento e "território-santuário" (Bonnemaison, 2012) da Nossa Senhora. Trata-se de um território marcado por certas práticas sagradas e profanas, que marcam a paisagem e o imaginário coletivo do bairro e da cidade na totalidade. O predomínio das cores do bairro é em azul e branco, em alusão às vestes de Nossa Senhora, que se expande do cume para outros recantos do lugar, descendendo em direção à Avenida Norte. A fisionomia alude às cores da santa e ao céu azul e ensolarado do Recife, que para os cristãos também se constitui num céu mítico, pelo menos no tocante à moldura paisagística do morro. Nesta projeção, o monumento arranha o céu e o céu perfaz simbolicamente o lugar. O centro do bairro, portanto, não catalisa somente as vivências do morro, ele também se revela como um cartão postal que marca a paisagem do bairro[1].

A influência de Nossa Senhora da Conceição marca o bairro e suas adjacências, tanto de maneira interna como externamente, e no seu território central se imbricam variadas relações de poder, de um poder físico-material a um poder mais simbólico-cultural (Haesbaert, 2007). Cultua-se a imagem da Conceição na Igreja, na Torre, junto ao monumento, nas casas vizinhas e nas ruas adjacentes, conformando um território sacralizado, também permeado por uma série de práticas profanas ligadas ao comércio de artigos religiosos, mas também a própria vida comum do bairro, como o ir ao mercadinho, o encontro na padaria, o

1 Faz-se importante mencionar que a pintura das casas em azul e branco no Morro da Conceição partiu de uma ação da Prefeitura da Cidade do Recife, dentro do projeto Mais Vida nos Morros, no ano de 2017. O projeto contou com a ampla participação dos moradores. Disponível em: http://www2.recife.pe.gov.br/n oticias/11/11/2017/mais-vida-nos-morros-esta-pintando-o-morro-da-conceicao-de-azul-e-branco Acesso em: 02 de novembro de 2017.

jogo de bola de crianças, o jogo de dominó na praça, entre outras situações que regem a vivência coletiva local.

Com efeito, o trabalho ora apresentado procura analisar essa dinâmica do Morro da Conceição, envolvendo as relações processadas em torno do território-santuário do bairro e as experiências vividas na espessura do lugar. Com base na revisão de literatura, na primeira parte do trabalho, busca-se resgatar a formação do morro, principiando em destacar a chegada do monumento ao local e a ocupação de suas adjacências por uma população pobre, reféns das secas do interior nordestino e dos mangues dos bairros centrais do Recife, ainda na primeira metade do século XX. O regaste histórico se estende até o final da década de 1980, destacando o engajamento político-social dos moradores na conquista de seus territórios e de melhorias estruturais ao bairro, até alcançar o momento de emancipação do morro, em 1988, em face ao bairro vizinho de Casa Amarela, tornando-se um bairro pelo poder político-administrativo do município.

Na segunda parte do estudo discorre-se sobre a identidade do Morro da Conceição na Zona Norte do Recife, mais especificamente sobre as especificidades do território sagrado de Nossa Senhora da Conceição a partir de uma interpretação fenomenológica baseada no campo da Geografia Cultural, mais especificamente na Geografia da Religião. São analisadas as manifestações culturais, como a "Festa do Morro", realizada há 122 anos, em homenagem à Conceição de Maria. Afora essas expressões de religiosidade, também se apreende outras experiências vividas do bairro, especialmente àquelas processadas no cume do morro, imerso em relações de vizinhança e parentesco que também perfazem parte da alma do lugar.

Os procedimentos metodológicos adotados

centraram-se em trabalhos de campo no Morro da Conceição, onde foram realizadas entrevistas e o registro de imagens. Afora isso, o trabalho de pesquisa revisitou livros, teses e dissertações sobre a ocupação de Casa Amarela e do morro sobredito. Do ponto de vista teórico-conceitual, apreendeu-se os conceitos de território e de lugar à luz dos preceitos da Geografia Cultural, associando-se à categoria bairro, onde foi possível apreender a vida e a identidade do Morro da Conceição, e, por conseguinte, as experiências vividas em seu território-santuário, coração identitário do lugar e de diversas hierofanias em torno da santa padroeira.

Morro da Conceição: a ocupação de um bairro a partir dos movimentos sociais e cristãos na Zona Norte do Recife

O marco inicial de ocupação do Morro da Conceição, na Zona Norte do Recife, ocorreu com a chegada da imagem de Nossa Senhora ao morro adjacente ao povoado de Casa Amarela, em 1904, que ainda no século XVII chamava-se de "Outeiro Bagnuolo", e, em seguida, de "Outeiro da Boa Vista"[2]. No entanto, foi somente com a fixação do monumento que se processou a vinda regular de populações pobres ao local, que acabaram se concentrando no entorno da imagem e de uma capela dedicada à santa, erguida no mesmo ano da imagem mariana.

O local de fixação do monumento foi escolhido pela posição estratégica na cidade, dentro do alcance de visibilidade pensada pela igreja para a imagem. Portanto,

2 Segundo Flávio Guerra (1978), o primeiro nome do morro fazia referência ao Conde Bagnuolo, comandante napolitano que tentou erguer um forte no topo da elevação no período holandês. O historiador afirma, ainda, que "[...] terminada a invasão holandesa, passou âquele trecho a ser conhecido como Oiteiro da Boa Vista, pela excelente e bela visão que dali se descortina" (Guerra, 1978, p. 98).

não foi em razão de alguma hierofania ocorrida, mas sim por motivos de descentralização do poder da igreja católica no Recife, interessada em ampliar seu mercado de almas. O terreno de 120 metros de comprimento por 60 metros de largura foi doado à Diocese de Olinda pela família Marinho, à época, proprietária de várias terras nos arredores do Recife (Bandeira, 1905). Tempo depois, a família passou a questionar a ocupação de casas no entorno do monumento, que extrapolara a área doada, adentrando em suas terras privadas. O impasse se acentuou com a ocupação mais acelerada de Casa Amarela, que ressoava no morro adjacente, durante a expansão urbana do Recife na década de 1940, que alcançava as colinas terciárias da cidade, sobretudo no interflúvio dos rios Capibaribe e Beberibe (Melo, 1978).

Neste contexto histórico, os morros foram sendo ocupados por populações pobres advindas de zonas de seca do interior nordestino e por "mocambeiros", então moradores dos mangues, expulsos dos bairros centrais do Recife, em meio ao projeto de modernização e higienização da cidade, pautado, especialmente, na erradicação dos mocambos. As reformas tiveram seu auge no governo do interventor federal em Pernambuco, Agamenon Magalhães, durante o regime do Estado Novo (1937-1945) no Brasil, que engendrou o deslocamento massivo da pobreza urbana para os arredores do Recife. Com efeito, no bojo deste processo, os morros chegaram a abrigar mais da metade da população da capital pernambucana, com sua maior concentração nos outeiros ao norte da cidade (Halley, 2017; Almeida, 2001).

Dada a ocupação acelerada dos arredores do Recife, ao longo das décadas de 1940 e 1950, houve a necessidade, por parte do poder municipal, da realização de obras de

melhoria na infraestrutura dos morros, inclusive no Morro da Conceição, que também contou com o patrocínio de famílias católicas tradicionais de Casa Amarela e do Arraial do Bom Jesus. Com efeito, houve a instalação de luz elétrica e abertura de estrada de acesso ao morro da santa. Após essas obras estruturantes, a Arquidiocese do Recife e de Olinda assumiu o controle do santuário, com a capela passando então a tutela da Paróquia de Nossa Senhora do Poço da Panela. Ao poder municipal coube a organização do espaço para a ocorrência das celebrações sagradas, sobretudo durante o período da "Festa do Morro" dedicada ao Dia de Nossa Senhora da Conceição, a cada 08 de dezembro (Moura, 2008). Paulatinamente, a devoção à Nossa Senhora acabou por demarcar os acessos e limites do território, não somente a partir das relações sagradas, mas através das manifestações profanas processadas em torno da santa e dos casebres localizados no entorno do monumento, que de maneira popular e sem o direito de posse de suas terras, acabou por respeitar os limites físicos do espaço sagrado.

Na década de 1950, o Morro revelava uma ocupação efetiva, embora ainda recoberto por muita vegetação e contando apenas com uma estrada de acesso, a chamada "Ladeira Apique". No fim desta estrada abria-se a paisagem da ampla esplanada, que já contava com o monumento da Conceição, com a capela, com a casa do zelador e com o galpão das celebrações à santa. Na década de 1960, Casa Amarela e o Morro da Conceição continuaram a assistir uma expressiva evolução demográfica subjacente às profundas mudanças no espaço recifense com o início de sua metropolização. O avanço de práticas capitalistas no espaço agrário brasileiro engendrou mais e mais o deslocamento precarizado de populações rurais para

o Recife, que "inchava-se" pelas periferias dos morros, mangues e alagados. O quadro de desigualdade espacial se intensificou, materializando zonas de prosperidade e de pobreza na totalidade da cidade (Melo, 1978; Castro, 1948).

Em face ao contexto de penúria e descaso público, em 1969, Dom Hélder Câmara, então Arcebispo de Olinda e Recife, liderou o movimento cristão Encontro de Irmãos, centrado em ações sociais e religiosas em bairros e comunidades pobres do Recife. Inspirado pelo arcebispo, o pároco de Casa Amarela, Pe. Reginaldo Veloso, organizou a *Comunidade Eclesial de Base* – CEB, que contava em suas reuniões com a participação dos moradores do Morro da Conceição. Nesses encontros, discutia-se com a população os problemas locais, propondo soluções e incentivando a criação de conselhos nos bairros, que deveriam primar pela melhoria estrutural das comunidades (serviços de coleta de lixo, de água e energia elétrica), pela conquista de direitos básicos (trabalho, saúde e educação), e pela posse definitiva dos espaços de moradia (Cavalcanti, 2017; Moura, 2008).

Consequentemente, da devoção à imagem da Conceição, os moradores do morro passaram também a se vincular às organizações sociais cristãs, com o objetivo principal de terem a posse em definitivo de suas casas junto à imagem da santa. Isto os levou a organizarem o *Movimento Terras de Ninguém*. O principal objetivo deste movimento centrava-se na conquista definitiva da posse dos terrenos de suas casas no entorno da santa padroeira. A partir de 1975, o movimento ganhou força política com a roda de diálogos, manifestações e pressões sobre o poder público (Cavalcanti, 2017; Moura, 2008; Cézar, 1994).

À luz deste contexto, em 1979, já pároco da Igreja de

Nossa Senhora da Conceição, o Pe. Reginaldo Veloso criou o *Conselho de Moradores do Morro da Conceição* que, além de tratar de questões religiosas, também se centrava em discutir com a população os problemas existentes na comunidade e suas possíveis soluções. Nesta organização, propunha-se melhorias estruturais, como a construção de muros de arrimo nas áreas de encosta, criação de postos de saúde e de escolas, ampliação do abastecimento d'água, entre outras medidas. Através deste engajamento, os moradores obtiveram significativas conquistas. A primeira consistiu na construção de um poço artesiano na Praça do Trabalho, que passou a fornecer água para o morro e adjacências. A segunda associou-se ao primeiro projeto de coleta de lixo nos morros, e, doravante, da colina sagrada. A terceira ligou-se a reforma e construção de residências através do sistema de "mutirão". Também houve a ampliação de muros de contenção nas encostas. Outras conquistas se voltavam à educação e saúde pública do bairro, com a construção da Escola Municipal Júlio Vicente e a criação de uma rede de atendimento de saúde popular no bairro (Moura, 2008; Cézar, 1994).

Contudo, a principal conquista dos moradores somente viria a acontecer em 1980, com o direito em definitivo da posse das terras no Morro da Conceição. Após várias mobilizações de base, reuniões e assembleias, inclusive no interior da igreja do bairro, aproximando o *Movimento Terras de Ninguém e o Conselho de Moradores do Morro da Conceição*, finalmente, os moradores conseguiram a legitimação da conquista do seu território de moradia, externando uma luta social dentro do bairro, que o remete a um sentido ativista, de ação política e de engajamento comunitário alinhado à dimensão simbólico-religiosa historicamente construída ao lugar (Moura,

2008, Cézar, 1994).

Dentro deste contexto de conquistas históricas do bairro, cabe destacar também a construção da nova paróquia no cume sagrado, em 1974, que acabou por reafirmar a centralidade religiosa do morro na cidade. O novo prédio da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição combinou modernidade e simplicidade junto ao monumento da santa, passando a atrair mais multidões de devotos, romeiros e peregrinos ao morro. Pouco tempo depois, em 12 de setembro de 1975, a paróquia passou a ser matriz, tendo o Pe. Geraldo Leite Bastos como primeiro vigário. A jurisdição do templo religioso compreendia o morro e localidades adjacentes: Alto José Bonifácio e Comunidade de São José, o Córrego e a Comunidade São Domingos, e o Córrego de José Grande e a Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Em 1979, conforme dito, o Pe. Reginaldo Veloso assumiu a condução da paróquia (Moura, 2008, Cézar, 1994).

Na década de 1980, a cartografia do Recife já revelava uma mancha urbana contínua em razão da espacialização da metrópole que alcançava os espaços mais distantes da cidade. Com efeito, o Morro da Conceição já se mostrava bastante ocupado, sobretudo no entorno da esplanada sagrada. Ao passo que o bairro se expandia, os problemas de ingerência urbana aumentavam, exigindo um maior engajamento dos moradores que passaram a criar uma rede de ações comunitárias voltadas à garantia legítima da cidadania coletiva no âmbito do morro, a despeito do descaso público do poder municipal.

Neste engajamento coletivo, houve a intensificação da relação envolvendo o ato político e o fazer religioso no cotidiano do bairro. O *Conselho de Moradores do Morro da Conceição* passou a atuar de modo mais incisivo,

reafirmando a relação bairro-paróquia no morro. As próprias datas comemorativas eram festejadas no seio da igreja. O terceiro aniversário do movimento *Terras de Ninguém* foi festejado na paróquia (Figura 02) (Cézar, 1994). A comunhão de interesses e o engajamento popular no bairro passaram a engendrar a construção de uma identidade para além de uma função meramente religiosa. Neste instante, o morro externava na cidade uma imagem marcada pelo universo sagrado, mas também pelos graus de interação social e ativismo político dos seus moradores que procuravam a garantia de seus direitos e espaços de cidadania.

Figura 02: Comemoração do 3° aniversário do movimento Terras de Ninguém na igreja do Morro da Conceição. Observa-se um homem ao microfone, com um violão, inspirado na corrente da Teologia da Libertação



Fonte: Cezar (1994).

Dada a essas características, em 1988, com a redefinição dos limites político-administrativos do Recife, o Morro da Conceição acabou por se emancipar de Casa Amarela, tornando-se um bairro delimitado pelo poder

municipal. Antes disso, o morro já tinha sido demarcado pelo sentimento coletivo dos moradores, com a igreja participando ativamente na vida do bairro, não apenas por centralizar as experiências dos moradores em torno da praça monumental da Conceição, mas também por participar das decisões comunitárias ao longo de sua história, mantendo-se, assim, até os dias atuais. A título de exemplo, em 2006, o conselho de moradores e a igreja se reuniram visando a construção de uma quadra poliesportiva em área pertencente à paróquia, defronte ao conjunto religioso da Conceição. Pouco tempo depois, conformou-se o espaço laico no interior do território-santuário do morro, dentro da hibridez característica do espaço.

Desse modo, o espaço de maior domínio público do bairro, lócus do pulsar de experiências comuns, revela-se como um território de múltiplos usos, apropriações e simbolismos, que perfazem as mais variadas dimensões da vida cotidiana. Não obstante essa diversidade, num primeiro lance de olhar, chama atenção a presença do conjunto religioso da Conceição – o monumento e a Torre, objetos mais altos do bairro. Contudo, ao se desviar o olhar, ampliando-o, depara-se com um cabedal de outras formas e funções, uma cena pública imbuída de sentidos e significados dos mais variados, onde a alma do bairro se torna mais evidente.

Desde a gênese do bairro, o Morro da Conceição se confunde com os limites do seu coração simbólico, ou seja, confunde-se com o raio de ações e construções do seu espaço público central, o território-santuário. O espaço sagrado se revela como um epicentro, ponto de encontro dos moradores e das diversas ruas, ladeiras e becos do bairro que lançam seus caminhos no sopé do

morro, subindo em suas curvas íngremes e tortuosas até alcançar o monumento da santa. Nesta esplanada, a paisagem do morro se singulariza, tanto para os de fora como para os moradores do bairro que a internalizam em suas intersubjetividades.

No espaço do santuário, as relações sagradas-profanas, os eventos político-sociais e as experiências comuns do cotidiano se revelam aos olhos públicos e quase sempre com forte mobilização popular. É, portanto, na ágora do lugar, marcada pelo envolvimento mútuo dos moradores, que emerge um sentimento coletivo ao bairro, aqui compreendido como uma porção do espaço sentido e vivido, dotado de uma história particular, de uma paisagem específica e de um conjunto de práticas, símbolos e significados próprios que alicerça a identidade da unidade urbana na cidade. O território-santuário da Conceição se encontra imbuído destas características, concentrando uma série de atividades como um verdadeiro coração da vida do bairro. Halley (2014) considera esse espaço central de um bairro como uma "trama densa". No seu entendimento,

> essa trama encontra-se tecida por uma série de enredos narrados cotidianamente pelas ações comuns e intrínsecas do lugar nos seus espaços de diálogo (templo religioso, praça, mercado público etc.), sendo responsáveis pelas ocasiões mais propicias ao envolvimento mútuo das pessoas, e, por conseguinte, pelo pulsar mais intenso da identidade local, que ressoa suas especificidades para outros recantos da célula urbana (Halley, 2014, p. 47).

Nessa perspectiva, para além de ser apenas um

espaço delimitado pelo poder político-administrativo, o bairro caracteriza-se como um lugar de vivência íntima, marcado por uma fisionomia própria e por certos enredos constituídos entre seus moradores no seu espaço circundante. No Morro da Conceição, tais enredos são regidos pelo conjunto do sagrado – torre, igreja e monumento da Conceição, e por espaços e práticas profanas – conselho de moradores, casas comerciais, sedes de agremiações de cultura popular, espaços de recreação, espaço para atividades físicas, escolas públicas, casas de moradores, unidade básica de saúde, entre outros.

É, desta maneira, que se concebe o bairro, como um fragmento urbano marcado por um conjunto de relações sociais que engendram uma consciência coletiva de pertencimento a uma localidade, dentro de um grau de envolvimento entre as pessoas, que compartilham de um mesmo cotidiano, problemas de ruas e quarteirões, e que buscam saídas para os mesmos (Souza, 1988; Scarlato, 1988). Para além das pequenas rixas, emergem inclinações sociais, políticas e identitárias que acabam por revelar a alma e o ritmo do bairro, a despeito das novas formas de habitar a cidade, marcadas pela autossegregação urbana e individualismo exacerbado.

No seu sentido tradicional, o bairro apresenta uma fisionomia moldada por seus moradores que associam parte significativa de suas histórias e experiências a um determinado recorte espacial, marcado por um traçado urbano, conjunto de construções, memórias, caminhos, paisagens e práticas sociais específicas permeados por redes de solidariedade construídas cotidianamente entre vizinhos, familiares e conhecidos. O Morro da Conceição se enquadra nesta definição de bairro, cujos laços de solidariedade ainda são exercitados nos espaços de luta

política, mas também de encontros diários, aparentemente sem sentidos, mas que dão sentido ao lugar. São as conversas nas calçadas, o encontro na padaria, na missa ou procissão, os atos de conhecer e ser reconhecido, a brincadeira das crianças nas ruas, a participação nos festejos, o jogo de dominó na calçada, dentre outras ocasiões propicias a comunhão entre as pessoas, inclusive quando da necessidade de mobilização para o enfrentamento de problemas do cotidiano e para organização do principal evento do bairro que envolve os festejos de Nossa Senhora da Conceição, conforme ver-se-á a seguir, dentro de uma perspectiva que abarca o sagrado e o profano no espaço urbano.

Morro da Conceição: a identidade do bairro no entorno do território-santuário da santa padroeira

Dentre as relações sociais que permeiam a vida no Morro da Conceição, destacam-se àquelas oriundas da religiosidade popular que se encontram ligadas às próprias raízes históricas do morro. Os traços da vida do bairro são marcados pelo convívio mútuo entre moradores, com suas práticas ocorrendo em pleno espaço público, ora associadas à dimensão do sagrado, ora à dimensão do profano. No Morro da Conceição, parte significativa dos moradores pratica o catolicismo popular, embora também seja expressiva o número de evangélicos no bairro e de afro-religiosos, adeptos de terreiros, que associam suas experiências ao sincretismo afrocatólico, e, assim, a ligação do orixá Iemanjá ao monumento de Nossa Senhora da Conceição, sobretudo no dia 08 de dezembro, consagrado a santa católica.

Ao se observar a vida no morro percebe-se a força do sagrado no cotidiano do lugar. Há um maior entrosamento dos moradores e fiéis em momentos religiosos, festivos e de caráter assistencial. No entanto, as pequenas rixas se mostram inevitáveis, assim como as intolerâncias religiosas que recrudescem no atual cenário político com o avanço de atitudes conservadoras-fundamentalistas, que acabam por induzir constrangimentos e repúdios a diversas religiosidades. Não obstante, de modo geral, no morro ainda prevalece o respeito mútuo entre os moradores em se tratando de suas crenças, muito em razão da própria história de ocupação do bairro por segmentos sociais mais pobres que acabaram por engendrar redes de solidariedade, a despeito dos distintos vínculos e atividades religiosas diversas.

As sacralizações imprimem aspectos do além à paisagem do bairro, com o espaço podendo ser percebido segundo os valores simbólicos ali externados e representados. Isso se torna evidente na esplanada religiosa da Conceição, em especial durante o período de sua grandiosa festa, marcada, por um lado, por práticas sagradas, e, por outro, por práticas profanas, com o sagrado e o profano se opondo e, ao mesmo tempo, se atraindo, conforme ensina Rosendahl (2002). A festa do catolicismo popular marca a paisagem, dotando-a de significados diversos que refletem atitudes, crenças e valores diversos entre os moradores e visitantes. A festa se constitui no maior evento religioso do Recife de caráter essencialmente popular, muito embora a padroeira oficial da cidade seja Nossa Senhora do Carmo, cuja igreja-matriz se localiza no centro histórico da cidade.

Conforme já ressaltado, o território-santuário da Conceição representa um epicentro de fé do bairro e do

Recife na totalidade (Figura 03). Trata-se, portanto, de um espaço sagrado, por excelência, "[...] campo de forças e de valores que eleva o homem religioso acima de si mesmo, que o transporta para um meio distinto daquele no qual transcorre sua existência" (Rosendahl, 2002, p. 30). O ponto alto desta ligação mística se processa na chamada Festa do Morro, que ocorre há mais de 120 anos. A organização do evento transcorre o ano inteiro, com atividades eucarísticas e de cunho social voltadas ao atendimento da comunidade. Ao longo da festa, religiosos e voluntários se dedicam a auxiliar e dar suporte aos crédulos que sobem ladeiras íngremes, becos e escadarias até alcançar a esplanada, lócus das sacralizações do lugar. No espaço mais amplo da colina, no seu cume, os fiéis fazem suas preces, pagam suas promessas, acendem velas junto à imagem da Conceição e oram por seus entes queridos.

Por outro lado, outros indivíduos delimitam o uso profano do espaço, sobretudo no entorno do monumento, com a comercialização de bebidas e alimentos, além de uma infinidade de artigos religiosos: santos, fitas, bíblias, terços, canecas, flores, velas, pulseiras, quadros, calendários, camisas e réplicas da imagem da Conceição. A festa representa o ápice da informalidade no bairro, com as casas ganhando outras funcionalidades. A garagem e o terraço se transformam em espaços do comércio popular, em contato direto com o espaço público, com a calçada se tornando extensões das residências.

O festejo tem início a cada dia 29 de novembro, se estendendo até o dia 08 de dezembro, dia da padroeira do bairro. Neste período, as celebrações e missas acontecem em palco erguido no centro da praça da esplanada, a cada hora, intercalando-se com as que ocorrem no espaço coberto do Santuário, junto ao monumento da Nossa

Senhora. Uma multidão preenche os espaços. São romeiros de lugares distintos, fiéis do bairro e de outras cidades da Região Metropolitana do Recife, que em seus momentos de fé externam suas angústias, esperanças, pedidos, gratidões e homenagens. De modo geral, a festa é marcada por uma sacralização que se estende pela madrugada em circuitos delimitados pela fé em becos, ladeiras, escadarias e avenidas (Figura 04).

Figura 03: Monumento na praça-santuário da Nossa Senhora da Conceição. Vide as fitas em devoção à santa padroeira no cercado da imagem e as palmeiras imperiais circundando a paisagem do cume



Fonte: Arquivo de Mariana Carneiro de Souza Almeida, dezembro de 2018.

Figura 04: Ladeira Apique, no Morro da Conceição, Recife. O beco-escadaria constitui um dos circuitos da devoção no morro sagrado



Fonte: Arquivo de Mariana Carneiro de Souza Almeida, dezembro de 2018.

Na Figura 05, observa-se os principais circuitos da devoção que, em sua maioria, se projetam da área mais baixa da Av. Norte, subindo por vielas e estradas tortuosas, até alcançar o topo do morro, lócus do território sacralizado da Conceição.

É, no Largo Dom Luiz, no sopé do morro, que se concentram as atividades ditas profanas da festa. O largo abriga o maior número de casas comerciais e de ambulantes. Junto ao largo, há um parque de diversão erguido para os dias do festejo. Crianças brincam nos carros de bate-bate, comem pipoca e pasteis e passeiam na roda gigante. Na Av. Norte, há várias barracas que se estendem pela Praça

do Trabalho e pelo centro comercial do Mercado Público de Casa Amarela. Por todos esses endereços, observa-se variados usos, formas e símbolos que compõem o evento de matriz religiosa, estando imerso em práticas sagradas e profanas, conforme já ressaltado.

Figura 05: Circuitos da devoção no Morro da Conceição durante a tradicional "Festa do Morro" em homenagem à santa padroeira do



Fonte: Adaptado de Nascimento e Pedroso (2017).
Elaboração: Joseildo Nogueira dos Santos (2026).

Em face ao universo do sincretismo afrocatólico, a Festa do Morro também se revela significativa entre os adeptos das religiões dos orixás. No Recife, a oposição separatista entre negros e brancos, durante a escravidão, nunca conseguiu excluir o intercâmbio cultural, pelo contrário, engendrou assimilações na cidade (Valente, 1955). Isto se torna evidente com relação à devoção ao monumento da Conceição que acaba correspondendo à divindade africana Iemanjá para os adeptos das religiões de matriz africana. Vestidos de azul e branco, os filhos de

santo se dirigem no santuário do morro para a realização de oferendas-rituais e pagamento de promessas dentro de um universo sincrético de devoção popular. Desse modo, o morro se revela um território de rica diversidade cultural e de diálogo inter-religioso, onde a ancestralidade e a força dos orixás se manifestam em celebrações e na resistência da cultura de matriz africana, mesmo que invisibilizada em parte por grupos de poder hegemônico.

À medida que 08 de dezembro se aproxima, aumenta-se a agitação na vida do bairro. A data religiosa marca o ponto alto da devoção e o desfecho de toda organização do festejo. Uma procissão sai do Forte do Brum, no bairro central do Recife, seguindo rumo ao Morro da Conceição. O cortejo recorda o caminho percorrido pelo monumento de Nossa Senhora da Conceição quando de sua chegada e fixação na Zona Norte do Recife, no início do século XX. A multidão sai do forte, atravessa a Ponte do Limoeiro, segue pela Avenida Norte até encontrar o Largo Dom Luiz, e, depois, sobe o morro até alcançar a imagem da Conceição (Figura 06). Na procissão, fiéis saem ou ficam na frente de suas casas contemplando o andor. No morro, fogos de artifícios anunciam a chegada da procissão, senhoras carregam bandeiras e outros fiéis seguem ao som de louvações, preces, graças alcançadas, rezas e cantos.

A cena pública deixa evidente o papel significativo da religião na vida do bairro, envolvendo os moradores em diferentes práticas concretas e simbólicas comuns a quase todos. Não à toa, Rosendhal (2002, p. 42) admitir que, no âmbito da religião popular,

> as festas, procissões e romarias são as práticas mais sensacionais [...] pelo seu caráter aglutinador de pessoas, centrado no santo padroeiro, no costume local e na

tradição religiosa herdada.

Nessas manifestações, os devotos se religam, de modo transcendental, à Maria Santíssima. Promessas, sacrifícios, pedidos e agradecimentos são externados e internalizados, com os homens, mulheres e crianças a trocarem olhares com a imagem aos seus pés. Nesta filiação, todos compõem a mesma paisagem, projetam uma identidade paisagística na cidade.

Figura 06: A multidão de fiéis na procissão da "Festa do Morro" subindo o viaduto da Avenida Norte rumo ao território sagrado de Nossa Senhora da Conceição, na Zona Norte do Recife, em 08 de



Fonte: Arquivo de Mariana Carneiro de Souza Almeida, dezembro de 2018.

As práticas religiosas, portanto, são mais do que um mero ato litúrgico, tratando-se de elos simbólicos e efetivos dos indivíduos com o lugar vivido. Na condição de um espaço compartilhado por seus moradores, o bairro se revela como um lócus de diversas práticas e representações, sobretudo no entorno da padroeira, que

nomeia o lugar, numa toponímia por si só identitária. A personalidade do bairro se torna mais evidente quando dos cortejos litúrgicos que gravam marcas, e não somente no entorno de um templo, mas também nas ruas, becos, ladeiras e escadarias, tomando a esplanada da Conceição e adjacências que se encontram apinhadas de devotos.

Através da manifestação do sagrado se reconhece a instituição religiosa como um agente modelador do espaço. A partir dela, percebe-se com maior exatidão a delimitação do coração do bairro, e, assim, do seu território-santuário, geossimbolicamente demarcado por construções e experiências (i)materiais. No dizer Bonnemaison (2012, p. 292),

> [...] um geossímbolo pode ser definido como um lugar, um itinerário, uma extensão, que por razões religiosas, políticas ou culturais, aos olhos de certas pessoas e grupos étnicos, assume uma dimensão simbólica que os fortalece em sua identidade.

No território do morro, os geossímbolos da Torre, Igreja e da imagem da Conceição conformam um território demarcado e consagrado, uma centralidade que exerce uma atração na vida do bairro, como também do entorno e da cidade em si.

Outrossim, a centralidade do santuário se torna evidente em outras oportunidades, em eventos festivos regidos pela relação bairro-paróquia, como as festas natalinas e de São João, sem olvidar a Semana Santa, que ainda se mostra presente na vida do bairro, dentro de uma (re)invenção de tradições (Hobsbawn; Ranger, 2002). A Semana Santa abarca apresentações da cultura popular nordestina - pastoris, mamulengos, bandas de pífano, bacamarteiros, trios de forró e quadrilhas, entre outras

manifestações -, que perfazem sentidos profanos em meio a celebrações sagradas do universo católico.

O epicentro do bairro, portanto, se configura no território de diversas práticas e representações de cultura, repleto de experiências sagradas e profanas. Com efeito, outro período de ebulição no morro diz respeito ao carnaval. Ainda na década de 1960, a Escola de Samba Galeria do Ritmo já entoava canções de protesto com seus membros vestidos de azul e branco em alusão à padroeira do morro. Em 1979, a agremiação recebeu a doação de um imóvel para instalação de sua sede social a qual permanece a mesma – o Palácio do Samba Galeria do Ritmo -, próxima ao monumento da Conceição. O morro, portanto, revela-se como um bairro de múltiplas expressões culturais, imersas em sacralizações e por um estilhaço de ações profanas marcadas pelo envolvimento mútuo dos citadinos, que repassam seus costumes por gerações e gerações, compondo a vida e a memória do bairro.

Desse modo, parte significativa da vida coletiva do morro se processa nessas experiências vividas que se assentam em relações interpessoais amiúdes entre parentes, vizinhos e compadres. Nestas relações mais próximas também são pensadas ações político-sociais (comuns na memória do lugar), inclusive para a consolidação do comércio local, que se expande a partir das próprias residências dos moradores. Nos últimos três decênios, o morro vem revelando um crescimento vertical, com as casas elevando-se em dois a três andares dentro de um sistema de autoconstrução. Nesta verticalização, muitas moradias passaram a abrigar outras funcionalidades, como comércio e serviços. A informalidade engendrou certa autonomia ao bairro, com barbearias, bares, lanchonetes,

farmácias, mercadinhos, entre outros. Há, assim, um uso misto nas casas: um residencial e outro comercial. A função residencial situa-se nos andares superiores e a função comercial junto ao espaço público, ocupando a garagem e o terraço, prolongando-se até às calçadas das ruas centrais, espaços de maior fluxo de pessoas, em especial no entorno do santuário da Conceição.

Afora este tipo de moradia-comércio, há outros equipamentos que revelam a importância do coração do morro. Junto ao santuário encontra-se uma quadra poliesportiva, uma "Academia da Cidade", posto de saúde, posto policial, clubes recreativos, espaço para eventos, instituições para ensino e centros de cursos profissionalizantes. Dessa forma, a praça-santuário da Conceição revela-se como um território de múltiplos usos e formas. Conforma-se no centro catalisador da vida do bairro, tanto no âmbito de suas ruas como no ritmo das atividades que animam o lugar – comerciais, religiosas, lúdicas, políticas, entre outras. Neste território, parafraseando Halley (2010), a vida explode, irradiando-se por outros recantos da célula urbana, com o ritmo das relações cadenciado pelo pulsar do santuário. Há o irredutível das práticas espaciais no plano do vivido, no plano do bairro, que possui singularidades paisagísticas, expressas no sítio urbano da colina, na presença monumental da santa e na rica rede de sociabilidades do lugar, malgrado as pequenas rixas inevitáveis e a violência urbana.

É, assim, na espessura do bairro que se reproduz a vida de relações do Morro da Conceição, lugar de moradia, trabalho, lazer e fé. É ainda o território de memória, de luta político-social e de uma intersubjetividade subjacente ao santuário que acaba por compor parte expressiva da

imagem do bairro na cidade. No entorno do monumento e de sua esplanada, as casas se voltam ao objeto sagrado nas cores azul e branco, se estendendo morro abaixo até alcançar a Avenida Norte. Nesta paisagem descortinada encontra-se um quadro de variadas sociabilidades, caracterizado por uma trama de relações interpessoais, na qual os moradores internalizam e externam uma consciência de pertencimento ao bairro, mesmo que de modo inconsciente.

Com efeito, o Morro da Conceição se revela uma miscelânia de formas, funções e relações sociais que engendra uma série de particularidades que dão sentido a alma do bairro, em especial no tocante ao seu território sacralizado. A personalidade do bairro foi construída historicamente por seus moradores, em sua luta permanente pelo direito à cidade, mas igualmente por àqueles que o visitam, que acabam por dotar o morro de sentidos e significados diversos, em especial no âmbito religioso, dentro do imaginário coletivo do Recife. Assim que se constrói a imagem do bairro, tanto no campo físico-material, como na dimensão simbólico-imaterial, tanto entre os seus moradores, como entre os seus visitantes, que, anualmente, prestam sua devoção ao outeiro sagrado da Zona Norte do Recife.

Considerações Finais

A pesquisa centrou-se em analisar a identidade do Morro da Conceição na Zona Norte do Recife, incursionando pela vida do bairro em suas especificidades, em especial nos campos do sagrado e do profano junto ao território-santuário de Nossa Senhora da Conceição ali delimitado. Neste encalço, resgatou-se os primeiros

indícios da ocupação do morro, no limiar do século XX, com a fixação do monumento de Nossa Senhora. Depois, enveredou-se em recuperar a chegada de uma população pobre ao local, entre as décadas de 1940 e 1950, que engendrou certas ocupações e práticas culturais envolvendo o território sacralizado da Conceição. Conforme visto, o catolicismo popular passou a reger parte da vida de relações do morro, tecendo um conjunto de experiências religiosas, mas que também se encontravam alicerçadas em redes de ação político-social que legitimaram o direito à cidade e à conquista ao território de moradia entre seus moradores, imersos em redes de solidariedade.

Neste contexto, o morro ganhava fama, atraía mais romeiros, devotos e moradores, tornando-se uma centralidade religiosa popular no Recife. Na sua história centenária, o Morro da Conceição assistiu apropriações e intervenções diversas, servindo de refúgio, território de luta e espaço de fé para as populações mais pobres devotas da virgem imaculada. Dessa forma, a vida do bairro foi se processando em meio a ações político-sociais e atividades ligadas ao universo sagrado, que acabou por envolver mutuamente os moradores do morro construindo parte do sentimento de pertencimento característico do lugar.

Com efeito, os traços dessa personalidade foram construídos de maneira coletiva dentro da vida cotidiana do lugar. As experiências compartilhadas se concretizaram, de forma mais concentrada, na praça monumental da Conceição, percebida como uma paisagem dotada de um geossimbolismo que engendra uma identidade inconfundível ao bairro na cidade. Para Berque (2012), a paisagem é marca e, ao mesmo tempo, matriz. A religião é uma matriz da cultura e grava sua marca na paisagem do Morro da Conceição. Mas a marca não é somente

visual e material, ela também se encontra no campo da imaterialidade, na relação do indivíduo com o sagrado, com suas diversas hierofanias. Outrossim, o sagrado não se limita aos templos de orações, ele ganha as ruas e as casas das pessoas. Não à toa, a cor azul predominar na paisagem, seja por conta do céu, que enquadra o santuário do morro, seja na perspectiva do monumento, da igreja e das casas pintadas pelo poder municipal nas cores do manto de Nossa Senhora (Figura 07).

Figura 07: As cores das vestes de Nossa Senhora colorem a paisagem do morro. A Prefeitura da Cidade do Recife, através do projeto Mais Vida nos Morros, realçou a identidade paisagística do Morro da Conceição em alusão ao monumento da Nossa Senhora presente no bairro há mais de um século



Fonte: Prefeitura da Cidade do Recife. Disponível em: https:// www2.recife.pe.gov.br/notici as/11/11/2017/mais-vida-nos-morros-esta-pintando-o-morro-da-conceicao-de-azul-e-branco Acesso em:

A fé modela o espaço revelando uma "hierópolis" (Rosendahl, 1999), mas na escala de um "bairro-santuário", que se conceitua como um centro "[...] de convergência de peregrinos que com suas práticas e crenças, materializam uma peculiar organização funcional e social do espaço" (Rosendahl, 2002, p. 46). O espaço religioso, portanto, possui um arranjo próprio, marcado, por um lado, por um conjunto de símbolos sacralizados, permeado por valores diversos ligados ao além, e, por outro, por um conjunto de atividades profanas, caracterizado pela ausência de consagração, pelo não religioso.

No Morro da Conceição, o sagrado e profano coexistem, mas com cada um revelando territórios particulares, embora com limites não muito claros. Na topografia do morro, o sagrado emerge no alto, no encontro simbólico da santa com o povo, que se manifesta num cabedal de práticas católicas e afro-sincréticas. Na parte de baixo, o profano se constitui pelo território delimitado no entorno do sagrado, mas que recebe, aqui e acolá, os influxos diretos do sagrado. Desse modo, "a partir do momento que a religião passa a utilizar o espaço fora do templo, é dado a esse espaço [...] uma reinterpretação com possibilidade de valores de sacralidade" (Oliveira, 2012, p. 27).

Por conseguinte, a religião extrapola os limites do santuário, tornando-se presente nas diferentes modalidades da vida do bairro, evidenciadas nas distintas manifestações de cultura, nas festividades e nos encontros cotidianos, nas ruas, ladeiras, praças e becos do lugar. Nestas ocasiões, parece que a vivência coletiva do morro se revela sempre marcada pela presença da religião. A própria "trama densa do bairro" (Halley, 2010) se singulariza

pelo sagrado, revelando um gênio próprio ao lugar, onde o processo de sacralização sempre se revela presente de uma forma ou de outra. Pode-se até não comungar com a devoção à Conceição, mas não se pode escapar da referência espacial e identitária que ela transmite ao morro.

Referências

ALMEIDA, Maria das Graças Ataíde de. **A construção da verdade autoritária.** São Paulo: Humanitas, 2001.

BANDEIRA, Lafayette. Monumento á Immaculada Conceição no Arrayal. **Almanach de Pernambuco**, Recife, 1905.

BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Geografia cultural** – uma antologia (vol. 1). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012. p. 239-244.

BONNEMAISON, Jöel. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Geografia cultural** – uma antologia (vol. 1). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012. p. 279-304.

CASTRO, Josué de. **Fatores de localização da cidade do Recife.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional - Brasil, 1948.

CAVALCANTI, Geane Bezerra. **Lutas e resistência dos moradores da periferia da cidade do Recife (1955-1988)**. 2017. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional), Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, 2017.

CEZAR, Maria do Céu do Espírito Santo. **Rearticulação**

dos movimentos: Operação Esperança e Terras de Ninguém. Série Movimentos de Bairros. Recife: FASE, 1994.

GUERRA, Flávio. **Velhas igrejas e subúrbios históricos**. 3. ed. Recife: Recife Itinerário, 1978.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade – um debate. **Geographia** (UFF), Rio de Janeiro, Vol. 9, n. 17, p. 19-46, 2007.

HALLEY, Bruno Maia. **Catimbolândia:** tramas negras do xangô na Veneza Americana – os arredores do rio Beberibe (Recife, 1867-1945). 2017. 250f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

HALLEY, Bruno Maia. O bairro e os enredos do lugar. **Geograficidade.** Niterói. Vol. 04, n. 01, 2014 (verão), p. 43-57.

HALLEY, Bruno Maia. **De Chapéu do Sol a Água Fria:** numa trama de enredos, a construção da identidade de um bairro na cidade do Recife. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Ciências Geográficas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (Org.). **A invenção das tradições.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

MELO, Mário Lacerda de. **Metropolização e subdesenvolvimento:** o caso do Recife. Recife: CFCH-DCG/UFPE, 1978.

MOURA, Jamerson Kemps Gusmão. **Nossa Senhora e o Morro da Conceição:** história, igreja e comunidade católica em encontros e desencontros. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Antropologia.

Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2008.
NASCIMENTO, Lucas Santos do; PEDROSO, Ana Caroline Oliveira. A dimensão espacial das práticas religiosas na festa de Nossa Senhora da Conceição, Recife-PE. In: HALLEY, Bruno Maia (Org.). **V LECgeo** (e-book). Recife: Editora Universitária da UFPE, 2017, pp. 358-374.

OLIVEIRA, Elza. Procissões - de estratégia de territorialidade à expressão de religiosidade popular. **Sacrilegens - UFJF**, Juiz de Fora, v. 9, n.2, p. 15-32, jul-dez, 2012.

ROSENDAHL, Zeny. **Espaço e religião:** uma abordagem geográfica. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002.

ROSENDAHL, Zeny. **Hierópolis:** o sagrado e o profano. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.

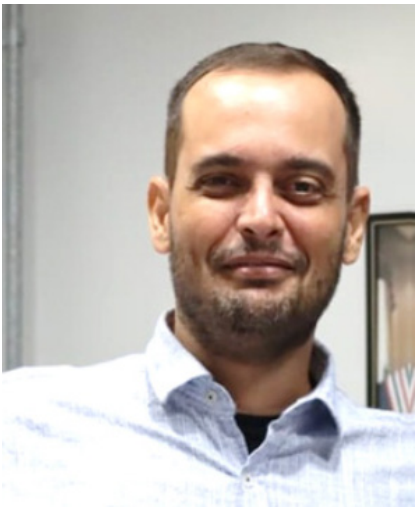
SCARLATO, Francisco Capuano. **O real e o imaginário no Bexiga:** autofagia e renovação urbana no bairro. 1988. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O que pode o ativismo de bairro?** Reflexão sobre as Limitações e Potencialidades do Ativismo de Bairro à Luz de um Pensamento Autonomista. 1988. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

VALENTE, Waldemar. **Sincretismo religioso afro-brasileiro.** São Paulo: Nacional, 1955.

SOBRE O ORGANIZADOR

BRUNO MAIA HALLEY



Bacharel (2005) e Mestre (2010) em Geografia pela UFPE. Doutor (2017) em Geografia pela UFF/Niterói, com estágio Doutorado-Sanduíche (2015) na ULisboa. Pós-Doutor (2018) em Geografia pela UFPE. Licenciado em Geografia (2020) e em Pedagogia (2024) pela UNINTER/Recife. Atua como Professor Adjunto I (Classe C) 40h na Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL/Imperatriz-MA (2025). Foi Professor Adjunto A-1 40h/DE no curso de Licenciatura em Educação do Campo - LEDUCARR da UFRR/Boa Vista (2023-2025). Bolsista do Programa Bolsa Produtividade - PROPGI-UEMASUL (2025-2027). Vice-líder do Grupo de Estudos sobre Geodiversidade, Geoconservação e Dinâmicas Territoriais na Amazônia Setentrional - GEODITA (UFRR). Vice-líder do Grupo de Pesquisa sobre Espaço e Cultura no Sudoeste Maranhense. Integra o Laboratório de Estudos sobre Espaço, Cultura e Política - LECgeo (UFPE) desde 2008. Tem experiência e publicações nas áreas da Geografia Cultural, Geografia Urbana, História do Pensamento Geográfico, Epistemologia da Geografia e Ensino de Geografia.

E-mail: bruno.halley@uemasul.edu.br
Lattes: http://lattes.cnpq.br/3779610509628991
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-0094-2896

SOBRE OS AUTORES

ALEXSANDRO ANTÔNIO DE MIRANDA

Graduado (2020) e Mestre (2024) em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Graduado em Pedagogia (2011) pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Especialista em Gestão Educacional e Coordenação Pedagógica pela Faculdade Santa Emília (2013). Exerce a função de Professor de Ensino Fundamental I nas redes municipais do Jaboatão dos Guararapes/PE (desde 2020) e do Ipojuca/PE (desde 2014). Desenvolve pesquisas desde 2011 na área de educação política, abordando a didática da contracultura punk; além de pesquisas na área de Geografia Humana, com ênfase em Geografia Cultural, tratando a temática desta contracultura na cidade do Recife.

DANIEL DE LIMA SOUZA

Licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Possui experiência na área da Geografia Humana, com ênfase em Geografia Urbana e Geografia Cultural.

JOSEILDO BOGUEIRA DE SOUZA

Licenciando em Geografia pela Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL. Possui experiência na área da Geografia Humana, com ênfase no Ensino de Geografia.

LUÍZA MARIA DE SOUZA

Licenciada em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Possui experiência na área da Geografia Humana, com ênfase em Geografia Urbana e Geografia Cultural.

MANOEL CARLOS DE OLIVEIRA NETO (*in memoriam*)

Licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Possuía experiência na área da Geografia Humana, com ênfase em Geografia Urbana e Geografia Cultural.

MARIANA CARNEIRO DE SOUZA ALMEIDA

Licenciada em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Possui experiência na área da Geografia Humana, com ênfase em Geografia Urbana e Geografia Cultural.

Fonte: Georgia
Papel: Offset 90
Gráfica: K de FC Freitas LTDA.

A coletânea aborda expressões de cultura no Recife assentando-se na compreensão de experiências denotadoras de identidades no âmbito do urbano, como as territorialidades da contracultura punk na área central e periférica da cidade; as apropriações territoriais materiais e simbólicas na "Pracinha do Diário" no bairro histórico de Santo Antônio; as manifestações de religiosidade no santuário de Nossa Senhora da Conceição na área dos chamados "morros" da capital pernambucana; e os sentimentos de pertencimento de moradores de bairros populares da cidade, como Engenho do Meio, na Zona Oeste, e de Casa Amarela, na Zona Norte, sobretudo no caso dos seus idosos.

PROPGI
Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
EDITORA UEMASUL
10 anos UEMASUL